MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
SECRETARIA DE ORGAOS COLEGIADOS

UFOP

RESOLUÇÃO CEPE Nº 8074

Aprova a atualização do projeto pedagógico do curso de Pedagogia, grau Licenciatura em Pedagogia, ICHS - Campus Mariana.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 410ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de abril de 2021, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Resolução Cepe nº 7.488,

Considerando que a atualização do projeto pedagógico do curso é referente à matriz curricular aprovada pela Resolução Cepe nº 7.500, válida para os ingressantes no curso a partir do segundo semestre letivo de 2018;

Considerando que não há necessidade de ampliação do número de servidores, sejam técnicos ou docentes, nem aumento de gastos com ampliação de espaços físicos e com custeio do curso;

Considerando o disposto no processo SEI nº 23109.008885/2020-34,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do projeto pedagógico do curso (PPC) de Pedagogia, grau Licenciatura em Pedagogia, referente à matriz curricular, aprovada pela Resolução Cepe nº 7.500, válida para os ingressantes no curso a partir do segundo semestre letivo de 2018. O PPC atualizado é desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir do segundo semestre letivo de 2020.

Ouro Preto, 19 de abril de 2021.

CLÁUDIA APARECIDA MARLIÉRE DE LIMA

Presidente

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Claudia Aparecida Marliere de Lima**, **REITOR(A)**, em 22/04/2021, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0161247** e o código CRC **C969F788**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.003588/2021-83 SEI nº 0161247

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais e Humanas
Colegiado do Curso de Pedagogia

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIANA
2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Reitora da Universidade Federal de Ouro Preto:
Profa. Dra. Cláudia Aparecida Marliére de Lima

Pró-Reitora de Graduação:
Profa. Dra. Tânia Rossi Garbin

Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais:
Prof. Dr. Luciano Campos da Silva

Chefe do Departamento de Educação:
Profa. Dra. Juliana Cesário Handam

Colegiado do Curso de Pedagogia - Licenciatura:

Prof. Dr.. Marco Antonio Torres (Coordenador)
Prof. Dr. Alexandra Resende Campos
Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento
Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo
Prof. Dr. Rodrigo Correa Martins Machado
Prof . Dr. Gilberto Januário
Graduanda Milena Justo do Amarante - Titular
Graduanda Thayná de Carvalho Silva - Suplente
Sra. Flávia Cristina Olívia (Secretária)
Sra. Ms. Jucileide das Dores Lucas Tolentino (Secretária)

Núcleo Docente Estruturante:

Prof. Dr. Alexandra Resende Campos
Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo
Profa. Dra. Juliana Cesário Handam
Prof. Dr. Marcelo Donizete da Silva
Profa. Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim

Mariana
2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Equipe de elaboração do PPC:

Equipe de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso:

Prof. Dr. Alexandra Resende Campos
Prof. Dr. Daniel Abud Seabra Matos
Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos
Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan
Profa. Dra. Liliane dos Santos Jorge
Prof. Dr. Marcelo Donizete da Silva
Prof. Dr. Marco Antônio Melo Franco
Profa. Dra. Maria do Rosário Figueiredo Tripodi
Profa. Dra. Marlice de Oliveira e Nogueira
Profa. Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim

Equipe de revisão técnica-pedagógica do PPC - NAP/ Prograd:

Letícia Pereira de Sousa
Marcilene Magalhães

Mariana
2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

LISTA DE QUADROS

Quadro		**Pág.**
Quadro 1	Número de alunos(as) de graduação da UFOP por modalidade de oferta de curso em 2019	8
Quadro 2	Número de cursos de graduação da UFOP por modalidade de oferta em 2019	8
Quadro 3	Número de alunos(as) de pós-graduação da UFOP por tipo de curso ofertado em 2019	9
Quadro 4	Número de cursos de pós-graduação da UFOP por tipo ofertado em 2019	9
Quadro 5	Número de professores(as) efetivos(as) da UFOP por dedicação e titulação em 2019	9
Quadro 6	Número de professores(as) substitutos(as) da UFOP	9
Quadro 7	Informações gerais sobre o curso de Pedagogia	10
Quadro 8	Técnicos Administrativos Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)	13
Quadro 9	Docentes do colegiado de Pedagogia – Licenciatura – COPED -2019	42
Quadro 10	Docentes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia – Licenciatura - NDE – 2019	43
Quadro 11	Docentes do Departamento de Educação - Curso de Pedagogia – Licenciatura	43
Quadro 12	Distribuição da carga horária por núcleos e atividades formativas	51
Quadro 13	Disciplinas relacionadas ao conhecimento pedagógica geral	51
Quadro 14	Disciplinas relacionadas ao conhecimento sobre o objeto de ensino	52
Quadro 15	Disciplinas relacionadas ao conhecimento pedagógico sobre o objeto de ensino	53
Quadro 16	Disciplinas de estágio curricular supervisionado e suas cargas horárias	54
Quadro 17	Demais componentes curriculares que compõem a PCC e suas cargas horárias	54
Quadro 18	Estágios supervisionados no curso de Pedagogia	58

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		06
1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	07
2	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA	10
3	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	12
4	O CURSO DE PEDAGOGIA	16
4.1	JUSTIFICATIVAS	24
4.2	CONCEPÇÃO DO CURSO	27
4.2.1	Os sujeitos da formação	31
4.2.2	Os saberes	33
4.2.3	As instituições escolares	34
4.2.4	Algumas considerações acerca dos pressupostos de formação docente	37
4.3	OBJETIVOS DO CURSO	38
4.4	PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO(A) EGRESSO(A)	39
5	ESTRUTURA DO CURSO	42
5.1	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	42
5.2	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	44
5.2.1	Organização das disciplinas	55
5.2.2	Os estágios no curso de pedagogia	56
5.3	CURRICULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	60
5.4	FLEXIBILIDADE CURRICULAR	62
5.5	METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	63
5.6	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	69

5.7 OUTRAS AVALIAÇÕES 71

5.7.1 Avaliação institucional 71

5.7.2 Pesquisa de egressos 73

5.7.3 Pesquisa de desenvolvimento de disciplinas da graduação 74

5.7.4 Avaliação do PPC 74

5.8 APOIO AOS(ÀS) DISCENTES 75

5.8.1 Apoio acadêmico 75

5.8.2 Assistência estudantil 77

6 INFRAESTRUTURA 79

CONSIDERAÇÕES FINAIS 83

REFERÊNCIAS 85

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA 90

APÊNDICE 2 - EMENTAS, PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA 94

APÊNDICE 3 RESOLUÇÃO COPED Nº 01/2015 156

APÊNDICE 4 RESOLUÇÃO COPED Nº 01/2019 158

APÊNDICE 5 RESOLUÇÃO COPED Nº 02/2019 163

APÊNDICE 6 RESOLUÇÃO COPED Nº 03/2020 170

ANEXO 1 - PORTARIA Nº 34/2019/PROGRAD 173

INTRODUÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico tem como objetivo estabelecer as diretrizes que orientam o Curso de Pedagogia – Licenciatura, da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, instituído em conformidade com a Resolução CEPE n. 3354, de 2008. O curso atende ao propósito de formar professores(as) para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Foi criado em 2008, implementado em 2009, quando teve a sua primeira turma. Em 2018 passou pela primeira revisão da matriz curricular, de cujo processo este projeto é o fruto. A referida revisão de deu a partir da constatação das novas exigências previstas na Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de professores(as) e a Política Institucional de Formação de Professores(as) da UFOP, regulamentada pela Resolução CEPE Nº 7488, de 17 de Julho de 2018. Esse processo de reformulação também considera o desafiante contexto educacional da sociedade brasileira, em geral, e da região que abrange as cidades de Mariana e Ouro Preto, bem como os respectivos distritos, em particular.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO[1]

Tradição, modernidade e inovação são características que constituem a identidade da Universidade Federal de Ouro Preto. Trata-se de uma instituição que, ao longo de sua história, sempre esteve sintonizada com o seu tempo, projetando-se de maneira sólida para o futuro. Foi o espírito inovador presente desde a criação da Escola de Farmácia, em 1839, e da Escola de Minas, em 1876, que constituiu as bases para que dessas centenárias instituições de ensino nascesse, em 1969, a Universidade Federal de Ouro Preto. Dez anos mais tarde ela já abrigava também o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), ampliando-se, assim, o horizonte de suas áreas de conhecimento e o diálogo com a comunidade de seu entorno.

Com esse espírito de fortalecimento da graduação, da pesquisa e da extensão, criaram-se as outras unidades de ensino: o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC); o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB); a Escola de Nutrição (ENUT); o Centro de Educação a Distância (CEAD); e, mais recentemente, o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

Em 2012, a universidade encerrou um ciclo de expansão iniciado em 2007 que resultou na ampliação signicativa de sua estrutura física e de oferta de cursos. Foram construídos mais de 50 mil metros quadrados em salas de aulas, laboratórios e espaços de vivência. Hoje, a UFOP é referência no país, constituindo-se como uma das principais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Essa projeção se deve à sua singularidade nas dimensões históricas, de ensino, pesquisa, inovação e envolvimento comunitário e, sobretudo, à valorização de seu patrimônio humano: alunos, professores e técnicos-administrativos em educação.

Sua missão está pautada na formação de agentes capazes de contribuir para a construção de uma sociedade justa, plural e pautada na sustentabilidade. O(a) egresso(a) da UFOP deve apresentar sólida formação humanista, científica, profissional, ética, crítica e reflexiva, que lhe permita superar os desafios enfrentados em seu exercício profissional e participar ativamente no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, com vistas à superação das desigualdades sociais e de todas as formas de discriminação e injustiças.

[1] Texto extraído do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 da UFOP. Disponível em: <https://www.ufop.br/sites/default/files/pdi_ufop_2016_2025.pdf> acesso em 18 de julho de 2019.

Em uma estrutura multicampi**,** formada pelos *campi* de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, a universidade está inserida na mesorregião de Belo Horizonte, estendendo-se até João Monlevade, e na microrregião de Ouro Preto, que abrange as cidades de Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Diogo de Vasconcelos e Acaiaca. Essa microrregião abarca, conforme dados do censo de 2015, uma população de aproximadamente 180 mil habitantes, 193 unidades escolares estaduais e municipais, uma universidade, um instituto federal e 37 escolas da rede privada de ensino, com um público escolar de cerca de 5 mil profissionais da educação e 52 mil alunos(as). Tal amplitude e diversidade da região demandam da UFOP uma importante inserção acadêmica tanto no que diz respeito à formação profissional quanto na atuação direta com a comunidade.

De acordo com dados do site UFOP em Números disponíveis em 2019[2], a universidade ocupa uma área de aproximadamente 151 mil m2, com mais de 150 salas de aula e 140 laboratórios de ensino e pesquisa. Conta, ainda, com 848 professores(as) efetivos(as) e 806 técnicos(as) administrativos. Oferece 51 cursos de graduação, sendo 4 de educação a distância, 13 programas de doutorado, 28 de mestrado e 20 especialização *lato sensu*, sendo 13 presenciais e 7 a distância. Quanto ao corpo discente, são 13.021 alunos(as) de graduação, 1.409 deles(as) matriculados(as) em programas de mestrado, dos quais 860 são em mestrado acadêmico e 258 em mestrado profissional; e na modalidade a distância. Na pós-graduação, são 357 matrículas em programas de doutorado, conforme as tabelas a seguir.

Quadro 1 - Número de alunos(as) de graduação da UFOP por modalidade de oferta de curso em 2019

Presencial	A distância	Total
11338	656	11994

Fonte: UFOP em Números. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019.

[2] Fonte: Dados disponíveis no site institucional UFOP em Números. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019.

Quadro 2 - Número de cursos de graduação da UFOP por modalidade de oferta em 2019

Presencial	A distância	Total
47	5	52

Fonte: UFOP em Números. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019.

Quadro 3 - Número de alunos(as) de pós-graduação da UFOP por tipo de curso ofertado em 2019

Doutorado	Mestrado acadêmico	Mestrado profissional	Especialização	Total
456	1120	354	215	2145

Fonte: UFOP em Números. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019.

Quadro 4 - Número de cursos de pós-graduação da UFOP por tipo ofertado em 2019

Doutorado	Mestrado acadêmico	Mestrado profissional	Especialização	Total
15	24	9	7	55

Fonte: UFOP em Números. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019.

Quadro 5 - Número de professores(as) efetivos(as) da UFOP por dedicação e titulação em 2019

Titulação	12h	20h	40h	DE	Total
Graduado/Especialista	0	2	15	4	21
Mestre	0	1	21	138	160
Doutor	0	4	28	704	736
TOTAL	0	7	64	846	917

Fonte: UFOP em Números. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019

Quadro 6 - Número de professores(as) substitutos(as) da UFOP

Graduado/Especialista	Mestre	Doutor	TOTAL
19	43	9	71

Fonte: UFOP em Números. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019.

2 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA

Quadro 7 - Informações gerais sobre o curso de Pedagogia

Nome do curso:	Pedagogia – Licenciatura
Modalidade:	(x) presencial ( ) a distância
Turnos de funcionamento:	( ) manhã (x) vespertino (x) noite ( ) integral
Endereço de funcionamento:	Rua do Seminário, s/n Centro-Mariana/MG cep 35420-000
Unidade Acadêmica:	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)
Atos legais de autorização:	Resolução Cepe n. 3354
Titulação conferida aos egressos:	Licenciatura em Pedagogia
Número de vagas oferecidas:	40 vagas por semestre
Regime de matrícula:	( ) anual (x) semestral
Tempo máximo de integralização (anos e semestres letivos)	Tempo máximo - 6 anos - 12 semestres
Conceito Preliminar do curso (CPC):	4
Nota do Enade:	4

Fonte: UFOP em Números (2017). Disponível em:<https://ufop.br/ufop-em-numeros> acesso em 31/07/2019.

O ingresso no curso de Pedagogia da UFOP ocorre por meio de processos seletivos de caráter público, sendo eles:[3]

Sistema de Seleção Unificada (Sisu): considerado a principal forma de ingresso na UFOP, utiliza o sistema informatizado do Ministério da Educação, por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos(as) participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O processo seletivo ocorre semestralmente e a universidade adota política de ação afirmativa que destina cinquenta por cento das vagas aos(as) egressos(as) de escolas públicas. A política de cotas engloba, ainda, a reserva de vagas a estudantes que, além de terem estudado em escolas públicas, apresentam baixo nível socioeconômico; algum tipo de deficiência e se autodeclaram pretos(as) e pardos(as).

[3] As informações relativas as formas de ingresso no curso foram retiradas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 da UFOP. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/pdi_ufop_2016_2025.pdf, acesso em 18 de outubro de 2020.

Processo seletivo de reopção de curso, reingresso, transferência e portador de diploma de graduação: processo por meio do qual são ofertadas as vagas remanescentes geradas especialmente pelas evasões ocorridas nos diferentes cursos.

• Reopção: destinada a estudantes da UFOP que queiram mudar de curso;

• Reingresso: destinado a estudantes da UFOP que tenham abandonado o seu curso;

• Transferência: destinada a estudantes de outras instituições de ensino superior que queiram se transferir para a UFOP;

• Portador de diploma de graduação: destinado a candidatos(as) que queiram cursar uma nova graduação na UFOP.

Outras formas de ingresso:

• Estudante Convênio PEC-G: o ingresso é realizado por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, que objetiva a formação de recursos humanos, possibilitando a cidadãos(ãs) de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos em nível de graduação nas instituições de ensino superior brasileiras;

• Acordos de Dupla Diplomação ou Mobilidade Acadêmica: o ingresso de estudantes estrangeiros é realizado mediante acordo firmado com as suas instituições de origem para oferta de duplo diploma ou Mobilidade Acadêmica;

• Mobilidade Acadêmica Nacional: o ingresso do(a) estudante é feito por meio do Convênio ANDIFES de Mobilidade Acadêmica Nacional, criado em 2003 através de acordo celebrado pelas IFES de todo o país; • Transferência ex officio: regulamentado pela Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.

3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

REITORIA

Reitora
Profª. Cláudia Aparecida Marliére de Lima

Vice-Reitor
Prof. Hermínio Arias Nalini Júnior

CHEFIA DE GABINETE

Chefe de Gabinete
Prof. Élido Bonomo

Assessora Técnica da Reitoria
Débora Walter dos Reis

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Pró-Reitora de Graduação
Profª. Tânia Rossi Garbin

Pró-Reitor Adjunto de Graduação
Adilson Pereira dos Santos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Sérgio Francisco de Aquino

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação
Profª. Renata Guerra de Sá Cota

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitor de Extensão
Prof. Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp

Pró-Reitora Adjunta de Extensão
Profª. Gabriela de Lima Gomes

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis
Profª. Natália de Souza Lisboa

Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Comunitários e Estudantis
Sabrina Magalhães Rocha

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Eleonardo Lucas Pereira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento
Máximo Eleotério Martins

DIRETORIA DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

Diretor de Orçamento e Finanças
Eduardo Curtiss dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Pró-Reitora de Administração
Profª. Rita de Cássia Oliveira

Coordenador de Gestão de Pessoas
Daniel Caldas

Coordenador de Logística e Segurança
Vicente Evangelista de Oliveira

PREFEITURA DO CAMPUS

Prefeita do Campus Universitário
Profª. Sandra Maria Antunes Nogueira

Prefeito Adjunto do Campus Universitário
Edmundo Dantas Gonçalves

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Coordenador de Comunicação Institucional
Francisco José Daher Junior

COORDENADORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Coordenadora de Assuntos Internacionais
Jaqueline Pinheiro Shultz

NÚCLEO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

Coordenador do Núcleo de Tecnologia de Informação
Abelard Ramos Fernandes

SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Diretora do Sistema de Bibliotecas e Informação
Gracilene Maria de Carvalho

Quadro 8: Técnicos(as) Administrativos(as) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)

Nome	Função
Alba Barreto Barboza de França	Assistente Social do Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis (Nace)
Carlos César Araújo	Coordenador da Coordenadoria de Estágios (Cest)
Edirley José da Silva Rodrigues	Técnico de Tecnologia da Informação
Cátia Regina Marques Fortes da Mata	Secretária do Departamento de Educação
Flávia Cristina Olivia	Secretária dos colegiados dos cursos de graduação do ICHS
Hugo Falcão	Analista de Tecnologia da Informação
Janaina Fonseca Gomes Tette	Secretária do Centro de Extensão de Mariana (Cemar)
Jucileide das Dores Lucas Tolentino	Secretária dos colegiados dos cursos de graduação do ICHS
Lígia Carvalho Reis	Psicóloga do Nace
Lindomar Pedroza	Secretário da Seção de Ensino do ICHS
Luciana Matias Felício Soares	Bibliotecária
Marcos Antônio Gonçalves	Técnico de Tecnologia da Informação
Maria Luísa das Chagas	Secretária da Seção de Ensino do ICHS
Michelle Karina Assunção Costa	Bibliotecária
Priscila Sena Gonçalves	Assistente Social do Nace

Fonte: Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) UFOP. Disponível em: <www.https://ichs.ufop.br/> acesso em 31/07/2019.

A UFOP é integrada, como vimos, por uma Reitoria, pelos Conselhos Universitários Superiores, Pró-Reitorias, Prefeitura do Campus, Unidades Acadêmicas – Faculdades, Escolas e Institutos –, Departamentos, Colegiados de Curso de Graduação e Coordenações dos Programas de Pós-Graduação, e foi normatizada por meio Resolução CUNI nº 414, de 11 de novembro de 1997.

Constituindo os dois principais conselhos, com funções deliberativas e decisórias, estão o Conselho Universitário, (CUNI), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), nos quais o presidente é o(a) Reitor(a). Dentre as principais funções do conselho acima citado estão a elaboração, a implementação e o acompanhamento das diretrizes básicas de funcionamento da instituição, nas esferas administrativas e disciplinares. Já com relação ao CUNI, de acordo com o Décimo Artigo da Resolução CUNI No 414, as atribuições são,

principalmente, "[...] fixar normas complementares às deste Estatuto e do Regimento Geral da UFOP sobre Concurso Vestibular ou outro meio de ingresso equivalente, currículos, programas, matrículas, transferências, avaliação de aproveitamento escolar, aproveitamento de estudo, atividades e programas de pesquisa e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência".

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP (PDI 2016-2025) define como sendo a missão institucional:

> [...] produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, contribuindo para a formação do sujeito como profissional ético, crítico-reflexivo, criativo, empreendedor, humanista e agente de mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2016, p. 13).

4 O CURSO DE PEDAGOGIA

Pode-se dizer que a formação do(a) professor(a) no Brasil inicia-se com a instalação da primeira Escola Normal do Brasil, no ano de 1834. Em 1835, foi criada a primeira Escola Normal de Minas Gerais, a Escola Normal de Ouro Preto, através do art. 7 da Lei n. 13, onde deveria ser ensinado o método de ensino. É a partir da criação das escolas de primeiras letras no ano de 1827 e, no caso de Minas Gerais em 1835 a partir da Lei n. 13, que se intensifica a preocupação com a formação dos(as) professores(as) e torna-se esta uma questão central. Quem deveria ser professor(a) e quais os conhecimentos que ele(a) deveria adquirir? Esta pergunta obteve várias respostas durante esses 173 anos e o sentido da formação do(a) professor(a) continua em aberto.

Já o curso de pedagogia foi criado pelo Decreto-lei nº 1190, de 1939 (BRASIL, 1939), com a finalidade de preparar docentes para a escola secundária. Surgiu junto com as licenciaturas, na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Esta faculdade formava bacharéis(las) e licenciados(as) para várias áreas, entre elas, a pedagógica, seguindo a conhecida fórmula "3+1", na qual as disciplinas pedagógicas, cuja duração prevista era de um ano, eram justapostas às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos. Formava-se o(a) bacharel(a) na área em questão nos três primeiros anos e, depois de concluídas as disciplinas educacionais e pedagógicas, conferia-se o diploma de licenciado(a) na área das disciplinas do bacharelado inicial.

A inserção profissional dos(as) formandos(as) do curso de Pedagogia, neste modelo inicial, era a seguinte: como bacharel(a), o(a) pedagogo(a) poderia ocupar o cargo de técnico(a) em educação, do Ministério da Educação; como licenciado(a), seu principal campo de trabalho era o curso normal, não exclusivo do(a) pedagogo(a), já que pela Lei Orgânica do Ensino Normal, para lecionar nesse curso bastava o diploma de ensino superior.

Esse modelo do curso de Pedagogia permaneceu até 1969, quando se aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura, e criaram-se as "habilitações". A concepção do modelo anterior é mantida: o curso foi dividido em blocos distintos e autônomos, tendo, por um lado, as disciplinas componentes dos "fundamentos da educação" e, por outro lado, as disciplinas específicas das habilitações. O curso de Pedagogia passa, assim, a formar

especialistas em educação – supervisor(a) escolar, orientador(a) educacional, administrador(a) escolar e inspetor(a) de ensino. Dentre as habilitações, continuava a ofertar a licenciatura, ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais, com possibilidade de formação para a docência nos primeiros anos do ensino fundamental.

A formação do(a) professor(a) das séries iniciais continuava a ser realizada no Curso Normal. A promulgação da lei 5692/71 (BRASIL, 1971) autorizou o funcionamento do sistema de formação desse(a) professor(a) como curso profissionalizante integrando-o(a) ao ensino de segundo grau, o que teve um efeito de proliferação desse sistema. A formação desse(a) professor(a) passou a ser limitada a treinamento de habilidades e instrumentação técnica desvinculada de uma análise global do processo educativo.

Percebe-se, portanto, que no sistema educacional brasileiro formava-se os(as) professores(as) no nível médio de ensino e, no curso de pedagogia, formava-se profissionais de educação para ocupar cargos de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional nas escolas. Esse modelo revela a estrutura de funcionamento da sociedade brasileira naqueles anos: uma estrutura hierarquizada e burocrática.

Seguiu-se um debate nas décadas seguintes a respeito da identidade do(a) pedagogo(a) no Brasil, identidade está fragmentada pelo currículo e por uma profissionalização considerada insatisfatória para realizar a tarefa educativa. Após as eleições de 1982, alargava-se o anseio por participação entre educadores(as) e diversas experiências de participação começaram a acontecer em vários estados e municípios, como O I Congresso Mineiro de Educação, o I Encontro de Professores de Primeiro Grau do Estado do Rio de Janeiro e o Fórum de Educação do Estado de São Paulo. No plano nacional, os(as) educadores(as) engajaram-se na luta pela reformulação do curso de Pedagogia e das licenciaturas, contrapondo-se às reformas definidas nas instâncias oficiais. Nesses movimentos, firmou-se o princípio de que a base da identidade profissional de todo(a) educador(a) é a docência.

A partir do início dos anos 90, o movimento nacional tinha presente a ideia de que não seria possível reformular os cursos de Pedagogia sem reformular também, no mesmo sentido, as licenciaturas e que esta reformulação implicava mudanças no próprio sistema educacional. Esta compreensão constituiu um fator aglutinador de educadores(as) e instituições de ensino: a defesa de uma política global de formação dos(as) profissionais da educação que contemple formação inicial, carreira, salário e formação continuada.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Artigo 62, estabelece que "A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal". Criou-se, com isso, o Curso Normal Superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental em várias instituições de ensino superior no Brasil. A mesma lei, em seu Artigo 64, estabelece que "[...] a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional". Manteve-se, portanto, a mesma estrutura de formação de professores(as) anterior, mudando apenas a necessidade de a formação do docente ser feita em curso normal superior.

O movimento de discussão e elaboração das Diretrizes do curso de Pedagogia tem um marco importante em 1998, quando a Comissão de Especialistas de Pedagogia, instituída para elaborar as diretrizes do curso, desencadeou amplo processo de discussão, em nível nacional, ouvindo as coordenações de curso e as entidades – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia. O resultado desse processo foi a elaboração do Documento das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e seu encaminhamento ao CNE, em maio de 1999.

Essa comissão assumiu a posição de que o curso de Pedagogia se destinava à formação de um(a) profissional habilitado(a) a atuar no ensino, na organização e na gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, nas diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional. Assim, o(a) pedagogo(a) poderia atuar na docência na educação infantil, nas

séries iniciais do ensino fundamental e nas disciplinas de formação pedagógica do nível médio, e na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educacionais escolares e não-escolares, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, nas áreas emergentes do campo educacional. Este projeto foi uma tentativa de contemplar os campos de atuação do(a) pedagogo(a), tendo por base central a formação docente.

Abre-se assim uma perspectiva de aumentar a importância do papel das instituições de ensino superior que poderiam ofertar uma formação respeitando a sua vocação, o seu interesse, a demanda local e sua função social. Essas concepções formam a base da organização da estrutura curricular, que abrange duas partes intrinsecamente relacionadas – os conteúdos básicos e a parte diversificada ou de aprofundamento. Os conteúdos básicos seriam os articuladores da relação teoria-prática, considerados obrigatórios pelas instituições de ensino superior para a organização de sua estrutura curricular e relativos ao contexto histórico e sociocultural, compreendendo os fundamentos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos e antropológicos necessários para a reflexão crítica nos diversos setores da educação contemporânea; ao contexto da educação básica, compreendendo o estudo dos conteúdos curriculares da educação básica escolar, os conhecimentos didáticos, as teorias pedagógicas em articulação com as metodologias, tecnologias de informação e comunicação e suas linguagens específicas aplicadas ao ensino, o estudo dos processos de organização do trabalho pedagógico, gestão e coordenação educacional, o estudo das relações entre educação e trabalho, entre outras demandas da sociedade; ao contexto do exercício profissional em âmbitos escolares e não escolares, articulando saber acadêmico, pesquisa e prática educativa.

A outra parte refere-se aos tópicos de estudo de aprofundamento e diversificação da formação. Essa diversificação foi considerada necessária pela Comissão de Especialistas na formação do(a) pedagogo(a) para atender a diferentes demandas sociais e para articular a formação aos aspectos inovadores que se apresentam no mundo contemporâneo. Tal diversificação poderia ocorrer através do aprofundamento de conteúdos da formação básica e pelo oferecimento de conteúdos voltados a áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico da instituição de ensino superior. Respeitado o princípio de flexibilização,

as diferentes modalidades podem ser concomitantes, complexificando-se e verticalizando-se de acordo com o desenvolvimento do curso.

Dois outros componentes foram destacados, considerando a flexibilização do currículo: os estudos independentes e as práticas pedagógicas. O primeiro diz respeito aos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelos(as) estudantes, através de estudos e práticas independentes, respeitando o prazo mínimo estabelecido para a conclusão do curso. Esses mecanismos englobam diversos tipos de atividades, entre elas, monitorias e estágios, programas de iniciação científica, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins, participação em eventos científicos no campo da educação etc.

O segundo componente é constituído pelas práticas pedagógicas, que estão configuradas como um trabalho coletivo da instituição, implicando a participação de todos(as) os(as) professores(as) responsáveis pela formação do(a) pedagogo(a) na formação teórico-prática de seu(a) aluno(a). Assim, a relação teoria-prática foi considerada como um eixo articulador da produção de conhecimento na dinâmica do currículo. Há três modalidades de práticas pedagógicas:

- A primeira, instrumento de integração do(a) aluno(a) com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso, possibilita a interlocução com os referenciais teóricos do currículo. Deve ser realizada nos primeiros anos do curso e acompanhada pela coordenação docente da instituição de ensino superior. Deve permitir a participação do(a) aluno(a) em projetos integrados, aproximando as ações propostas pelas disciplinas.
- A segunda, instrumento de iniciação à pesquisa e ao ensino, na forma de articulação teoria-prática, considera que a formação profissional não se desvincula da pesquisa. A reflexão sobre a realidade observada gera problematização e projetos de pesquisa compreendidos como formas de iniciação à pesquisa educacional.
- A terceira, destina-se à iniciação profissional e deve ocorrer em escolas e unidades educacionais, nas atividades de observação, regência ou projetos, como um saber-fazer que busca orientar-se por teorias pedagógicas para responder às demandas colocadas pela prática pedagógica. Deve estar presente desde os primeiros anos do curso, configurando a prática pedagógica necessária ao exercício profissional.

Depois de muito debate, vieram a público as Diretrizes curriculares do curso de pedagogia, em 2005, consubstanciadas nos Pareceres CNE/CP n. 05/2005, 01/2006 e na Resolução CNE/CP n. 01/2006. A partir de então, o curso de Pedagogia é uma licenciatura:

> Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e 3/2006 (BRASIL, 2006b).

E o eixo central da formação do(a) pedagogo(a) é a docência:

> Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
> § 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006b).

Isso não quer dizer que o curso de Pedagogia se destina apenas à formação do(a) professor(a) para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, mas sim que a docência é o seu eixo estruturante, como podemos ver a seguir:

> Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

> Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:
> I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
> II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
> III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006b).

Definido desta forma, o Conselho Nacional de Educação esclarece, no Parecer CNE/CP Nº 3/2006, os seguintes pontos:

> Fica, portanto, reiterada a concepção de que a formação dos profissionais da educação, para funções próprias do magistério e outras, deve ser baseada no princípio da gestão democrática (obrigatória no ensino público, conforme a CF, art. 206-VI; LDB, art. 3º-VIII) e superar aquelas vinculadas ao trabalho em estruturas hierárquicas e burocráticas. Por conseguinte, como bem justifica o Parecer CNE/CP nº 5/2005, em tela, sendo a organização escolar eminentemente colegiada, cabe prever que todos os licenciados possam ter oportunidade de ulterior aprofundamento da formação pertinente, ao longo de sua vida profissional (BRASIL, 2006a).

Essas novas diretrizes demarcam novo tempo e apontam para novos debates no campo da formação do(a) profissional da educação no curso de pedagogia, na perspectiva de se aprofundar e consolidar sempre mais as discussões e reflexões em torno desse campo. A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que redefiniu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados(as) e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada", coloca o foco na formação para a docência da educação básica. Segundo o referido documento:

> Art. 3o A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas –

> educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional (BRASIL, 2015).

Após termos traçado o percurso histórico do Curso de Pedagogia no Brasil, buscaremos destacar a sua inserção na UFOP, a partir da mobilização de professores(as) do Departamento de Educação (DEEDU), localizado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, no Campus de Mariana. Desde seu início, o DEEDU atuava como parceiro na formação de alunos(as) das licenciaturas da UFOP, oferecendo disciplinas para os cursos de :História, Letras, Ciências Biológicas, Filosofia, Matemática, Artes Cênicas, Música, Física, Química, Educação Física, além de disciplinas para o bacharelado. A partir de 2018 o DEEDU se concentrou nas disciplinas exclusivas para a licenciatura.

Desde a criação das licenciaturas, os(as) professores(as) do DEEDU acalentaram o desejo de criar um curso de Pedagogia por mais de uma década. A partir da tradição consolidada em contribuir de forma expressiva para a formação professores(as) para a educação básica – Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio – o corpo docente do DEEDU vislumbrou, por meio do projeto submetido e aprovado em 2008, a possibilidade de também formar professores(as) para a Educação Infantil e para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O curso de Pedagogia funciona, portanto, desde 2009 e já formou mais de 800 professores(as) para Educação Básica. O Departamento de Educação conta, atualmente, com 27 professores(as), sendo 90% desses professores doutores e efetivos na UFOP, conforme quadro apresentado mais adiante.

Entendemos que a reforma curricular do curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP (ICHS) que vem sendo cuidadosamente pensada desde a formatura da primeira turma de pedagogos(as) em 2012, parte da constatação de que precisamos entender os fatores que incidem no processo de ensino e de aprendizagem, como processos separados, mas articulados. É essa visão, aliada ao compromisso de repensar

continuamente a qualidade do curso e a necessária readequação às normativas vigentes, que orienta a formulação da reforma do Curso de Pedagogia, iniciado em 2009, que tem como objeto uma concepção de formação docente baseada na relação teoria e prática, na formação de professores e professoras reflexivos(as), na atividade de pesquisa como dimensão fundamental da ação pedagógica. A proposta curricular ainda em curso, avaliada pelo MEC em 2013 e conceituada com a nota 4, é colocada em questão pelos desafios da formação verificados por meio das pesquisas que que vem sendo desenvolvidas nos âmbitos do Mestrado e Doutorado em Educação e dos grupos e núcleos de pesquisa do ICHS na região dos Inconfidentes as quais nos colocam o desafio de rever o Curso de Pedagogia, bem como a concepção de formação docente desenvolvida no DEEDU.

Esta proposta de alteração curricular parte da necessidade de aproximar o formato do curso às demandas atuais da formação de professores(as) para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental que já se encontram consubstanciados nas Propostas de Diretrizes para Formação Inicial de Professores na Educação Básica.

A alteração curricular também é importante para adequar a oferta de disciplinas à real necessidade de problematizar as questões advindas do público ao qual se destina o(a) profissional da pedagogia: crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nessa proposta, a ênfase do curso passa a ser o sujeito – tanto o(a) que ensina o(a) professor(a), quanto o(a) que aprende (a criança de 0 a 6; a criança de 7 a 11 anos; o adolescente de 12 a 15 anos e o jovens e adultos) em relação aos procedimentos técnicos e metodológicos.

Considerando, desse modo, as demandas regionais da formação docente para a atuação na educação infantil e nos anos iniciais do início do ensino fundamental, pretendemos ultrapassar a dualidade na formação docente e superar as ambiguidades entre concepção e prática, que ainda marcam a organização da escola básica e o trabalho coletivo.

4.1 JUSTIFICATIVA

Além de ministrar disciplinas nas licenciaturas da UFOP, o DEEDU aglutina pesquisas, seja por meio dos Programas de Iniciação Científica da UFOP e agências de fomento, seja na parceria com o Programa de Pós Graduação em Educação, criado em 2011 e cujo Doutorado iniciou-se em 2019, e que vem promovendo inúmeras investigações na área

da educação na região, bem como relevantes eventos científicos, culturais e pedagógicos. Também é no âmbito do DEEDU que são desenvolvidos inúmeros projetos de extensão, muitos deles sediados no Programa UFOP com a Escola, que será apresentado posteriormente neste documento.

A partir dessas práticas voltadas para o ensino, pesquisa e extensão o curso de Pedagogia foi criado e vem se desenvolvendo como o espaço acadêmico de que a universidade brasileira dispõe para os estudos sistemáticos e avançados da área da Educação. E, no contexto e especificidade do referido curso, a proposta é formar educadores(as) para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, para exercer funções de magistério, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, dentro de uma visão ampla, não-fragmentada do sistema educacional e do trabalho do(a) educador(a).

Tem-se como premissa que o eixo da formação do(a) pedagogo(a) é o trabalho pedagógico escolar, que tem na docência, interpretada como ato educativo intencional, o seu fundamento. A docência é compreendida em seu sentido amplo, enquanto trabalho e processo pedagógico construído no conjunto das relações sociais e produtivas e em sentido estrito, como expressão multideterminada de procedimentos didático-pedagógicos intencionais, passíveis de uma abordagem transdisciplinar. Assumimos, assim, a docência no interior de um processo formativo e não em uma visão reducionista de um conjunto de métodos e técnicas supostamente neutros, descolado da realidade histórica. O curso de Pedagogia é, nesse sentido, o curso basilar da formação acadêmico-científica, teórico-investigativa do campo educacional e do trabalho pedagógico.

Embora a UFOP acolha alunos(as) oriundos(as) de todas as partes do Brasil, a relevância do curso de Pedagogia da UFOP se confirma por meio de diversas ações, no ensino, na prática de pesquisa e na extensão, nas instituições educacionais de educação básica públicas nas cidades de Ouro Preto e Mariana e no entorno, em que constatamos a riqueza das interações.

É por isso que acreditamos que o curso de graduação em Pedagogia nesta instituição vai ao encontro dos anseios e necessidades tanto da comunidade da própria Universidade, como dos sujeitos que vivem nesta região. A presença desse curso, cujos fundamentos estão

alinhados aos atuais debates em âmbito nacional sobre a formação do(a) educador(a) e da valorização do(a) professor(a) da educação básica, coloca em evidência o compromisso político tanto do corpo docente do Departamento de Educação, quanto da administração desta Instituição, que visa a contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública neste país.

Nesse sentido, o Departamento de Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, por meio do Curso de Pedagogia, identifica, considera e procura intervir de forma a superar as necessidades abaixo, tendo em vista a realidade educacional de Mariana, Ouro Preto e arredores, que nos aponta as seguintes questões:

- As dificuldades e necessidades da população alvo, que buscam estudos de complementação para sua formação pedagógica.
- A necessidade de contribuir com a capacitação do(a) profissional da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.
- A carência de pessoal qualificado nas escolas já existentes.
- A necessidade de continuação dos estudos após a conclusão do curso normal ou magistério para muitos(as) professores(as) já em exercício.
- A importância da educação básica e a necessidade de superar as causas dos ainda baixos níveis de sucesso escolar.
- A necessidade de ampliar e fortalecer a área educacional da Universidade Federal de Ouro Preto, que já conta com 14 licenciaturas, um curso de especialização[4], dois mestrados (um acadêmico e um profissional) e um doutorado na área da educação, com inúmeros projetos de pesquisa e de extensão na mesma área educacional, além do programa "UFOP com a Escola - UCAE", que visa fomentar - por meio de ações extensionistas- a educação básica de qualidade por meio da aproximação da Universidade com as escolas públicas e demais instituições da região.

[4] As informações relativas aos cursos de licenciatura foram retiradas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 da UFOP. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/pdi_ufop_2016_2025.pdf, acesso em 18 de outubro de 2020.

4.2 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Pedagogia da UFOP, como já afirmado, privilegia a formação docente, conferindo centralidade a três amplos pressupostos conceituais, os quais se articularão de forma espiral, a saber: sujeitos, saberes e instituições, numa concepção na qual o(a) professor(a) e a professora saibam atuar de forma a se compreender como docente, o sujeito e a sala de aula, a instituição escolar em articulação com o sistema educacional e com a sociedade de modo geral como consequência, serão capazes de reinventar a prática pedagógica no contexto do trabalho coletivo. A partir desses três eixos o Curso de Pedagogia enfocará os processos de ensino, por um lado e a aprendizagem por outro, destacando os sujeitos que participam dessas ênfases, articulados à pesquisa e à extensão, ao estágio como lócus privilegiado da articulação teoria e prática referendado nos processos de avaliação e de reinvenção da prática pedagógica.

Eixo 1 - *Educação básica - docência para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN N° 9394/96) (BRASIL, 1996) organiza a educação escolar básica integrando a educação infantil e o ensino médio ao ensino fundamental obrigatório de nove anos, aumentando a duração da escolaridade considerada base necessária para exercer a cidadania, inserir produtivamente sujeitos no mundo do trabalho e desenvolver um projeto de vida pessoal autônomo e superior.

Para tal, a formação de docentes da educação básica, precisa romper de fato com o modelo de racionalidade técnica, levando em consideração a multiplicidade de dimensões presentes no ato educativo. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de pensar a educação, o(a) educador(a) perspectivado(a) pelos valores democráticos e no reconhecimento do fim social a que se destina a escola; pela defesa da profissionalização docente, promotora do engajamento pessoal do(a) docente no exercício da atividade educativa e de sua qualificação e pelo domínio dos conteúdos específicos e dos conteúdos pedagógicos, a serem integrados interdisciplinarmente no desenvolvimento de habilidades e competências por parte do(a) educando(a). Consideramos ainda, a importância de se levar em conta na formação docente a dimensão cultural e subjetiva do sujeito docente e do(a) aluno(a).

A LDBEN Nº 9394/96 (BRASIL, 1996) estabelece que o atendimento à educação infantil deve ser ofertado em creches para crianças de zero a três anos e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos, ambas com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento integral da criança. Isso significa incluí-la no sistema oficial de políticas educacionais, saindo da improvisação para um atendimento estruturado. A referida lei indica, ainda, a necessidade do reconhecimento do(a) professor(a) da educação infantil como profissional da educação, que tenha formação específica para atuar nessa etapa da educação básica, o que orienta nossa proposta de reformulação curricular.

Focalizamos nesta proposta a especificidade da docência para a educação da infância, entendendo essa fase da formação humana em sua amplitude e em sua complexidade, ou seja, percorrendo as fases que se compõem de desafios físicos, psíquicos, culturais e sociais mais específicos. Portanto, tratamos, inicialmente, de duas etapas distintas do ponto de vista da estrutura escolar – educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental – mas integradas na perspectiva da formação humana, o que não raro pode incluir o público jovem e adulto quando esse ainda se encontrar retido no ensino fundamental.

Entendemos, ainda, que os processos de produção e socialização do conhecimento, cada vez mais complexos, trazem novos desafios aos(as) profissionais da educação. Verificamos a crescente preocupação com a função social da escola diante dos princípios de formação da cidadania e de democratização das relações sociais. Nesse quadro os(as) docentes despontam como sujeitos indispensáveis ao desenvolvimento de ações que devem articular o cotidiano das relações de ensino e de aprendizagem à noção de sociedade, atualmente multifacetada, e ao contexto local e suas especificidades que envolvem famílias e outros atores com os quais a escola se relaciona. Os(as) profissionais da educação necessitam de um conjunto de saberes gerais e específicos para abarcar e interpreta a complexidade inerente a este contexto, bem como para compreender a instituição escolar e suas facetas: o sistema educacional, as políticas educacionais, a gestão democrática e suas instâncias consultivas e deliberativas - os colegiados, as assembleias escolares e demais conselhos, assim como a relação com a comunidade local na qual a escola se insere.

Por fim, ressaltamos que o exercício da docência, no âmbito do Curso de Pedagogia da UFOP é concebido como o exercício responsável e comprometido com a formação humana, com a democratização do conhecimento e da garantia de uma educação de qualidade,

indistintamente, a todos os sujeitos, com vistas à transformação social.

Eixo 2 - *Pressupostos da formação de professores/as: sujeitos, saberes e instituições*

As mudanças no interior da ordem capitalista abalaram todo o conjunto de ideais da modernidade e as formas de relação dos indivíduos com a natureza, com a cultura e com a sociedade, desestabilizando, principalmente, atividades que se definiam como articuladoras de certezas. Em países do Terceiro Mundo, a crise no universo de atuação do magistério é ainda mais séria, porque o quadro das desigualdades sociais é dramático e os(a) docentes se vêem face a face com a necessidade de articular sua ação numa totalidade esfacelada. "Ensinar o quê? Para quem? Para quê? Por quê?" Compreender essas contradições é um dos desafios dos(as) pesquisadores(as) que investigam o mundo do trabalho docente.

Para Schön (2003), o modelo de formação segundo o qual a atividade profissional é movida também por uma racionalidade técnica, embasada na teoria começa a ser questionado já na década de 1960. Outros aspectos como, complexidade, incerteza, instabilidade, singularidade, conflitos de valores passam a ser então considerados. Para entendermos a crítica que se faz a esse modelo, é interessante mencionar algumas características da prática docente, apontadas pelo autor.

Em primeiro lugar, os problemas, na prática pedagógica cotidiana, não se apresentam de forma definida ou podem ser totalmente conhecidos a priori, pois a problematização de determinada realidade ou contexto depende direta ou indiretamente do referencial político e filosófico do profissional que realiza a análise (SCHÖN, 2003). Assim, a atividade profissional não se volta exclusivamente para a solução de problemas, mas, antes disso, para a estruturação do problema, envolvendo também a definição de decisões, os fins e os meios para atingir essas decisões. Em segundo lugar, a prática docente envolve uma série de ações que as pessoas não sabem descrever com precisão. "Existe um saber que se dá no fazer". Esse saber tácito ou conhecimento prático é adquirido por meio do exercício da atividade, a partir da experiência adquirida. Os(as) professores(as) dão respostas imediatas a problemas que se enquadram dentro da mesma estrutura que outros problemas já resolvidos.

O modelo de racionalidade técnica mostra-se, portanto, inadequado a essa concepção de ação docente apontada pelo autor, uma vez que desconhece o papel do(a) educador(a) como agentes de construção da sua própria prática. Ou seja, o modelo não reconhece o(a)

professor(a) como sujeito que define quais são os problemas que merecem ser levados em conta, a partir da sua filosofia de vida, das suas concepções de educação ou, ainda, a partir da maneira como percebe sua atividade docente.

Esse modelo é mais uma vez inadequado por não considerar o saber da experiência, ou seja, o saber que o profissional constrói na sua relação cotidiana com o contexto educativo (TARDIF, 2002). No modelo de racionalidade técnica, concebe-se a prática pedagógica como sendo uma transposição direta de preceitos teóricos, de métodos de trabalho, de receitas didáticas. Considera-se a prática do(a) professor(a) como sendo a simples aplicação do que eles aprenderam nos cursos de formação. Os diferentes fatores que influenciam e determinam a ação educativa não são levados em conta pelo modelo de racionalidade técnica.

Por outro lado, há outras concepções acerca da carreira docente que procura ressaltar o fato de que os docentes se tornam os(as) professores(as) que são, porque traduzem para si, a partir das suas características pessoais, os conhecimentos teóricos, as interações que vivenciam dentro e fora da escola, as observações que fazem de outras práticas docentes antes de se tornarem professores(as). De acordo com essa perspectiva de análise, os(as) profissionais criam, a partir de sua experiência, soluções para os problemas que eles próprios definiram como sendo relevantes. Ou seja, os(as) professores(as) constroem saber e conhecimentos, e não apenas utilizam-se daqueles produzidos pelas instâncias consideradas responsáveis pela formação docente.

É no sentido de possibilitar a construção e a reconstrução desse saber-fazer, construído a partir do saber da experiência, que as novas propostas pedagógicas e didáticas têm dado ênfase à necessidade dos(as) profissionais da educação estarem constantemente refletindo sobre suas ações: a partir de suas ações, sobre suas ações, e durante suas ações.

Schön (2003) ressalta, nesse sentido, a importância da reflexão como fonte de produção de um saber-fazer que se dá a partir da análise da própria prática. A partir da reflexão, o(a) profissional pode criticar a compreensão tácita subjacente, a avaliação e o julgamento de uma situação. É possível ainda, a partir da reflexão, questionar as estratégias utilizadas e descobrir as teorias implícitas que fundamentam a ação do(a) educador(a). Essa reflexão-na-ação e sobre a ação, segundo o autor, torna o(a) profissional um(a) pesquisador(a) que define os meios e os fins da sua ação de forma interativa. Esse(a) profissional não separa o pensar do fazer. Ele(a) elabora uma decisão que mais tarde converte em ação. O(a)

profissional da educação deveria ser capaz de agir de forma a garantir um movimento de ação-reflexão-ação e, para tanto, deveria ser capaz de levar em consideração o que os(as) alunos(as) dizem e fazem, de refazer, a partir da leitura da própria prática, conceitos e posturas. É o que se tem chamado de profissional reflexivo. Como já foi anteriormente assinalado, o(a) professor(a) experimenta reflexivamente as complexidades da sala de aula, interage com as situações divergentes, questiona suas próprias crenças e os valores hegemônicos da educação em nossa sociedade, propõe alternativas e reinventa a prática para além do planejamento formal e dos saberes prescritos.

À medida que fica evidenciada a importância dos saberes produzidos na prática e, ainda, do papel que o próprio sujeito tem na formação da sua identidade profissional, somos levados a crer que a configuração do(a) profissional da educação relaciona-se aos três pressupostos conceituais já mencionados no início deste tópico: o primeiro deles diz respeito aos sujeitos, o segundo aos saberes escolares e o terceiro diz respeito às instituições. Esses pressupostos não obedecem a uma hierarquia de importância e se faz necessária sua articulação para entender a complexidade dos processos de ensino e de aprendizagem.

4.2.1 Os sujeitos da formação

Partimos dos pressupostos de Charlot (2000) que considera o sujeito com um ser social, que ocupa uma posição e um espaço social, inscrito em relações sociais; é um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história, à sua singularidade. Aqui, o sujeito é constituído com base nos efeitos das relações interpessoais e no que se refere aos valores e produções discursivas, que se organizam em identidades plurais de gênero e sexualidade, raça e etnia, credo, geração e outras tantas. O discurso parece trazer à tona o lugar da subjetividade – sempre em relação ao outro ou ao social. Essa subjetividade, portanto, não é resultante de uma identidade fixa, autônoma e ideal, mas, antes, é efeito de uma celebração móvel, de uma construção derivada de seus aspectos estritamente relacionais, cujo sujeito é dialeticamente transformador e transformado pelos seus valores discursivos.

Escutar os(as) professores(as) e aos(às) futuros(as) profissionais da educação é possibilitar a construção de um saber compartilhado com suas histórias de vida, suas

experiências e seus saberes, trazendo a teoria para a prática e descobrindo a teoria que existe na prática e, com isso, gerando a construção de um novo conhecimento sobre o processo educativo também com base nessa mobilidade subjetiva. Pretende-se ter acesso às vivências pessoais, e ao mesmo tempo, relacionar essas vivências ao contexto social mais amplo.

Trata-se de se levar em consideração o processo de construção da identidade dos(as) profissionais da educação, percebendo-o como a construção de maneiras diversas de constituição do sujeito pedagogo, como cada um(a) se sente e se diz. Isso requer um novo olhar para se entender o sujeito e suas múltiplas identidades. Assim, não há como tomar esse processo de construção como um núcleo ou um tesouro a ser desvendado através de um modelo a se estabelecer. Ao contrário, tal processo requer a investigação como postura, dada a ambiguidade, complexidade e a diversidade sobre as quais o sujeito faz borda. Desse modo, tal sujeito não é causa, mas efeito; não é cartesiano e racional, mas descentrado e múltiplo. Defendemos, não obstante, uma concepção de sujeito de nossos tempos como fruto de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento racional e científico.

Constata-se, portanto, que esse processo de construção de identidade é um processo complexo por meio do qual cada pedagogo(a) em formação narra sua subjetividade de maneira diversa porque foi politizado(a) pelos movimentos sociais; porque foi marcado(a) pelas lutas de poder; porque foi dividido(a) pelas suas pulsões inconscientes e pelas condições históricas que o(a) constituíram. O que somos como profissionais vem do desejo, de experiências, do lugar social, de significantes, de acasos que se consolidam em gestos, rotinas, ações, comportamentos, enfim, que nos fazem identificar como educadores e educadoras.

Assim, para compreendermos a ação docente, é preciso levar em consideração os valores, as normas, os discursos, os princípios que esses sujeitos sociais interiorizaram ao longo de suas trajetórias de vida e, ainda, a forma como os exteriorizam, transformando-os em ações diante da realidade objetiva. Se tivermos acesso a esse aspecto da formação, talvez possamos compreender algumas opções, atitudes, preferências que caracterizam a forma de ser de cada profissional, suas definições com relação à concepção de aluno(a), de educação, de escola e do seu próprio papel social. Ou seja, é preciso que se reflita não apenas sobre a posição pedagógica de maneira isolada, mas, sobretudo, sobre sua posição humana frente ao ato de gestar os processos educativos. O sujeito é a sua história: eis a via de acesso, ainda que parcial e incerta.

A formação profissional antecede a formação que se dá nos cursos responsáveis pela preparação para o exercício da carreira docente. Ela associa-se à própria história de vida do(a) educador(a). O percurso de vida é um percurso formador e, sem dúvida, não apenas marca, como sobretudo determina a vida profissional. Atualmente, no campo da formação docente, começa-se a reconsiderar o papel do sujeito que reaparece face às estruturas e aos sistemas e, com ele, reaparece a qualidade face à quantidade, a vivência face ao instituído. Assim, descentrados, os sujeitos sociais, não apenas no caso da educação, mas nas ciências humanas de um modo geral, são levados em consideração nas investigações e descobre-se que são capazes de ressignificar as realidades institucionais e, ressignificando-as, ressignificam a si mesmos.

Ainda com relação à dimensão individual da formação docente, cabe ressaltar a importância de se levar em consideração o saber-fazer dos(as) profissionais da educação. Mas é preciso, sobretudo, assegurar espaços nos quais esses(as) profissionais possam refletir sobre o seu saber-fazer, sobre a teoria que informa a sua prática e sobre as ações desencadeadas a partir de um saber tácito, construído ao longo da sua trajetória. É importante que a formação deixe claro que esse saber da experiência, e construído na experiência, é um instrumento importante para a construção de novos saberes por parte da categoria de professores(as).

4.2.2 Os saberes

Segundo Tardif, Lessard, Lahaye (1991, p. 216) os saberes docentes advêm de várias fontes: das disciplinas, dos saberes curriculares, saberes profissionais e os da experiência.

Para esses autores, os saberes da experiência são fundamentais para prática para formar a competência profissional. O nosso desafio é escolher dentre um leque enorme de disciplinas aquelas que atendam à especificidade do público infanto juvenil com o qual o(a) docente vai lidar futuramente. Outro desafio é articular essas disciplinas aos eixos propostos no próprio currículo da formação de pedagogos(as) o que nos interroga a nós próprios(as) como formadores(as) na Universidade. O campo da docência, por sua vez constitui-se de um campo de saberes bastante peculiar e os saberes da experiência que tanto podem vir para o campo da formação, quanto serem levados para o campo da atuação docente.

Acreditamos que o(a) professor(a) constrói saberes sobre e na sua ação docente, o que implica em reconhecer esse(a) profissional como sujeito do processo educativo que pensa a

sua ação. Para os(as) alunos(as), futuros profissionais, devem existir situações de formação envolvendo a troca de experiências, a reflexão de ações educativas bem como a pesquisa sobre a própria prática educativa. Portanto, o investimento do curso de Pedagogia deve privilegiar espaços e tempos que favoreçam a formação profissional docente num processo reflexivo, conforme defendido por Schön (2003) e Perrenoud (1993), proporcionando a reflexão na ação, e para além dela. Quando se considera o sujeito do inconsciente (DINIZ, 2012), isso significa que devemos pensar na formação de um(a) profissional que se indaga frequentemente sobre seu trabalho, se desestabiliza diante das questões colocadas pela prática, reformula suas hipóteses e não entende seu conhecimento como pronto, acabado, exato. Assim, consideramos a troca de experiências de suma importância para a prática docente na medida em que, ouvindo o relato de outros(as) colegas, possibilita a professores(as) e estudantes uma reflexão do seu próprio desempenho na atividade profissional. Essa estratégia, aliada às dimensões da pesquisa, da extensão e do estágio, concebido como espaço para pesquisa e reinvenção da prática educativa, são momentos privilegiados por este projeto pedagógico curricular.

4.2.3 As instituições escolares

O terceiro eixo a ser considerado, que também influencia a formação de profissionais da educação, está ligado à forma de ser das instituições escolares. Para se garantir a formação de profissionais reflexivos, pressupõe-se que as escolas de educação infantil e do ensino fundamental sejam espaços de formação capazes de possibilitar aos seus profissionais a aquisição de novos conhecimentos a partir da discussão e análise das suas próprias práticas, seja na sala de aula, seja nos demais espaços de intervenção, como a direção escolar e coordenação pedagógica. As instituições de ensino devem assegurar, por meio da sua organização, que a formação de seus(as) profissionais aconteça de modo contínuo, interativo e dinâmico, como traz Nóvoa (2017) em sua reflexão a respeito da necessidade de densidade formativa e profissional. Para o autor é fundamental que os cursos de formação docente repensem seus ambientes de formação e trabalho: “Em primeiro lugar, o ambiente universitário da formação inicial; depois, o ambiente da pesquisa, de forma a valorizar um terceiro gênero de conhecimento; finalmente, o ambiente de trabalho nas escolas, reforçando uma terceira presença dos professores enquanto coletivo” (NÓVOA, 2017, p. 202).

Nesse sentido, algumas questões devem ser problematizadas na presente proposta curricular: a forma como as escolas geralmente se organizam têm favorecido a construção coletiva do conhecimento pelos professores e professoras, gestores e gestoras, a partir da análise de suas práticas? Existe no cotidiano pedagógico espaço e tempo para que os(as) profissionais da educação reflitam sobre suas ações e busquem redimensioná-las? Quais perspectivas de gestão do trabalho educativo têm sido implementadas nas instituições de ensino? As propostas de gestão existentes favorecem ou dificultam as construções coletivas? Como se constroem e articulam os diferentes grupos existentes nas escolas? Como gerir os conflitos, considerando-os inerentes às relações humanas e propulsores da transformação institucional? E, especificamente sobre a formação docente: o cotidiano pedagógico, com seus condicionantes, tem favorecido qual formação? A prática docente, tal como ela se apresenta, estaria possibilitando aos(às) professores(as) construírem que saber? Levando-se em consideração a forma como as escolas organizam o seu cotidiano, que tipo de atuação profissional vem se configurando no dia a dia dessas instituições? Como trazer à tona vivências escolares de sujeitos que ainda não são profissionais da educação?

Ao falar em formação de profissionais reflexivos é importante, portanto, destacar o contexto escolar no qual esses(as) profissionais atuam, considerando a formação e as dificuldades que ocorrem no dia a dia das escolas que desfavorecem as formações contínuas desses educadores e educadoras. Isso porque a formação não é algo meramente precedente ao fazer pedagógico, ela sem dúvida acontece nos cursos acadêmicos, mas também e de forma definitiva no próprio trabalho (NÓVOA, 2017).

A configuração do profissional da educação se dá, portanto, no seu cotidiano e é a partir dos conflitos que vivencia na sua prática diária que o(a) professor(a) elabora e reelabora teorias, constrói novos saberes, “novos saber-fazer”. Daí a importância de se analisar as organizações escolares. Durante muito tempo, as pesquisas, de um modo geral, procuraram compreender a relação que se estabelecia entre os(as) professores(as), alunos(as), diretores(as) e demais profissionais da educação, minimizando os efeitos institucionais presentes nessas relações organizacionais. Contemporaneamente, sobretudo a partir dos estudos culturais, da psicossociologia e do movimento institucionalista, é evidente a necessidade de reconhecer a importância da mediação institucional para os processos de trabalho das unidades de ensino, pois todos os sujeitos são marcados profundamente pela instituição, cuja forma de se

organizar não apenas influencia, mas, muitas vezes, determina a formação dos seus atores. De uma maneira sucinta, diríamos que a instituição "escola" se organiza de forma a transmitir um determinado saber e, para isso, definem-se os tempos e os espaços. Para medir o quanto o aluno e a aluna adquiriram daquele saber e se já estão aptos(as) a adquirir outra parcela desse saber, lança-se mão do sistema de avaliação que irá classificar e hierarquizar esses alunos e alunas, tanto no ensino fundamental, quanto na educação infantil. Outro aspecto que caracteriza as instituições escolares é a sua cultura. As instituições escolares se constituem num mundo social com características de vida próprias, com seus ritmos e ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos de regulação e transgressão, seu regime de produção e de gestão de símbolos (FORQUIN, 1993, p. 167). Ou seja, cada escola possui uma cultura própria, que se manifesta em todos os seus espaços, como por exemplo, nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe, nos rituais de entrada e de saída, nas comemorações etc. Portanto, para analisar o ambiente cultural de uma escola é fundamental estar atento às diferentes maneiras como professores(as) e alunos(as) lidam com as novas propostas curriculares, com os tempos sociais, as tecnologias e os espaços tão próprios do estabelecimento escolar (TURA, 2016).

As relações que se estabelecem entre os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar (os pais e as mães, as professoras, os alunos e as alunas, os profissionais administrativos, a coordenação e a direção etc.) nos remetem aos ritmos vividos no cotidiano pedagógico. Existem ainda, os imaginários presentes em cada uma das instituições escolares, ou seja, as imagens que os diversos sujeitos que constituem esse mundo social fazem uns dos outros. É necessário considerar também as regulações e as transgressões que existem nas instituições e que fazem parte da cultura da escola. É, pois, a partir da interação que os profissionais da educação estabelecem com a cultura escolar que podemos perceber os conflitos que emergem dessas interações e analisar como eles se formam a partir da relação que estabelecem com esses conflitos.

Refletir sobre o papel da gestão nos encaminhamentos dessas questões é fundamental, pois ela abrange tanto aspectos de natureza administrativa, quanto aspectos relacionados à intervenção grupal, no que tange, por exemplo, ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, formação em serviço, convivência entre os pares e relação com a comunidade. Nesse sentido, quanto maior for a capacidade de leitura, por parte desses sujeitos, dos mecanismos que

perpassam a vida profissional no interior da escola; sua relação com as dimensões sociais micro e macro; suas articulações de natureza intersetorial; suas marcas subjetivas e institucionais, tanto maior será sua possibilidade de intervenção na dinâmica do trabalho escolar.

4.2.4 Algumas considerações acerca dos pressupostos de formação docente

A partir do que foi exposto, procuramos evidenciar que a formação profissional não é apenas o domínio de técnicas, competências e habilidades, nem uma transposição direta do que se aprendeu em cursos, seminários e palestras para a prática pedagógica. Ao discutirmos a formação profissional como algo que se constrói cotidianamente é importante levar em consideração a influência do contexto no qual ela ocorre, e, ainda, compreender que ela é também fruto da própria formação das identidades pessoais.

Como afirmamos acima, ao se pensar em formação docente, é preciso ter claro alguns aspectos fundamentais. Um deles diz respeito às questões inerentes às identidades pessoais na conformação de cada profissional da educação. Somente a ação de refletir sobre as histórias de vida, sobre as ações educativas e a relação delas com as dimensões pessoais é que possibilitará aos pedagogos e pedagogas participar efetivamente da construção de suas identidades profissionais. Uma nova identidade profissional que vai tornando os atores responsáveis por sua própria história. Ao mesmo tempo, para que os(as) profissionais pensem sobre suas práticas, inseridos(as) no interior da lógica escolar, é preciso refletir sobre uma concepção de formação docente que deve estar articulada com a escola e seus projetos. É preciso que os(as) profissionais participem da construção dos projetos de mudança nos contextos em que intervêm.

Dessa forma, não se pode esperar que os(as) profissionais da educação obtenham uma formação "ideal" para a implantação de modificações nas estruturas das instituições de ensino, uma vez que a prática é um fator fundamental para a qualificação profissional. A partir do contato com os problemas impostos pela prática cotidiana, os(as) profissionais da educação vão construindo alternativas de ação e adequando preceitos teóricos à realidade pedagógica. Não é possível, também, modificar as escolas se os sujeitos não forem agentes dessa mudança. É preciso, pois, um movimento dinâmico para mudar a escola, levando-se em conta as transformações que vão operando nos(as) profissionais e nas instituições em que trabalham.

Esse movimento se dá a partir de duas características. Em primeiro lugar, ele é idiossincrático - depende de como cada profissional concebe sua ação pedagógica. Em segundo lugar, ele é coletivo - depende das condições objetivas oferecidas pela realidade educativa: as relações de trabalho, a forma de organização dos espaços e dos tempos de discussão e de construção dos princípios que irão nortear a ação coletiva dos(as) pedagogos(as).

A proposta de formação consubstanciada nesse projeto pedagógico visa a integrar prática e teoria na medida em que extrai da própria prática do educador e da educadora, bem como do futuro pedagogo e futura pedagoga, elementos capazes de subsidiar as discussões acerca dos problemas relacionados ao processo educativo e à instituição escolar como um todo. Nesse sentido, a pesquisa e a discussão das teorias que informam as práticas dos(as) profissionais da educação é uma estratégia fundamental para elaboração de novas teorias educacionais.

4.3 Objetivos do Curso

O Curso de Pedagogia – Licenciatura pretende formar sujeitos, identidades profissionais com atuação expressiva e transformadora nas instituições escolares. As compreensões acerca desses elementos, que foram apresentadas no tópico anterior, constituem o processo formativo. Dessa forma, os objetivos do curso podem ser apreendidos a partir da compreensão da complexidade num mundo eivado de contradições, em cujos contextos os sujeitos, os saberes e as instituições escolares estão inseridos.

Com base nessas questões supracitadas, o Colegiado do Curso de Pedagogia (COPED) e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, com o apoio do Departamento de Educação e demais departamentos que oferecem disciplinas no curso, se comprometem com:

- A formação de um(a) profissional que, na escola, conheça o embasamento da prática docente e atue como tal, saiba trabalhar coletivamente, participar e envolver-se com a equipe pedagógica na construção de projetos educativos, saiba analisar a contextualidade das práticas e sintonizar-se com os processos de construção e manutenção da identidade docente e mediar o diálogo entre o contexto escolar e o social.
- A formação de um professor(a)-pesquisador(a) dos caminhos de humanização da prática e que não se esqueça das outras instâncias sociais nas quais a educação transita,

apto a coordenar processos emancipatórios de reflexão sobre a prática, a analisar e incorporar ativamente os produtos do processo reflexivo, capaz de perceber a complexidade de sua ação, decidir na diversidade e trabalhar integrando afetos, sentimentos e razão, pautado por compromissos éticos; um(a) professor(a) que saiba formar indivíduos críticos e reflexivos.

- A formação de um professor(a)-pesquisador(a) com possibilidades de intervenção pedagógica nas práticas sociais fora da escola, que saiba, para tanto, analisar os condicionantes históricos e sociais de cada contexto, integrar-se nas questões coletivas da humanidade, que seja um(a) leitor(a) e consumidor(a) de cultura, que saiba trabalhar dentro dos princípios do planejamento participativo, que saiba liderar e gerenciar projetos e processos educativos.
- A formação de um(a) profissional da área da educação, mediador(a) de saberes no processo de ensino-aprendizagem, que saiba desenvolver uma relação com o saber como sujeito que, além de trabalhar com saberes múltiplos e heterogêneos, produz saberes.

4.4 Perfil e competência profissional do(a) egresso(a)

O(a) egresso(a) do Curso de Pedagogia, como resultado das concepções e percursos formativos, deve se caracterizar por:

- ❖ Compreensão ampla e consistente do fenômeno e da prática educativos que se dão em diferentes âmbitos e especialidades;
- ❖ Compreensão do processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido em seu contexto social e cultural;
- ❖ Capacidade de identificar problemas socioculturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem a superar a exclusão social;
- ❖ Capacidade de promover uma prática educativa que leve em conta as características dos(as) alunos(as) e da comunidade, os temas e necessidades do mundo social e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular, conhecendo e dominando os conteúdos básicos relacionados às áreas/disciplinas de

conhecimento e às questões sociais que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades dos(as) alunos(as).

- ❖ Compreensão e valorização das diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas e de sua função na produção do conhecimento.
- ❖ Compreensão e valorização dos diferentes padrões e produções culturais existentes na sociedade contemporânea.
- ❖ Capacidade de apreender a dinâmica cultural e de atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que a constituem.
- ❖ Capacidade para atuar com pessoas com deficiências em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania.
- ❖ Capacidade para atuar com jovens e adultos(as) defasados(as) em seu processo de escolarização;
- ❖ Capacidade de estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento.
- ❖ Capacidade de articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica.
- ❖ Capacidade para dominar processos e meios de comunicação em suas relações com os problemas educacionais.
- ❖ Capacidade de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- ❖ Compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade.
- ❖ Articulação da atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola.
- ❖ Elaboração do projeto pedagógico, sintetizando as atividades de ensino e administração, caracterizadas por categorias comuns como: planejamento, organização, coordenação e avaliação e por valores comuns como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso.

5 ESTRUTURA DO CURSO

5.1. Administração acadêmica

O Curso de Pedagogia - Licenciatura é coordenado por um Colegiado com função deliberativa, cujos membros, eleitos por seus pares, são professores(as) lotados no DEEDU, e também em outros departamentos da UFOP, que assumem disciplinas que constam na matriz curricular do curso, e ainda por um(as) representante do corpo discente. O Colegiado de Pedagogia – COPED, tem suas atividades regulamentadas pelo Regimento e pelo Estatuto da Universidade e sua composição atual pode ser observada no quadro seguinte:

Quadro 9 - Docentes do colegiado de Pedagogia – Licenciatura – COPED - 2019

	PROFESSORES DO COLEGIADO DE PEDAGOGIA	DEPARTAMENTOS
01	Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan (Coordenadora)	DEEDU
02	Prof. Dr. Daniel Abud Seabra Matos	DEEDU
03	Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos	DEEDU
	Profa. Dra. Maria do Rosário Figueiredo Tripodi	DEEDU
04	Profa. Dra. Ivanete Bernardino Soares	DELET
05	Prof. Dr. Gilberto Januário	DEEMA
07	Discente: Sabrina Ribeiro	PEDAGOGIA
	Sra. Flávia Cristina Olívia	Secretária
	Sra. Ms. Jucileide das Dores Lucas Tolentino	Secretária

Fonte: Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) UFOP. Disponível em: <www.https://ichs.ufop.br/> acesso em 31/07/2019.

No que diz respeito ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), instituído pela Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº1 de 17 de junho de 2010, o mesmo é formado exclusivamente por professores(as) do DEEDU, atuantes no Curso de Pedagogia, reconhecidos(as) pelos seus pares como liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos, no desempenho das atividades de ensino e em demais esferas academicamente relevantes. O NDE é composto por um mínimo de cinco integrantes, com mandatos de três anos. Segundo a Resolução CEPE nº 4450/2011, o NDE é uma instância de caráter consultivo, e

conforme a mesma resolução, compreende entre suas atribuições:

> I – acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), tendo em vista a preservação de sua qualidade e atualidade em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional do egresso, em sentido amplo;
> II – zelar pela execução do currículo conforme o PPC, propondo políticas e estratégias que garantam sua qualidade e viabilidade;
> III – encaminhar propostas de alteração curricular ao Colegiado do curso para apreciação;
> IV – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e a necessidade de promoção do desenvolvimento de suas competências, visando à adequada intervenção social do profissional em seu campo de atuação;
> V – indicar formas de articulação entre ensino de graduação, extensão, pesquisa e pós-graduação, considerando as demandas específicas do curso e de cada área do conhecimento;
> VI – sendo necessário, realizar estudos e redigir uma nova proposta de PPC para ser submetida ao Colegiado do curso (RESOLUÇÃO CEPE nº 4450/2011).

O NDE do curso de Pedagogia, atualmente, é composto pelos seguintes professores

Quadro 10 - Docentes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia – Licenciatura - NDE - 2019

	NDE PEDAGOGIA	DEPARTAMENTOS
01	Profa. Dra. Liliane dos Santos Jorge	DEEDU
02	Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo	
03	Profa. Dra. Marlice de Oliveira e Nogueira	DEEDU
04	Profa. Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim	DEEDU
05	Prof. Dr. Marcelo Donizete da Silva	DEEDU

Fonte: Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) UFOP. Disponível em: <www.https://ichs.ufop.br/> acesso em 31/07/2019.

Atuam no Curso Pedagogia – Licenciatura, professores(as) lotados(as) no DEEDU que lecionam disciplinas obrigatórias e eletivas e professores(as) designados(as) a cada semestre por outros departamentos desta Universidade - Departamento de Letras (DELET), Departamento de História (DEHIS), Departamento de Matemática (DEEMA), Departamento de Biologia (DEBIO), Departamento de Artes (DEART), Departamento de Física (DEFIS), para ministrar disciplinas obrigatórias, eletivas ou desenvolverem atividades do Módulo Interdisciplinar de Formação (MIF), cuja oferta é definida por uma comissão responsável. No quadro a seguir, são apresentados todos os(as) professores(as) que atuam hoje no DEEDU.

Quadro 11 - Docentes do Departamento de Educação - Curso de Pedagogia – Licenciatura

	Professor	Titulação	Regime	Nível
1	Alexandra Resende	Doutora	DE/40h	Adjunta
2	Áquila Bruno Miranda	Mestre	Parcial	Contratada
3	Célia Maria Nunes	Doutora	DE/40 h	Associada
4	Cristina Carla Sacramento	Doutora	DE/40 h	Adjunta
5	Daniel Abud Seabra Matos	Doutor	DE/40 h	Associada
6	Erisvaldo Pereira dos Santos	Doutor	DE/40 h	Associada
7	Fernanda Aparecida de Oliveira Rodrigues	Doutora	DE/40 h	Associada
8	Jacks Richard de Paulo	Doutor	DE/40 h	Associada
9	José Rubens Lima Jardilino	Doutor	DE/40 h	Associada
10	Juliana Cesário Hamdan	Doutora	DE/40 h	Associada
11	Keila Deslandes	Doutora	DE/40 h	Titular
12	Liliane dos Santos Jorge	Doutora	DE/40 h	Adjunta
13	Luana Diana dos Santos	Mestre	Parcial	Contratada
14	Luciano Campos da Silva	Doutor	DE/40 h	Associada
15	Marcelo Donizete da Silva	Doutor	DE/40 h	Adjunto
16	Marcelo Loures dos Santos	Doutor	DE/40 h	Associada
17	Marco Antonio Melo Franco	Doutor	DE/40 h	Associado
18	Marco Antonio Torres	Doutor	DE/40h	Associado
19	Marcus Vinicius Fonseca	Doutor	DE/40 h	Associado
20	Margareth Diniz	Doutora	DE/40 h	Associada
21	Maria do Rosário F. Tripodi	Doutora	DE/40 h	Associada
22	Marlice de Oliveira e Nogueira	Doutora	DE/40 h	Associada

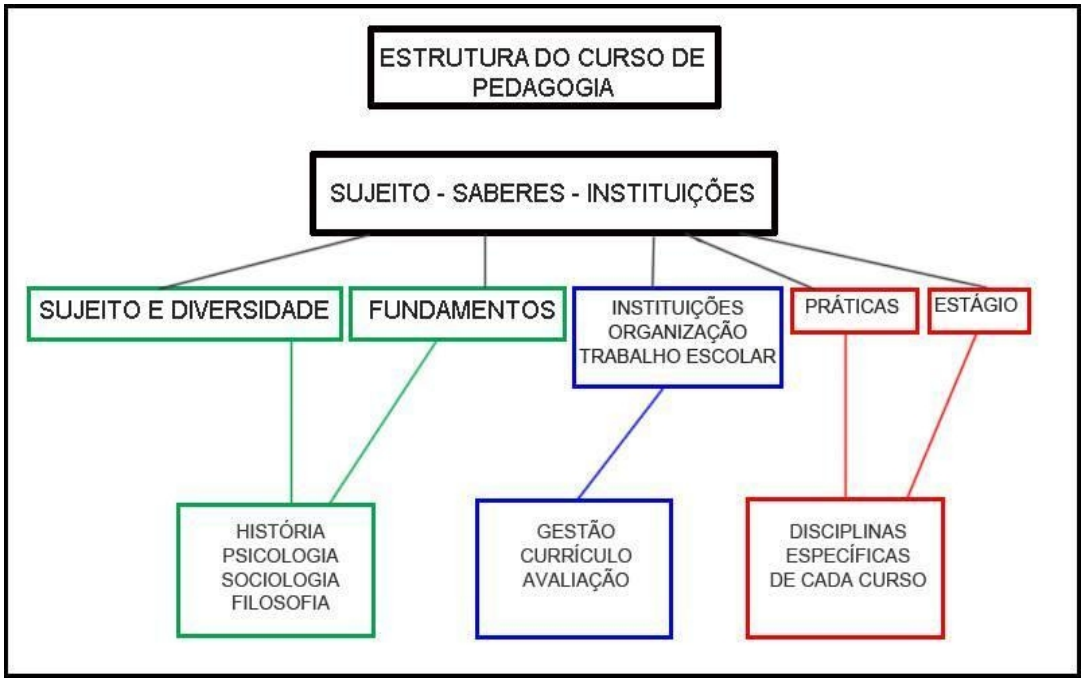
23	Paula Cristina de Almeida Rodrigues	Doutora	DE/40 h	Adjunta
24	Pollyanna Precioso Neves	Mestre	Parcial	Contratada
25	Regina M. B. Araújo	Doutora	DE/40 h	Associada
26	Rosa Maria E. Coutrim	Doutora	DE/40 h	Associada
27	Rosana A. Carvalho	Doutora	DE/40 h	Associada
28	Verônica Mendes Pereira	Doutora	DE/40 h	Adjunta

Fonte: Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) UFOP. Disponível em: <www.https://ichs.ufop.br/> acesso em 31/07/2019.

5.2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A partir do que foi exposto, apresentaremos, a seguir, a materialização da nossa proposta curricular.

Organograma 1 - Estrutura do Curso de Pedagogia



Fonte: Elaboração própria COPED e NDE, 2019.

O Curso de Pedagogia, com ênfase na docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, está estruturado a partir de três pressupostos conceituais – sujeitos, saberes e instituições, e – que se materializam a partir de blocos de conhecimento, que por sua vez se organizam em disciplinas gerais e específicas, uma disciplina articuladora nomeada "Seminário temático", no estágio e nos trabalhos de conclusão de curso produzidos ao longo do curso por meio de "Práticas pedagógicas reinventadas". Para isso, tais eixos articuladores desenvolvem, no percurso de 4 anos, disciplinas, práticas, estágios e produções voltados para a habilitação do profissional da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Os eixos, de forma articulada e não hierarquizada, incidem nas disciplinas que foram escolhidas dentre as já existentes, pensadas (as novas disciplinas) e organizadas visando ao sujeito que ensina e ao sujeito que aprende, tendo ao final um produto (cujo grau de complexidade cresce ao longo do curso) que seja capaz de traduzir para o sujeito que passou pela formação em pedagogia uma possível identidade forjada em sua formação e na sua experiência onde se situa na atuação docente.

O ponto de partida da formação será constituído pelas reflexões dos(as) estudantes no curso de Pedagogia, construídas a partir de suas práticas, vivências e apropriações teóricas. Ao longo de cada período os(as) estudantes deverão produzir diversos subprodutos, que serão apresentados e publicizados ao final de cada semestre letivo. Tais produtos servirão de material empírico, teórico e metodológico para a sistematização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A reflexão, portanto, é o pano de fundo dessa organização curricular, aqui entendida como uma atividade que propicia a formação de uma posição investigativa. Assim, os eixos articuladores propostos para a presente organização curricular devem ser capazes de superar o contexto de mera aplicação do dualismo teoria-prática e entender a formação como processo de investigação na e sobre a ação. É, também, no desenvolvimento dessa posição investigativa que inscrevemos a concepção de docência que nos orienta: a docência como um campo de incertezas que remete aos valores em nome dos quais uma decisão se elabora. É nessa perspectiva que podemos considerar o trabalho pedagógico para além da repetição de ações previamente planejadas e entendê-lo como prática cotidianamente reinventada.

Assim, a proposta curricular se organiza em um conjunto de disciplinas gerais e específicas, tanto obrigatórias quanto eletivas que se pautam pela formação de uma posição investigativa acerca dos saberes já constituídos frente a um sujeito que é sempre mutável e

organizado em identidades não fixas. Nesse sentido, as disciplinas concorrem para o exercício crítico da formação do pedagogo e da pedagoga ao disponibilizar conceitos teóricos e categorias para análise do material experienciado. A cada eixo, portanto, corresponde um conjunto de disciplinas que se debruçam sobre a prática pedagógica. Todas as disciplinas que compõem o eixo devem orientar seus conteúdos para o mesmo, e 50% de seus trabalhos e avaliações deverão ser conjugados com a prática de ensino e estágio quando houver.

Propomos que a disciplina articuladora nomeada "Seminário temático" seja aporte teórico-prático da investigação, e não um amontoado de conhecimentos estanques a serem somados na formação teórica e confrontados com a realidade na qual o profissional se inseriria. Nossa perspectiva formativa reorganiza essa compreensão por pleitearmos que o(a) pedagogo(a) se forme em um processo contínuo e não em um somatório disciplinar.

Cada seminário temático, como destacado anteriormente, constitui disciplina articuladora que, em todos os períodos do curso, visa a promover discussões e criar conexões entre os diferentes saberes abordados nas demais disciplinas. De caráter interdisciplinar e orientados por uma pergunta norteadora, todos os seminários resultarão na elaboração de produções acadêmicas diversificadas que, no decorrer do curso, comporão um conjunto articulado que será base para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC poderá ser construído a partir desses diversos produtos/produções. Ao final de cada período, os produtos/produções das disciplinas, das pesquisas sugeridas, dos seminários e leituras realizados de forma presencial e virtual serão expostos, comentados e debatidos na Semana de Pedagogia, contando com a produção e problematização de todos/as os envolvidos no período: docentes, discentes e convidados em torno da pergunta orientadora.

Os produtos/produções poderão visar ao ensino formal e o informal, com privilégio temático do primeiro, por compreendermos que é no ensino formal que acontece a maior inserção dos profissionais da educação — a presença de produtos/produções que contemplem perspectivas não formais da educação se faz necessária pela contribuição na relativização dos âmbitos formais e por compreendermos que é o enriquecimento mútuo entre ambos que promove uma formação mais sólida do(a) pedagogo(a). Sua importância se coloca, também, por sabermos que é no interior das práticas não formais de educação que emergem temas, estratégias e dimensões negadas pelas instituições de ensino como, por exemplo, alfabetização

de adultos(as), de indígenas, de ciganos(as), de sem-terra, o mundo do trabalho, a comunidade escolar e o entorno social.

A prática de ensinar, aprender, pesquisar, interrogar, produzir conhecimento, reinventar a prática soma-se a esse esforço de formação, ao promover, mais detidamente, a análise da prática educacional em sua conexão com a reflexão teórico-prática das disciplinas dispostas em cada um dos anos, articuladas pelos eixos: sujeitos, saberes e instituições. Assim, ao final de cada período, a disciplina Seminário Temático irá resultar na elaboração de produções que crescem em complexidade ao longo do curso, sendo sistematizadas, descritas e sustentadas teoricamente por produtos/produções específicas a cada seminário, conforme descrito a seguir :

- SEMINÁRIO I / O QUE É APRENDER: o primeiro seminário tem como principal objetivo a discussão da questão articuladora: *o que é aprender* por meio das contribuições advindas das disciplinas do primeiro período e suas diferentes perspectivas. A discussão desta questão se dará a partir da perspectiva do(a) aluno(a) como sujeito aprendiz do Curso de Pedagogia. Espera-se ao final deste seminário, a elaboração de um memorial reflexivo,a partir de uma análise da escola e do cotidiano escolar, com referência na experiência pessoal como aluno(a). O objetivo dessa produção é promover a reflexão sobre escolhas e posturas não refletidas e já incorporadas como dadas, por meio do resgate de memórias da trajetória de escolarização, contribuindo para um redimensionamento das práticas e rituais do trabalho escolar.
- SEMINÁRIO II / O QUE É APRENDER NA PERSPECTIVA COGNITIVA: o segundo seminário, tem como principal objetivo a discussão da questão articuladora: *o que é aprender na perspectiva cognitiva?* por meio das contribuições advindas das disciplinas do segundo período. A discussão da pergunta norteadora se fará na perspectiva da relação ensino/aprendizagem e terá como produto final a elaboração de um *paper* que aborde as perspectivas cognitivas de aprendizagem e os processos de ensino.
- SEMINÁRIO III/ COMO A CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS APRENDE: o terceiro seminário tem como principal objetivo a discussão da questão articuladora: *Como a criança de 0 a 5 anos aprende?* por meio das contribuições articuladas advindas das

disciplinas do quarto período. A discussão da pergunta norteadora dará o suporte teórico/prático necessário à elaboração de um projeto de intervenção pedagógica para a criança da educação infantil (etapa creche ou pré-escola) que será aplicado durante a realização do estágio I. Os resultados da implementação do projeto serão sistematizados em relatório analítico.

- SEMINÁRIO IV/ COMO A CRIANÇA DE 6 A 11 ANOS APRENDE: o quarto seminário tem como principal objetivo a discussão da questão articuladora: *como a criança de 6 a 11 anos aprende*? a partir das perspectivas articuladas das disciplinas do quinto período. Espera-se que ao longo do semestre, os(as) alunos(as) realizem um estudo de caso, focalizando situações significativas no processo de aprendizagem da criança de 6 a 11 anos em articulação com a realização do Estágio Supervisionado II. A produção derivada deste quarto seminário será um relatório analítico, apresentando os resultados do estudo.
- SEMINÁRIO V: O QUE É ENSINAR o quinto seminário propõe a seguinte questão articuladora: *o que é ensinar?* As disciplinas do sexto período oferecerão os subsídios para este debate. Espera-se que ao longo do semestre, os(as) alunos(as) elaborem um material didático, que constituirá a produção final do seminário, sendo acompanhado de fundamentação teórica, descrição, instruções de uso e sugestões de utilização.
- SEMINÁRIO VI/ SUJEITOS, TEORIAS E PRÁTICAS: o sexto seminário propõe que se discuta, em articulação com as disciplinas do sétimo período, os diferentes *sujeitos, teorias e práticas* no campo educacional. O objetivo deste seminário é que os(as) alunos(as) possam revisitar as produções dos seminários anteriores, definindo um projeto para a elaboração do trabalho de conclusão de curso.
- SEMINÁRIO VII/CONCLUSÃO DE CURSO: o sétimo e último seminário pretende ser a síntese da reflexão realizada ao longo do percurso formativo dos(as) graduandos(as). Culmina com a elaboração do trabalho de conclusão de curso. Por meio de processo de orientação específica para tal, os(as) alunos(as) realizarão o Trabalho de Conclusão de Curso, a partir do projeto elaborado no seminário anterior. Este TCC, poderá assumir diferentes formatos (artigos, produção de material didático, produção de mídias digitais, criação de blogs/sites), devidamente fundamentados. O trabalho, a ser avaliado em banca especificamente designada para tal, mais do que uma

exigência curricular para a obtenção do título de pedagogo, será o coroamento de um processo de formação, cuidadosamente pensado para articular sujeitos, instituições e saberes, por meio da articulação teoria e prática.

A Seguir são destacados os componentes curriculares que atendem as normativas legais sobre questões: (Raciais, Libras, Direitos Humanos e Educação Ambiental).

Decreto Nº 5.626/2005, Inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores.

- LET966 – Introdução a Libras;

Lei Nº 10.639/03, Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
Lei Nº 11.645/08, Torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

- EDU 534 – Relações Étnico-Raciais e Educação;

EDU144 -Sujeitos e Diversidades

PORTARIA PROGRAD Nº 34/2019. Estabelece o regulamento para a implementação e gestão dos Módulos Interdisciplinares de Formação (MIF).

- MIF – Módulo Interdisciplinar de Formação I;
- MIF – Módulo Interdisciplinar de Formação II;
- MIF – Módulo Interdisciplinar de Formação III.

Lei Nº 9.795/1999 e **Decreto Nº 4.281/2002** institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

- EDU532 – Educação Patrimonial;
- EDU535 – Geografia, Cont. Met. Prat. Ensino;
- BEV304 – Natureza e Sociedade: Cont. Met. Prat. Educação Infantil;
- BEV305 – Ciências Cont. Met. Prat. Ensino Fundamental.

Lei Nº 13.146/2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

- EDU 167 Inclusão em Educação e Educação Especial.

Resolução CNE/CP Nº1/ 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos.

- EDU144 – Sujeitos e Diversidades.
  EDU167-Inclusão em Educação e Educação especial

Por fim, destacamos que, em atendimento à Resolução CNE/CP Nº 2/2015 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2015), que estabelece as diretrizes para a formação inicial e continuada de professores(as), além do documento que dá forma à Política Institucional de Formação de Professores da UFOP, Resolução CEPE nº 7.488, de 17 de julho de 2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2018), o Curso de Pedagogia distribui seus componentes curriculares buscando o equilíbrio entre conteúdos e práticas relacionados ao conhecimento sobre o objeto de ensino, ao conhecimento pedagógico geral e ao conhecimento pedagógico sobre o objeto de ensino, a que se vêm somar os estágios supervisionados, as disciplinas de conteúdo variável (disciplinas eletivas), as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), destacando-se a presença das horas dedicadas à Prática como Componente Curricular (PCC), distribuídas ao longo de todo o processo formativo. Os quadros seguintes sistematizam a organização das disciplinas:

Quadro 12 - Distribuição da carga horária por núcleos e atividades formativas

NÚCLEOS	**ATIVIDADES FORMATIVAS**	**CARGA HORÁRIA**
NÚCLEO I (formação geral)	Disciplinas de conhecimento sobre o objeto de ensino Disciplinas de conhecimento pedagógico geral Disciplinas de conhecimento pedagógico sobre o objeto de ensino Estágio Supervisionado Prática como componente Curricular	1260 H 240 H 480 H 420 H 420 H
NÚCLEO II (aprofundamento e diversificação)	Disciplinas de conteúdo variável (eletivas)	300 H
NÚCLEO III	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs)	200 H
CARGA HORÁRIA TOTAL		3320 H

Fonte: Elaboração própria COPED e NDE, 2019.

Os quadros a seguir detalham a organização dos componentes curriculares:

Quadro 13 - Disciplinas relacionadas ao conhecimento pedagógica geral

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
EDU 146	Estudos Filosóficos sobre Educação	60 H
EDU 252	Estudos Históricos sobre Educação	60 H
EDU 253	Estudos Sociológicos sobre Educação	60 H
EDU 254	Política e Gestão Educacional	60 H
CARGA HORÁRIA TOTAL		240 H

Fonte: Elaboração própria COPED e NDE, 2019.

Quadro 14 - Disciplinas relacionadas ao conhecimento sobre o objeto de ensino

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
EDU 143	Introdução à Educação	60 H
EDU 144	Sujeito e Diversidade	60 H
EDU 145	Profissão, gênero e condição docente	60 H
EDU 148	Pesquisa educacional: perspectivas epistemológicas	60 H
EDU 149	Didática, planejamento e organização escolar	60 H
EDU 152	Fund. Ped. da Educação Infantil	60 H
EDU 157	Fund. Ped. do Ensino Fund.	30 H
EDU 153	O corpo, o brincar e a ludicidade na educação infantil	60 H
EDU 154	Alfabetização e Letramento I	60 H
EDU 158	Alfabetização e Letramento II	60 H
LET 397	Leitura e Produção de Textos	30H
LET 398	Letramento e Língua Portuguesa I: Literatura Infantil	60 H
LET 399	Letramento e Língua Portuguesa II	60 H

EDU 164	Currículo: teoria e prática	60 H
EDU 165	Educação de Jovens e Adultos: perfil e processos de exclusão	60 H
EDU 167	Inclusão em Educação e Educação Especial	60 H
EDU 169	Avaliação Educacional	60 H
EDU 256	Psicologia da Educação	60 H
EDU 151	Psic. da Educ. e Desenv.	60 H
EDU 170	Educação e Tecnologias	60 H
LET 966	Introdução à Libras	60 H
HIS 267	Hist:conteúdos,.met. ep. de ensino	60H
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.260 H

Fonte: Elaboração própria COPED e NDE, 2019.

Quadro 15 - Disciplinas relacionadas ao conhecimento pedagógico sobre o objeto de ensino

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
BEV 304	Natureza e Sociedade:conteúdos, metodologias e práticas para a educação infantil	60 H
BEV 305	Ciências: conteúdos metodologias e práticas para o ensino fundamental	60 H
EMA 014	Matemática I: conteúdos metodologias e práticas de ensino na educação infantil	60 H
EMA 015	Matemática II: conteúdos metodologias e práticas de ensino no ensino fundamental	60 H
EFD 357	Educação Física I: conteúdos Metodologias e práticas na educação infantil	60 H
EFD 35 8	Educação Física II: conteúdos Metodologias e práticas no ensino fundamental	60 H

ART 209	Artes: conteúdos, metodologias e práticas	60 H
EDU 162	Geografia:conteúdos, metodologias e práticas de ensino	60 H
CARGA HORÁRIA TOTAL		480 H

Fonte: Elaboração própria COPED e NDE, 2019.

Quadro 16 - Disciplinas de estágio curricular supervisionado e suas cargas horárias

CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**CARGA HORÁRIA**
EDU 155	Estágio Supervisionado I: educação infantil	120 H
EDU 159	Estágio Supervisionado II: anos iniciais do ensino fundamental	120 H
EDU 161	Estágio Supervisionado III: gestão escolar	90 H
EDU 166	Estágio Supervisionado III: diversificação de experiências	90 H
CARGA HORÁRIA TOTAL		420 H

Quadro 17 – Demais componentes curriculares que compõem a PCC e suas cargas horárias

CÓDIGO	**COMPONENTE CURRICULAR**	**CARGA HORÁRIA**
EDU147	Seminário I: O que é aprender	30 H
EDU150	Seminário II: O que é aprender na perspectiva cognitiva	30 H
EDU156	Seminário III: Como a criança de 0 a 5 anos aprende	30 H
EDU160	Seminário IV: Como a criança de 6 a 11 anos aprende	60 H
EDU163	Seminário V: O que é ensinar	60 H
EDU168	Seminário VI: quais sujeitos, quais teorias e quais práticas	60 H

EDU171	Seminário VII: conclusão de curso	60 H
MIF 001	Módulo Interdisciplinar de Formação I	30 H
MIF 002	Módulo Interdisciplinar de Formação II	30 H
MIF 003	Módulo Interdisciplinar de Formação III	30 H
CARGA HORÁRIA TOTAL		420 H

Fonte: Elaboração própria COPED e NDE, 2019.

5.2.1 Organização das disciplinas

Na vivência do primeiro ano deste currículo, o aluno tomará como objeto a ser investigado o sujeito e o estudo de algumas áreas confluentes à educação e que habitualmente são conhecidas como os fundamentos para a elaboração de uma teoria pedagógica, com ênfase na infância (0 a 6 anos). A disciplina articuladora nomeada como "Seminário Temático" terá como questão central "O que é aprender" em sua dimensão interseccional e em sua dimensão cognitiva. O acento é colocado em buscar responder "O que é?" e todas as disciplinas devem ter essa pergunta como orientadora da constituição de suas ementas.

No segundo ano de curso a ênfase é dada em "como o sujeito aprende" sendo o mesmo dedicado aos saberes e práticas requeridos para a aprendizagem de uma criança de 0 a 5 anos A disciplina articuladora buscará responder à questão da aprendizagem na infância e provocar o surgimento de produtos e produções que assim a respondam.

O terceiro ano de curso visa a trabalhar ainda "como a criança de 6 a 11 anos aprende" e inserir práticas de ensino que privilegiem o trabalho nos anos iniciais do ensino fundamental. A disciplina articuladora no quinto período buscará responder de forma articulada à questão da aprendizagem no final dos anos iniciais do ensino fundamental bem como na Educação de jovens e adultos, incluindo a temática da adolescência, e provocar o surgimento de produtos e produções que assim a respondam. Ainda, no sexto período, a disciplina articuladora terá como centro a questão do ensino, buscando responder à questão "Como ensinar", posto que o conjunto de disciplinas já se situam no plano da didática, dos saberes específicos e das práticas pedagógicas.

O quarto ano de curso retoma, no sétimo período, o eixo sujeitos, a partir da discussão

acerca das pessoas com deficiência e dos jovens e adultos e suas especificidades, aliados à discussão curricular, que visa a fazer emergir novamente os saberes já trabalhados em uma rearticulação teoria-prática-teoria. A disciplina articuladora interroga: "Quais sujeitos, quais teorias, quais práticas"? E, finalmente, no oitavo período, ainda com a introdução de saberes específicos, espera-se a sistematização de todos os produtos/produções pensados e problematizados ao longo do curso.

5.2.2 Os estágios no curso de pedagogia

Os estágios constituem momentos de imersão do futuro pedagogo em seu principal ambiente de trabalho - as escolas de educação básica- e em espaços educativos não escolares, mediados pela reflexão e acompanhamento da Universidade. Representam oportunidade de aproximação do licenciando com o ambiente escolar, por tempo significativo, durante o qual os(as) docentes em formação poderão conhecer as escolas, suas formas e mecanismos de gestão, os sujeitos que compõem a comunidade escolar (alunos(as) e suas famílias, funcionários(as), docentes e gestores(as)), assim como os saberes relacionados ao exercício profissional do(a) pedagogo(a).

Os estágios no Curso de Pedagogia da UFOP terão como objetivo central, oportunizar aos(às) graduandos(as) o contato com as instituições, sujeitos e saberes com os quais atuarão profissionalmente. No que tange às **instituições**, os estágios serão momentos de aproximação, análise e reflexão sobre as mesmas, visando a uma compreensão mais ampla das escolas, prioritariamente, proporcionando o conhecimento de sua organização interna, funcionamento, objetivos e sobretudo, de sua função social.

Ao longo do curso, os estágios serão oportunidade de aproximação dos graduandos com os **sujeitos** com os quais atuarão: a criança de 0 a 5 cinco anos (público da educação infantil), a criança de 6 a 10 anos (público dos anos iniciais do ensino fundamental), bem como dos adolescentes, jovens, adultos e idosos que demandam a escolarização básica (público da EJA/ educação de jovens e adultos).

Durante a realização dos estágios, os(as) graduandos(as) poderão articular **saberes** teóricos e práticos, na análise e compreensão das instituições e sujeitos, por meio de atividades de investigação e pesquisa, atividades de intervenção pedagógica de caráter

individual e coletivo. Nesta perspectiva, os estágios deixam de ser atividades meramente práticas, para constituírem oportunidades formativas teórico-práticas, nas palavras de Pimenta e Lima (2003, p. 45) *"*[...] o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta sim, objeto da práxis*"*. Propomos, então, quatro momentos de estágio curricular nos quais, a partir do quarto período do curso, os(as) graduandos(as) terão contato com sujeitos, instituições e saberes relacionados à educação infantil, aos anos iniciais do ensino fundamental (incluindo as suas modalidades), à gestão escolar, bem como aos espaços educativos não-escolares. Os estágios serão disciplinas teórico-práticas, nos quais os graduandos terão oportunidades de desenvolverem habilidades de pesquisa e reflexão.

Fundamentação Legal

Na definição de seus objetivos, organização e carga horária, os estágios no curso de Pedagogia UFOP estarão em consonância com as normativas legais vigentes[5], considerando o disposto no artigo primeiro da Lei 11. 788/2008 (BRASIL, 2008)**,** segundo a qual:

> Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando (*sic*) o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

As resoluções internas do Colegiado do Curso de Pedagogia regulamentarão os aspectos das normativas nacionais que exigirem adequações às especificidades do curso.

Objetivos

Os estágios no curso de Pedagogia UFOP deverão possibilitar ao(à) graduando(a):

- Desenvolver conhecimentos e atitudes necessárias ao exercício da profissão docente, articulando o arcabouço teórico do curso às vivências da prática pedagógica.
- Conhecer as instituições escolares e espaços educativos não-escolares, seus mecanismos e instâncias de gestão, suas diversas possibilidades de organização de tempos e espaços.

[5] Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002; resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006; Resolução CNE/CP 02, de 1º de julho de 2015.

- Conhecer os sujeitos que integram a instituição escolar: profissionais, alunos(as), familiares e a comunidade escolar de modo amplo.
- Conhecer e vivenciar práticas de gestão escolar e planejamento educacional.
- Realizar observação e diagnóstico da realidade escolar - em seus aspectos educacional, político-educacional, social e cultural- identificando desafios e propondo intervenções pedagógicas para superação dos mesmos.
- Vivenciar o cotidiano de classes da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e da EJA, elaborando e desenvolvendo planos de ação pedagógica voltados para estas etapas da educação básica.

Operacionalização/realização dos estágios

Os estágios poderão ser realizados, um a cada semestre, conforme dispostos na matriz curricular do curso a partir do quarto período, encerrando-se no sétimo período. Ficará a critério do(a) graduando(a) a escolha da instituição na qual fará os estágios, priorizando a lista de escolas conveniadas com a UFOP, localizadas na Região dos Inconfidentes.

Quadro 18 - Estágios supervisionados no curso de Pedagogia

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV
4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO
120 H	120 H	90 H	90 H

O **primeiro estágio** terá como objetivo a imersão dos(as) licenciandos(as) na realidade da educação infantil, primeira etapa da educação básica. Constituirá oportunidade de observar, analisar e intervir nesta realidade, em classes de creche e pré-escola. O **segundo estágio** terá como objetivo principal oferecer oportunidade para o(a) pedagogo(a) em formação conhecer, analisar e intervir na realidade de classes dos anos iniciais do ensino fundamental. O **terceiro momento de estágio** buscará apresentar aos(às) graduandos(as) as possibilidades da gestão escolar em diferentes esferas do sistema de ensino (direção de unidades escolares, coordenação pedagógica, atuação em secretarias de educação ou superintendência regional de ensino) e, finalmente, o último estágio visará a proporcionar (as) alunos(as) diversificar suas

experiências formativas, podendo ser realizado em espaços não escolares ou em modalidades educacionais (educação especial, indígena, educação no campo, etc.).

Acompanhamento e orientação dos estágios

Considerando-se os estágios, atividades que envolvem agentes internos e externos à universidade, em atendimento às normativas legais como Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002; resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006; Resolução CNE/CP 02, de 1º de julho de 2015, são estabelecidas abaixo as obrigações das partes envolvidas:

Atribuições da Universidade Federal de Ouro Preto

a) Oferecer subsídios teóricos e práticos aos(às) estagiários(as);

b) Celebrar termos de parceria e compromissos com a instituição concedente do estágio;

c) Providenciar a favor do(a) aluno(a) estagiário seguro contra acidentes pessoais, bem como, conforme o caso, seguro de responsabilidade civil por danos contra terceiros.

d) Zelar para que a carga horária, duração e jornada do estágio, a serem cumpridas pelo estagiário, sejam compatíveis com a jornada escolar do(a) aluno(a), definidas de comum acordo entre a Instituição de Ensino, a parte concedente de estágio e o estagiário ou seu representante legal, de forma a não prejudicar suas atividades escolares, respeitada a legislação em vigor.

e) Orientar nas soluções de casos que extrapolem as normas regimentais estabelecidas pelos Conselhos Superiores da Instituição.

Atribuições dos(as) Professores(as) de Estágio Supervisionado:

a) Orientar a realização dos estágios, mediante aulas-teórico práticas ao longo do semestre letivo.

b) Orientar a elaboração dos Planos de Atividade, que segundo determinação da Lei, comporão os Termos de Compromisso de Estágio.

c) Promover a discussão - mediante encontros, debates e seminários- das vivências dos estágios, promovendo a articulação teoria/prática.

d) Buscar formas de articulação e diálogo entre a rede de educação básica e a Universidade.

Atribuições dos Estudantes do Curso de Pedagogia

a) Realizar o Estágio Supervisionado conforme o planejamento, as normas e orientações estabelecidas pela Instituição;
b) Obter o máximo de aproveitamento das situações de aprendizagem proporcionadas pelo Estágio Supervisionado, expressando compromisso, responsabilidade e ética.
c) Cumprir integralmente a carga horária determinada para as diferentes etapas de estágio.
d) Providenciar, preencher e manter atualizados os documentos comprobatórios do estágio e entregá-los no prazo determinado.

Atribuições da Instituição concedente de Estágio Supervisionado

a) Assinar termos de parceria e compromisso sobre Estágio Supervisionado com a Instituição de Ensino Superior.
b) Receber o(a) estagiário(a) propiciando a sua integração junto à equipe de trabalho.
c) Contribuir para a definição, planejamento e execução do plano de trabalho a ser desenvolvido.
d) Colaborar no processo formativo do profissional.
e) Indicar uma pessoa responsável pelo acompanhamento e desempenho do estagiário.
f) Oferecer críticas e sugestões sobre o Estágio Supervisionado para a instituição de ensino.
g) Apresentar uma avaliação sobre as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo de estágio.

Substituição dos estágios por outras atividades acadêmicas

De acordo com o disposto no parágrafo terceiro da Lei 11. 788/2008, "[...] as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso". No curso de Pedagogia UFOP, não será permitida a substituição dos estágios obrigatórios por outras atividades acadêmicas, salvo aquelas semelhantes aos estágios em natureza, conteúdo e carga horária (igual ou superior), como o Programa Residência Pedagógica, previsto na Resolução COPED nº03/2020. A substituição dos estágios por outras atividades deverá ser analisada pelo Colegiado do curso, de forma a garantir que os(as) licenciandos(as) desenvolvam atividades de observação, análise e docência.

Avaliação

A avaliação dos estágios deverá considerar o desempenho do(a) graduando(a) durante a carga horária teórica que compõe as disciplinas de estágio supervisionado, bem como sua atuação na escola campo de estágio, atuação esta que deverá ser registrada em formulário próprio preenchido pelo(a) professor(a) supervisor(a) de estágio e compor a nota final do(a) estudante.

5.3 A CURRICULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A curricularização da extensão é uma estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) e regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES de 18 de dezembro de 2018. Entre outras coisas, a Resolução estabelece que *"*[...] as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos*"* (BRASIL, 2018).

A Universidade Federal de Ouro Preto, orientando a tradução - para o seu contexto - da normativa supracitada, explicitada no documento "*Guia de curricularização da Extensão da UFOP"* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2020) o conceito de extensão com o qual se alinha este Projeto Pedagógico. Entendemos, que a participação dos(as) graduandos(as) nas atividades extensionistas é de fundamental importância para a formação de educadores(as) comprometidos com a comunidade e com a transformação social.

A atividade de extensão é compreendida, portanto, como oportunidade interdisciplinar formativa, articulada ao ensino e à pesquisa, que oportuniza ao(à) graduando(a) em pedagogia compartilhar saberes com as demais instituições e movimentos sociais, colaborando para a transformação social e da própria universidade, ampliando a sua formação cidadã. A ação extensionista "[...] deve envolver obrigatoriamente estudantes e setores da sociedade, sempre sob a coordenação de um docente ou de um técnico administrativo, formulando em conjunto ações que atendam as demandas da sociedade e envolvam saberes gerados na universidade*"* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2020, p. 3).

Destacamos o potencial extensionista dos espaços formativos do curso de Pedagogia, especialmente os espaços do Laboratório de Práticas Pedagógicas e do Laboratório de Práticas Lúdicas/Brinquedoteca, que constituem ambientes propícios ao desenvolvimento de novos

conhecimentos, recursos e metodologias de ensino e aprendizagem, em articulação com a comunidade local. As possibilidades de desenvolvimento de atividades interdisciplinares e interinstitucionais podem ainda, ser potencializadas e ampliadas pelos recursos tecnológicos disponibilizados pela UFOP, dentre os quais citamos o ambiente virtual de aprendizagem viabilizado pela Plataforma Moodle dentre outros.

É relevante fazer referência ao Programa UFOP com a Escola: centro de formação de professores (UCAE)[6], ação institucional desta Universidade, coordenado pelo Departamento de Educação, cujas atividades – essencialmente de cunho extensionista- poderão colaborar e oportunizar a participação dos(as) alunos(as) em suas atividades, cursos e projetos. Nos termos da Resolução CEPE 7609/2018 e da Portaria Conjunta PROEX/PROGRAD/PROPLAD de 11 de fevereiro de 2020 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2020), a curricularização das atividades de extensão no curso de Pedagogia se fará por meio de disciplinas extensionistas e/ou atividades diversificadas (programas, projetos, cursos e eventos) devidamente especificadas e normatizadas por resolução específica do Colegiado do Curso. Cumpre destacar que o projeto específico para a organização desta curricularização levará em conta os objetivos formativos do curso e o perfil do(a) aluno(a) egresso(a), já expressos nos itens 5.3 e 5.4 deste Projeto Pedagógico, bem como as especificidades do público discente, sobretudo o do curso noturno, majoritariamente composto por mulheres trabalhadoras.

[6] O Programa UFOP com a Escola (UCAE) mantém ações extensionistas na chamada "Região dos Inconfidentes" constituída pelos municípios de Mariana, Ouro Preto, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos e Itabirito. Em parceria com as secretarias de educação dos municípios e a 14ª Superintendência Regional de Ensino, o Programa UFOP visa atender às demandas dos municípios parceiros ao organizar e implementar cursos de extensão e aperfeiçoamento voltados, principalmente, para a formação continuada de professores da educação básica da região. Informações extraídas do Site do ICHS https://ichs.ufop.br/ufop-com-escola-0.

5.4 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A ideia de flexibilidade curricular é muito cara à proposição formativa do projeto do curso de Pedagogia, uma vez este que concebe o(a) estudante como o(a) autor(a) de seu processo formativo e, nessa condição, deve ter garantida a possibilidade de escolher o que fazer em determinados momentos, para além de cursar as disciplinas obrigatórias. Essa possibilidade faz muita diferença quando se pensa na formação de um(a) profissional com um conhecimento de mundo mais substantivo, humanizado, diverso e ampliado, permitindo também que o(a) estudante tenha mais conhecimento acerca das possibilidades que a Universidade lhe oferece.

No conjunto de atividades propostas neste projeto, estão definidas diversas formas de tornar o percurso formativo bastante aderente à diversidade de perfis de estudantes identificados(as) no curso de Pedagogia. Ao encontro desse conhecimento, está prevista a participação dos(as) estudantes nos projetos de iniciação à docência, de residência pedagógica, de pedagogia tutorial, de iniciação científica e de extensão, em grupos de pesquisa, em cursos, seminários, oficinas, palestras e congressos diversos, em atividades de monitoria e outras iniciativas destinadas ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Para a computação das as diversas possibilidades acima elencadas na carga horária do(a) estudante, destacam-se as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), que incluem no currículo uma carga horária de 200 horas; a participação em disciplinas eletivas, com conteúdo que podem estar mais alinhados aos interesses particulares de cada um(a), que são oferecidas por outros cursos e departamentos da UFOP, e cuja carga horária está definida em 300 horas; e a participação nos três Módulos Interdisciplinares Formativos - MIF's, com carga horária de 30 horas cada um deles, totalizando 90 horas. Dessa forma, são 590 horas de atividades em que o(a) estudante pode escolher como integralizar a carga horária total do curso.

A respeito dos MIF's, é importante ressaltar que se trata de uma proposta formativa inovadora, com foco na ampliação de experiências profissionais no campo de atuação, mas para além desse. Numa perspectiva interdisciplinar, colaborativa e coletiva, os módulos estão estruturados por meio do diálogo com as demais licenciaturas da UFOP. Desta forma, os

MIF's articulam os diversos saberes “[...] partilhados por professores e alunos de diversas áreas”, visando ampliar “os conhecimentos profissionais [...] para além das disciplinas curriculares” (UFOP, 2018, p. 47).

5.5 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de ensino e aprendizagem é complexo e exige reflexões substanciais com relação ao "o quê" ensinar, " como ensinar" e, sobretudo, "para quem" ensinar. Apenas por meio de uma análise profunda dessas questões, as práticas educativas podem transformar a vida dos estudantes, sejam estas crianças, jovens ou adultos(as). De outra forma, a intencionalidade da ação formativa exige uma profunda consciência e intencionalidade metodológica. No caso do curso de Pedagogia - Licenciatura, essas questões tornam-se ainda mais necessárias uma vez que se trata da formação de professores(as) que, por sua vez, contribuirão para a formação de sujeitos e outros diversos profissionais. Ou seja, não prescinde de um compromisso engajado com a transformação social, tendo como orientação a inclusão e o combate à desigualdade, por meio da educação.

Se ainda identificamos, nas práticas educativas da educação básica, a presença de metodologias que têm como centralidade as explanações dos(as) professores(as) ou ainda no livro didático, não obstante a constatação de que os resultados não são os mais satisfatórios, no ensino superior, essa realidade não é muito mais animadora. A presença de professores(as) que acreditam que “saber” o conteúdo seja o suficiente para ensinar ainda é bastante recorrente. Associado a esse fator, muitas vezes, na condição de um(a) professor(a) que é também pesquisador(a), estes se colocam ainda mais na posição daquele que detém determinado saber e isso, por si só, já garantiria a qualidade pedagógica de sua prática formativa.

Nesse contexto, pelo menos duas grandes questões se colocam para os(as) professores(as) do ensino superior: por um lado, o(a) estudante é aquele(a) que esteve pelo menos doze anos nos bancos escolares da educação básica, e pode ter, em grande medida, aquele modelo de docência internalizado ou até mesmo cristalizado. Ou seja, o(a) professor(a) precisa “transmitir” o conhecimento e, geralmente, essa transmissão se daria na forma de

aulas predominantemente expositivas, sem desconsiderar que estas eventualmente sejam importantes, e tendo como um dos principais materiais didáticos, o livro. Por outro lado, quando chega no ensino superior, o(a) estudante encontra ainda esse tipo de prática, com o agravante de que muitos(as) professores(as), paradoxalmente, fazem críticas a esses modelos, ao mesmo tempo em que o adotam. Trata-se de uma incoerência que pode se tornar um aspecto de difícil enfrentamento no exercício profissional. Nesse sentido, o PDI da UFOP se posiciona contra essa prática, quando afirma que "[...] ensinar não é transmitir conhecimentos, mas orientar aprendizagens, auxiliar na formulação de conceitos e despertar as potencialidades existentes nos alunos", cabendo aos docentes orientar e organizar o conhecimento, isto é, agir como 'mediadores entre este e os estudantes'" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2016, p. 93).

Nesse quadro brevemente delineado, a questão da metodologia de ensino e aprendizagem ganha uma relevância ainda maior no curso de Pedagogia – Licenciatura. Os(as) autores(as) aqui trazidos e que orientaram a escrita do Projeto (CHARLOT, 2000; NÓVOA, 2019; SHÖN, 2013, entre outros) nos levaram a pensar na coerência entre teoria e prática e, como desdobramento, no impacto dessa articulação na formação do(a) professor(a) e na sua futura prática docente. A partir da convicção de que esse paradoxo precisa ser superado cotidianamente nas atividades formativas, elencamos a seguir sete premissas metodológicas que devem ser consideradas como estruturantes das proposições educativas nas relações de ensino e aprendizagem, para a formação de professores(as) da educação básica.

Primeiramente, está a questão do diálogo: o(a) estudante deve ser o(a) protagonista da sua formação e para ocupar esse lugar, deve ter vez e voz. Observamos ainda hoje nas salas de aula da educação básica, que acaba se repetindo no ensino superior, uma espécie de "silenciamento", ou seja, um receio ou constrangimento de o(a) estudante se manifestar, temendo as críticas caso esteja equivocado(a). Frente a isso, os(as) professores(as) da graduação devem acolher com agrado e aprovação, promovendo na sala de aula um espaço em que a maior parte das atividades se deem por meio do diálogo, construindo um ambiente favorável à aprendizagem. Para que essa ambiência seja amigável, as decisões devem partir de escolhas pedagógicas que considerem as posições dos(as) estudantes, sejam sobre as formas de trabalhar determinados conteúdos, bem como formas de avaliação, cronogramas, dentre outras.

Mais do que apresentar o plano de ensino da disciplina, como já é previsto na Universidade, o(a) professor(a) deve promover o diálogo e acolher pelo menos algumas contribuições dos(as) estudantes. Na condição de autor de si mesmo, como professor(a) em formação, os(a) estudantes(a) devem ter experiências significativas no exercício do diálogo, como ponto de partida e também como ponto de chegada, uma vez que este pode ser considerado como um dos principais pilares das relações democráticas. Assim, a base de qualquer ação educativa deve se pautar pelo diálogo, no sentido mais radical do termo. Tendo vivido essas experiências e as compreendido, poderá se tornar um agente das transformações ainda necessárias na educação básica.

O diálogo, como um aspecto estruturante e metodológico da formação de professores(as), também deve se reverter em uma experiência cada vez mais rica, de expressão linguística, oral ou por meio de sinais. A fala em público, seja tendo os(as) colegas como interlocutores(as) ou em outras situações de aprendizagem, deve ser cada vez mais valorizada e trabalhada, tanto no sentido da amplitude e enriquecimento do vocabulário, como da organização das ideias, além da performance em si mesmo. Trata-se de um valioso aspecto do exercício profissional e que não pode ser negligenciado no processo formativo.

Em segundo lugar, o diálogo permite ao(à) professor(a) do curso de Pedagogia – Licenciatura conhecer melhor seus(as) estudantes e quais os conhecimentos e representações eles(as) trazem sobre a educação que viveram e na qual gostariam de atuar. A prática formativa deve considerar as vivências dos(as) estudantes no ambiente escolar. Trata-se de um exercício dialético entre o que deve ser preservado e o que deve ser superado, no processo de formação e, posteriormente, no exercício profissional.

É preciso que as expectativas, perspectivas, formas de expressão, potencialidades e limitações sejam consideradas pelos(as) professores(as) responsáveis pela elaboração e pelo desenvolvimento das atividades curriculares que serão propostas. Em outras palavras, é imprescindível pensar em formas de acessar o conhecimento prévio dos(as) estudantes acerca das experiências formativas, mas também o conhecimento do mundo que os cerca. Quando os(as) estudantes são ouvidos(as) efetivamente e suas contribuições são bem acolhidas, têm mais condições de se adaptar ao ambiente acadêmico, de forma engajada com as muitas possibilidades que lhes são oferecidas. Esse engajamento contribui, inclusive, para a permanência no curso, possibilitando uma conclusão exitosa.

O acesso do conhecimento prévio dos(as) estudantes por meio do diálogo conecta-se a um terceiro ponto também muito relevante no que se refere à metodologia de ensino e aprendizagem. Sabe-se que as pessoas aprendem mais e melhor quando são cognitivamente provocadas, uma vez que as "ferramentas" cerebrais se mobilizam de forma mais expressiva quando identificam problemas para resolver, seja na sala de aula, ou em diversas situações da vida. Dessa forma, mais do que transmitir um conteúdo aparentemente inerte para os(as) estudantes, é necessário transformá-los(as) em questões a serem investigadas, ou seja, em questões-problemas que os(as) instigue.

Ainda é muito recorrente nas práticas educativas da educação básica e também no ensino superior, uma valorização assimétrica das respostas, em detrimento da valorização das perguntas. Essa prática se expressa, muitas vezes, na dificuldade que os(as) estudantes apresentam, tanto no que se refere às manifestações na sala de aula, anteriormente mencionadas, como ao formularem questões para pesquisas, seja no nível de avaliações das disciplinas ou da elaboração de trabalho de conclusão de curso, por exemplo. A prática e exercício contínuo da elaboração de questões e em graus de complexidade crescentes possibilitam orientar e organizar um percurso formativo mais significativo para os(as) estudantes. Nesse sentido, "[...] é necessário relembrarmos os pressupostos de Paulo Freire (1996) acerca da Pedagogia Problematizadora, que enfatiza a resolução de problemas e a construção do conhecimento novo a partir de conhecimentos e experiências prévias dos indivíduos [...]" (SOUZA, FARIAS, SUCUPIRA; FEITOSA, 2019, p. 9).

Entretanto, para que seja realmente significativo, realça-se como o quarto ponto, que esse percurso deve alinhavar as questões teóricas e as contribuições das pesquisas, às experiências vividas e compartilhadas, pelos(as) estudantes, na sala de aula. De outra forma, para que a aprendizagem de fato aconteça é preciso que o(a) estudante se sinta motivado e disposto para o processo de aprendizagem, que nem sempre é fácil ou mesmo de todo prazeroso, como algumas vezes se acredita. Para além das dificuldades cotidianas de toda ordem, frequentemente, exige deslocamentos que o(a) estudante só se dispõe a fazer se estiver suficientemente motivado. Isso pode ocorrer mais facilmente quando ele percebe que sua história e experiências têm valor e podem servir como ponto de partida para a construção de conhecimentos ainda mais relevantes e refinados. E que estes, principalmente, sirvam como

uma “ferramenta” imprescindível para compreender e transformar a si mesmos, a realidade em que vivem e naquela que pretendem atuar como professor(a).

Chegando ao quinto ponto, considerado como estruturante de uma abordagem metodológica significativa para o ensino e a aprendizagem no curso de Pedagogia, está a conexão entre o exercício sistemático de elaboração de questões conectadas à realidade educacional, do contexto brasileiro e também regional, e às práticas de pesquisas, como um importante *modus operandi* desse percurso. Essas experiências podem contribuir de forma substantiva para a formação de um(a) profissional que interroga e que busca respostas mais profundas e consistentes da realidade e desafios educacionais que se impõem hoje aos(as) educadores(as). Permite também aos(às) estudantes escapar das armadilhas das respostas simplistas e que, muitas vezes, acabam por repetir práticas educativas excludentes e discriminatórias.

Mais do que receber um conjunto de informações, ainda que bem organizadas, sobre o percurso formativo que determinada disciplina requer, por meio do diálogo com os(as) estudantes, o(a) professor(a) pode propor um percurso de estudo que pode se assemelhar às etapas de um projeto de pesquisa. Esse projeto pode ser elaborado com a turma e pode partir, inclusive, da pesquisa bibliográfica.

O uso das tecnologias de informação e comunicação, que são, muitas vezes, mais amigáveis dos estudantes do que boa parte dos(as) professores(as), não pode ser menosprezado nos processos de ensino e aprendizagem, sobretudo quando se trata de uma perspectiva educativa centrada na pesquisa. Com o acesso cada dia mais fácil a diversos bancos de dados, os(as) estudantes têm condições de pesquisar quais são os estudos, pesquisas e autores(as) mais atuais sobre os conteúdos a serem abordados na disciplina, contribuindo de forma expressiva para o percurso do grupo de determinada turma.

Evidentemente que o(a) professor(a) deve definir critérios de busca e aqueles estudos e autores(a) considerados(a) como imprescindíveis e que não se pode abrir mão. Mas, um debate sobre quais autores(as) devem fazer parte do referencial da disciplina, por meio do favorecimento de uma argumentação consistente, certamente contribui muito mais do que uma lista pronta e acabada de autores(as), que, muitas vezes, pode estar superada.

Num ambiente formativo em que a investigação tem um papel importante, o lugar do(a) professor(a) seria aquele de organizar aqueles percursos mais promissores em direção às

perguntas individual e coletivamente elaboradas, que se quer responder. Esse processo pode se tornar ainda mais fecundo se for compartilhado entre os(as) estudantes, uma vez que a ideia de cooperação nos processos de ensino e aprendizagem tem sido considerada como sendo fundamental. Trata-se de uma estratégia que leva em conta o que cada um pode contribuir em cada uma das etapas dos estudos propostos. A ideia de trabalho cooperativo ou colaborativo supera a prática de trabalhos em grupos, ainda bem predominantes nas salas de aula da graduação, em que os(as) estudantes simplesmente dividem ou mesmo repartem os textos e a parte que cada um deve preparar para a apresentação. Para a sexta premissa que sustenta a abordagem metodológica no curso de Pedagogia, está a compreensão de que cada estudante deve se comprometer não só com o próprio processo de aprendizagem, mas também com os(as) demais colegas.

Trata-se de organizar a prática formativa de maneira que as atividades em grupo considerem as diversas contribuições que cada pessoa pode dar, sobretudo se for constituído como uma comunidade de pesquisa, em que as atividades podem ser diferenciadas, no sentido de investigar diferentes questões, por meio de diversas referências teóricas e múltiplos suportes. Um trabalho colaborativo nessa perspectiva pode ser mais promissor para apreender e expressar a diversidade existente na realidade educacional.

Por um lado, o trabalho colaborativo pode favorecer experiências substantivas para a formação do(a) professor(a), quando em sua prática futura, conseguir expressar a importância que a contribuição de cada criança, jovem ou adulto(a) tem na comunidade, em geral, e nas atividades da sala de aula, em particular. Por outro lado, caso o estudante queira prosseguir com uma formação e atuação mais ligada à universidade e à pesquisa científica, pode construir uma visão menos individualista e mais conectada às necessidades da sociedade mais ampla.

A perspectiva do trabalho cooperativo ou colaborativo também pode contribuir de forma substantiva para a construção do que estamos chamando de autonomia cognitiva, que seria a capacidade de pensar de forma coerente, consistente, que articula teoria e prática e que considera as contribuições de uma e outra, mas permite uma síntese pessoal bem estruturada e até mesmo original. Uma desejável autonomia cognitiva só pode ser construída pelos(as) estudantes, por meio de práticas formativas alicerçadas no diálogo, que considere a contribuição de cada um dos(as) envolvidos(as), que se estruture por meio de questões

investigativas e significativas e leve em conta o trabalho colaborativo. A construção dessa autonomia também deve ser cotidianamente constituída por meio de reflexões sistematizadas acerca dos próprios processos de aprendizagem.

Mais do que os instrumentos avaliativos adotados pelos(as) professores(as), tais como seminários, provas, debates, dentre outros, é a capacidade de falar de si mesmo que mais fortemente contribui para o alcance dessa autonomia. Em outras palavras, não basta que o conhecimento adquirido fique numa espécie de "prateleira mental" para ser acionado nas ocasiões de provas, por exemplo. É preciso que o(a) estudante saiba mobilizá-los(as) nas mais diferentes situações cotidianas. Para isso, ele precisa ter uma profunda consciência do que sabe, mas também do que não sabe ainda. E, mais importante de tudo: do que precisaria fazer para vir a saber. Estamos nos referindo à construção cotidiana de um processo de metacognição em que o(a) professor(a) da graduação propõem atividades avaliativas em que o(a) estudante avalie também a si mesmo, se forma sistemática, e organizada por meio de critérios previamente definidos de forma coletiva.

Finalizando este tópico, todo esse conjunto de sete premissas metodológicas para o ensino e aprendizagem pretende orientar a prática formativa dos(as) professores(as) do curso de Pedagogia da UFOP, como forma de contribuir substantivamente para a formação de um(a) professor(a) engajado com as questões da educação básica. Que esse(a) professor(a), ao exercer sua atividade profissional, precisa estar engajado nas questões sociais e ter a consciência que a qualidade desse engajamento passa também pela qualidade de seu percurso formativo, na condição de estudante.

5.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM[7]

Em linhas gerais, o curso de Pedagogia compreende a avaliação como um instrumento para a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem, que, por sua vez, é entendido como dinâmica interativa que envolve um coletivo, formado por docentes e discentes. Por meio da avaliação se podem realizar diagnósticos e traçar novas estratégias de planejamento das atividades didáticas. Ela consiste, assim, em uma oportunidade de aprendizagem e crescimento para o(a) aluno(a), em que têm importância fundamental, tendo em vista a noção

[7] Texto adaptado do Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Licenciatura - 2019.

de “avaliação formativa”, tanto o “controle” do processo, ou seja, o monitoramento da aprendizagem “por meio da gestão processual e contínua do que foi previsto e do que foi realizado”, quanto o “ajuste”, a regulação da aprendizagem, destacando-se, neste ponto, a importância do *feedback* e de outras formas de mediação que propiciam a “retroinformação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2018, p. 29) sobre o desenvolvimento dos(as) estudantes. Em consonância com Ambrósio (2013), Villas Boas (2004) e Allal (1986), nos quais se fundamenta a Política Institucional de Formação de Professores da UFOP, admite-se a importância da “percepção de erros [...] para as revisões pedagógicas”, valorizando-se as “revisões de produções (pelo próprio sujeito, pelos pares ou pelo professor)” (*UFOP*, 2018, p. 29), bem como as diferentes formas de autoavaliação.

Na análise do desempenho dos(as) alunos(as) em cada um dos componentes curriculares, o Curso de Pedagogia segue o Regimento da Universidade, segundo o qual a avaliação do aproveitamento escolar deve resultar em atribuição de nota individual a cada aluno(as). Esse regimento condiciona a aprovação dos discentes à frequência nas atividades do componente curricular avaliado, que deve ser de no mínimo 75% da carga-horária total dessas atividades, e à nota final por ele obtida, que deve ser igual ou superior a seis. Caso a nota seja inferior a seis, desde que a exigência de frequência mínima tenha sido atendida, faculta-se ao(à) aluno(a) a realização de um Exame Especial, conforme regulamento fixado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade.

As formas de aferir a aprendizagem em um componente curricular, excetuando-se as AACCs, são definidas, a cada semestre, pelo(a) docente responsável por esse componente. Podem-se adotar avaliações diagnósticas escritas e/ou orais, seminários, debates, portfólios de aprendizagem, estudos dirigidos, resenhas críticas, relatórios, ensaios, trabalhos de divulgação em ambiente virtual, propostas de intervenção extraclasse, entre outras. As formas de avaliação selecionadas pelo docente devem constar de um Plano de Disciplina, que, no semestre anterior ao oferecimento do componente curricular, é aprovado em Assembleia do Departamento responsável e, na primeira semana de aula do semestre letivo, é entregue aos(às) discentes.

Entre as formas de apoio ao(à) aluno(a), quando se trata de dar a ele uma atenção especial, tendo em vista o seu rendimento nas avaliações e no Curso como um todo, devem ser destacadas duas iniciativas da Universidade, que se reúnem aos esforços individuais de

cada um dos membros do corpo docente do Curso e contam com esse corpo. Uma delas é o Programa de Monitoria, em que alunos(as) atuam como monitores(as) de disciplinas (especialmente aquelas com alto índice de reprovação), sob orientação dos seus respectivos professores(as), auxiliando outros(as) alunos(as) na superação de dificuldades de aprendizado. O objetivo desse programa é reduzir a reprovação, a retenção e a evasão de alunos(as). A outra iniciativa é a Tutoria, que consiste em atividades de apoio acadêmico-pedagógico concentradas nos primeiros períodos do curso, com os objetivos, constantes em edital recente (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, EDITAL PROGRAD nº 6, de 2018) de:

> (I) oferecer ao aluno ingressante, com eventuais defasagens de aprendizagem na formação básica, a possibilidade de nivelamento, em relação ao nível de exigência das disciplinas do início do curso; (II) proporcionar atividades contínuas de apoio acadêmico aos estudantes matriculados em disciplinas dos primeiros semestres dos cursos de graduação; III) contribuir para elevar os índices de aprovação nas disciplinas dos primeiros semestres dos cursos de graduação; IV) colaborar para a redução dos índices de trancamentos das disciplinas e redução da evasão nos cursos de graduação; V) cooperar com a redução das vagas ociosas nos cursos de graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, EDITAL PROGRAD nº 6, de 2018, 2018, p. 1).

5.7 OUTRAS AVALIAÇÕES

5.7.1 Avaliação institucional

A UFOP possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), à qual compete a construção e o acompanhamento de propostas e mecanismos de autoavaliação institucional, conforme o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, que lhe confere as "atribuições de condução dos processos de avaliação internos [...], de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP" (BRASIL, 2004, p. 3). Nos termos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOP, a Comissão deve atuar próxima ao Comitê de Avaliação, a fim de conduzir os processos de autoavaliação, "assegurando a participação de toda a comunidade acadêmica e também a integração das dimensões internas e externas que compõem a universidade em sua integralidade" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2016, p. 139).

No âmbito do Curso de Pedagogia, o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) têm a função de participar de ações que visem ao aperfeiçoamento das ferramentas de autoavaliação, promovendo reuniões periódicas que a tomem como pauta e dedicando especial atenção aos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

O ENADE é um dos componentes da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004). O SINAES é composto, ainda, pelos processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional que, juntos formam um conjunto de ações avaliativas que permite conhecer em profundidade o modo de funcionamento e a qualidade dos cursos e instituições de educação superior (IES) de todo o Brasil.

A avaliação realizada pelos(as) alunos(as) durante o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004). De acordo com a legislação, devem ser inscritos no Exame estudantes de todos os cursos de graduação, convocados para aquela edição, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) anos do curso. É importante destacar que no histórico escolar do(a) estudante fica registrada a situação de regularidade em relação a essa obrigação, ou seja, ficará atestada sua efetiva participação ou, quando for o caso, a dispensa oficial pelo MEC, na forma estabelecida em regulamento.

Os resultados do ENADE, aliados às respostas do Questionário do Estudante, constituem-se instrumentos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito ENADE, CPC e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), todos normatizados pela Portaria Normativa nº 40, de 2007, republicada em 2010. Esses indicadores representam medidas da qualidade dos cursos e das instituições do país, utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas para a educação superior, quanto como fonte de consultas pela sociedade (INEP, 2018).

5.7.2 - Pesquisa de egressos(as)

A UFOP, de acordo com o seu PDI, tem o propósito de desenvolver "[...] um programa permanente de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2016, p. 94), bem como de estimular as

pesquisas de egressos. Quanto ao Colegiado e ao NDE do Curso, cabe a eles conduzir esses estudos por meio de ações de acompanhamento que possibilitem conhecer as trajetórias pessoais e profissionais dos(as) egressos(as). Aproveitando-se de experiências exitosas de outras instituições e pesquisas realizadas por professores(as) do curso de pedagogia (ARAÚJO; NUNES; LUCINDO, 2018) com relação a métodos de coleta e análise de dados, a coordenação do Curso se propõe a realizar pesquisas regulares, que contemplem aspectos como a avaliação e a evolução da formação dos(as) egressos(as), a sua inserção no mundo do trabalho e seu relacionamento com a Universidade depois de formados.

Em 2018 foi realizada a primeira pesquisa de egressos(as) do curso de Pedagogia com o objetivo de se conhecer a atuação profissional dos(as) formados(as) após a implantação do novo currículo estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 1/2006 (ARAÚJO; NUNES; LUCINDO, 2018). A pesquisa partiu da análise bibliográfica e da aplicação de questionários aos(as) 145 egressos(as) entre os anos de 2012 e 2015 via *google docs* enviados por e-mail. Destes, quase metade dos egressos (48,3%) responderam. O questionário continha perguntas abertas e fechadas e foi estruturado em 4 categorias: Perfil do egresso; Formação acadêmica; Atuação profissional; O curso de Pedagogia e a profissão de pedagogo.

A pesquisa revelou também, a partir da análise documental, que 94,3% dos egressos do curso de Pedagogia da UFOP são do sexo feminino e apenas 5,7% do sexo masculino. Cerca de metade dos egressos são nascidos em municípios da região em que a UFOP se localiza, 32,9% são brancos e 59,9% são negros (31,7% de pardos e 22,8% de pretos).

A maioria dos(as) egressos(as) pesquisados(as) consideram que o curso os(as) preparou ou preparou parcialmente (62,8% e 20% respectivamente) para o mercado de trabalho. Segundo a pesquisa de Araújo, Nunes e Lucindo (2018) as respostas estavam muito ligadas à participação dos(as) alunos(as) em atividades e projetos de extensão, pesquisa e ensino ao longo do curso.

A pesquisa também revelou que 75,7% dos(as) egressos(as) estão trabalhando; 72,9% atuam na área educacional e destes, 51,4% estão em instituição pública (LUCINDO; NUNES; ARAÚJO, 2018). Dando continuidade à pesquisa de Araújo, Nunes e Lucindo (2018) o Colegiado do curso de Pedagogia juntamente com o NDE fará o envio anual de questionários a todos os(as) egressos(as) do curso com uma amostra de alunos(as) com até dois anos de formados(as).

Além da pesquisa sobre os(as) egressos(as) do curso, o Colegiado e NDE em parceria com os(as) professores(as), estudantes promovem ações e eventos em que os egressos do curso são convidados(as) a participar, relatando experiências vividas no curso e percursos profissionais desenvolvidos desde a sua conclusão. O curso de Pedagogia conta também com o Programa de Educação Tutorial (PET-Pedagogia), grupo composto por estudantes e professores(as), que desenvolve um conjunto de atividades e pesquisas sobre e com os egressos do curso.

5.7.3 Pesquisa de desenvolvimento de disciplinas da graduação

A UFOP, por meio do seu Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), mantém um sistema de avaliação semestral das disciplinas de graduação que realiza um diagnóstico do ensino desenvolvido nos seus cursos. Estudantes e professores(as) devem responder a um questionário ao final de cada período letivo, fornecendo informações importantes para a análise da prática docente. Relatórios com os resultados mais gerais são amplamente divulgados semestralmente e os resultados individuais são repassados aos(às) professores(as) antes do início do semestre seguinte, de modo que eles possam rever o seu desempenho em quesitos como o cumprimento do programa da disciplina, o uso de metodologias que facilitem o aprendizado e o incentivo à participação dos(as) alunos(as) durante as aulas, entre outros.

5.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Pedagogia

O Colegiado e, em especial, o NDE têm, entre as suas funções, o acompanhamento contínuo e sistemático do PPC do Curso, visando à análise da proposta que o constitui e o planejamento de ações que favoreçam o seu aperfeiçoamento e a sua atualização, entre as quais a realização dos ajustes necessários. O processo deve envolver servidores(as) e alunos(as) na realização de reuniões, encontros e oficinas, tendo em mente o aprimoramento contínuo do planejamento do Curso, observando-se as mudanças nas áreas de conhecimento por ele contempladas, a articulação do projeto com as necessidades locais e regionais, as novas demandas do mundo do trabalho, o cumprimento e a revisão dos objetivos formativos e do perfil profissional do(a) egresso(a).

De acordo com as normativas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), O PPC passará por processo avaliativo no ciclo de três anos a contar da aprovação do projeto. Além de seguir as normativas, o PPC passará por alterações, tendo em vista que sua aprovação é referente à matriz curricular aprovada em 2018, construída em atendimento à Resolução CNE Nº 2/2015. Essa resolução foi revogada pela Resolução CNE Nº 2, de dezembro de 2019, que apresenta novas diretrizes para a proposta pedagógica dos cursos de formação de professores(as). Nesse sentido, o Colegiado e o NDE já iniciaram os estudos acerca da matriz curricular para os fins de sua adequação à resolução vigente, tendo em vista sua articulação com a realidade local. Para além do cronograma do ciclo avaliativo, o curso de Pedagogia passará por uma nova atualização do PPC para atender as novas diretrizes de formação de professores(as) e a curricularização da extensão. Portanto, para essa atualização o Colegiado e NDE conhecem o ciclo avaliativo do Sistema Nacional e tem seus instrumentos como balizadores desse processo.

5.8 APOIO AOS DISCENTES

5.8.1 Apoio acadêmico

No âmbito do Curso de Pedagogia cabe ao Colegiado e ao NDE fornecerem apoio acadêmico aos(às) estudantes, acompanhando-os coletiva e individualmente, observando problemas de frequência, desempenho, jubilamento, desligamento e evasão, entre outros, e propondo estratégias de superação desses problemas. Um dos procedimentos sistematicamente empregado é a recepção dos(as) calouros(as) a cada entrada no Curso, o que se faz no interior da Semana de Integração do Centro de Extensão de Mariana - CEMAR. Nessa recepção, com a colaboração de docentes e discentes, o Colegiado apresenta o Curso para os(as) alunos(as) recém-ingressos(as), considerando o seu Projeto Político Pedagógico, os grupos de pesquisa, os laboratórios pedagógicos em funcionamento e as atividades de extensão. Além da apresentação do curso, são realizadas atividades de apresentação do espaço físico do ICHS e seus diversos ambientes de estudo e convivência: biblioteca, laboratórios, Centro Acadêmico, restaurante universitário, dentre outros.

Vale mencionar também a oferta de turmas especiais para disciplinas com alto índice de reprovação, de forma que se possam empregar recursos didáticos mais condizentes com as dificuldades evidenciadas por alguns alunos e fornecer-lhes acompanhamento mais particularizado.

Outra estratégia refere-se a organização das disciplinas intituladas "Seminário", distribuídas ao longo da matriz curricular do curso de Pedagogia e que têm a intenção principal de, integrar os diversos conhecimentos abordados pelas demais disciplinas do período, orientando e acompanhando a produção acadêmica dos(as) estudantes de forma a auxiliá-los na construção/elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Outros procedimentos adotados pelo Colegiado e pelo NDE são bastante individualizados, tendo em vista justamente a particularidade dos problemas a serem tratados. Em todos os casos, conta-se com programas, projetos, ações e atividades de apoio acadêmico aos(às) estudantes oferecidos pela UFOP e dos quais se beneficiam os(as) alunos(as) do curso de Pedagogia. Merecem destaque os seguintes: o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que fornece bolsas a alunos(as) e a professores(as) do Curso, bem como a professores(as) de escolas da região, com o objetivo de estimular a integração com o ambiente escolar, com os sujeitos e as atividades que o constituem, propiciando a iniciação à profissão docente; os diversos Programas de Iniciação Científica, cujo propósito é favorecer, entre os estudantes de graduação, a experiência de iniciação à pesquisa e o desenvolvimento do pensamento científico e se preparem, caso desejem, para os cursos de mestrado e doutorado em educação na UFOP; os programas, projetos, cursos, ações e atividades especiais promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), os quais convidam os(as) alunos(as) a vivenciarem a experiência extensionista; o Programa de Auxílio à Participação em Eventos, que estimula a participação de alunos(as), prioritariamente com apresentação de trabalhos, em eventos acadêmico-científico-culturais considerados relevantes para a formação acadêmica; o Programa de Apoio à Organização de Eventos Acadêmicos, cujo intuito é fomentar a organização de congressos, seminários, oficinas, jornadas, exposições, colóquios, minicursos e palestras, entre outros que se configuram como eventos de natureza acadêmico-científico-cultural; e os programas de Monitoria e de Tutoria, já citados, que têm como propósito o nivelamento acadêmico e o combate à evasão por meio de atividades orientadas pelos(as)

professores(as) do Curso, atendendo especialmente as disciplinas com alto índice de retenção ou abandono.

Quanto à realização dos estágios curriculares, os(as) alunos(as) do curso de Pedagogia contam com o recurso do "auxílio transporte", por meio do qual a UFOP custeia as passagens daqueles(as) que precisam realizar um longo deslocamento para a realização e conclusão dos mesmos. Este procedimento tem sido um importante incentivo à realização de estágios em locais mais periféricos assim como em distritos da região, proporcionando aos(às) alunos(as) do curso a vivência de experiências de docência em escolas do campo.

Quanto ao atendimento educacional especializado, destaca-se o papel do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da UFOP, cujas atividades e práticas tem o propósito de fornecer condições de permanência aos(às) estudantes público-alvo da educação inclusiva, isto é, às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, bem como aos(às) estudantes surdos e com deficiência auditiva. Contando com uma sala de acessibilidade localizada na biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, o NEI, de fato, apresenta-se como importante parceiro do Colegiado e dos(as) professores(as) do Curso buscando de auxiliar na preparação e confecção de material didático, na adequação de linguagens e na reflexão sobre critérios de avaliação, tendo como horizonte a eliminação das barreiras de acessibilidade e a promoção da inclusão.

5.8.2 Assistência Estudantil

Responsável pela coordenação das ações de assistência aos estudantes, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) da UFOP tem como foco a melhoria das condições de acesso e permanência dos discentes, ocupando-se da promoção de seu bem-estar psicossocial. No âmbito do ICHS, as ações são coordenadas pelo Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis (NACE) do *campus* de Mariana, que conta com uma equipe de assistentes sociais e psicóloga. PRACE e NACE atuam em várias frentes, disponibilizando recursos para alimentação (Programa Bolsa-Alimentação) e permanência (Programa Bolsa-Permanência), além de moradia universitária, sempre condicionando a participação em seus programas a criteriosa avaliação socioeconômica, a qual leva em consideração, em particular, a renda familiar mensal bruta do(a) aluno(a), os bens patrimoniais de sua família e a ocupação dos responsáveis por ele. Cabe à PRACE também a gestão do restaurante universitário

localizado no ICHS, o Remar I, que oferece almoço e jantar, seguindo padrões nutricionais que garantem qualidade, equilíbrio e higiene, a preços acessíveis.

Ações mais localizadas são realizadas pelo Projeto Bem-Vindo Calouro, que visa à recepção e ao acolhimento dos(as) alunos(as) ingressantes na Universidade; pelo Programa Caminhar, que oferece acompanhamento pedagógico, psicológico e social a estudantes que vivenciam dificuldades acadêmicas; pelo Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC), caracterizado pelo desenvolvimento de atividades acadêmicas diversas, com alvo na ampliação das condições de permanência dos(as) estudantes, na promoção da igualdade de direitos e no combate a discriminações; e pelos Grupos Temáticos, cujo objetivo é estimular os(as) alunos(as) participantes a refletirem sobre temas específicos de sua vivência (rotina e organização para atingir metas, dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, dúvidas em relação à escolha do curso e do futuro profissional almejado, dificuldades de falar em público) por meio do diálogo com outros sujeitos, de modo que eles adquiram subsídios para a tomada de decisões.

6 INFRAESTRUTURA[8]

Localizado em Mariana, em uma área total de 213 mil metros quadrados, onde no passado se realizavam as atividades do antigo Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (fundado em 1750), o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), unidade da UFOP que abriga o Curso Pedagogia, foi criado em 1979. Mais recentemente (entre 2009 e 2010), ele foi expandido com a construção de uma biblioteca (Biblioteca Alphonsus de Guimaraens), de um auditório (Auditório Francisco Iglésias) e de um novo prédio de salas de aula (Prédio Paulo Freire). No espaço que constitui o ICHS acontecem as aulas do Curso de Pedagogia e do programa de Pós Graduação em Educação – PPGE e se situam as suas seções administrativas, laboratórios, biblioteca e gabinetes de professores(as).

O Instituto abriga também as atividades administrativas, didáticas, de pesquisa e de extensão dos outros cursos de graduação da UFOP em Pedagogia e História e dos cursos de pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado acadêmico), História (mestrado e doutorado acadêmicos) e Letras (mestrado acadêmico), estimulando diálogos interdisciplinares entre docentes, discentes e funcionários(as) técnico(a)-administrativos(as). Essa experiência se complementa com as iniciativas compartilhadas com a comunidade do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFOP, também localizado no *campus* de Mariana, onde se oferecem os cursos de graduação em Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social, bem como os cursos de mestrado acadêmico em Comunicação e Economia Aplicada.

Com relação às salas de aula, o ICHS disponibiliza um total de 21 unidades, distribuídas em dois prédios. De diferentes tamanhos, todas são providas de quadros-brancos, aparelhos de projeção e acesso à internet, e algumas dispõem também de aparelhos de som e televisores de alta definição. O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFOP, onde se mantêm lotados um analista e dois(duas) técnicos(as) de Tecnologia da Informação, responsabiliza-se pela conservação e atualização dos computadores, equipamentos eletrônicos e impressoras do Instituto, realizando a sua manutenção periodicamente.

---

[8] Os dados institucionais relativos à infraestrutura do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) foram adaptados do Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Licenciatura - 2019.

Por sua vez, as unidades administrativas incluem a Seção de Ensino, órgão da Pró-reitora de Graduação responsável pelo atendimento dos(as) alunos(as) do Curso no que diz respeito a fornecimento de informações gerais, emissão e arquivamento de documentos, realização de matrícula institucional, recebimento de requerimentos, entre outros serviços; as secretarias do Colegiado do Curso e do Departamento de Letras, que auxiliam esses órgãos no registro, no acompanhamento e na execução de processos e decisões; a secretaria da diretoria do ICHS, que coordena as atividades que envolvem todas as seções, colegiados e departamentos do instituto; e a secretaria do Centro de Extensão de Mariana (CEMAR), que organiza as ações extensionistas promovidas pelos cursos da UFOP no *campus* de Mariana.

Em relação aos laboratórios, centros e núcleos de pesquisa, alguns abrigam ou ensejam atividades abertas a toda a comunidade do ICHS, como o Laboratório de Computação Científica (LCC), o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), sendo espaços específicos do Curso de Pedagogia o Laboratório de Práticas Pedagógicas Hebe Rola e o Laboratório de práticas Lúdicas/Brinquedoteca. Estes dois últimos, embora sejam de uso restrito dos(as) estudantes e professores(as) do curso de Pedagogia, atendem por meio dos projetos e atividades específicos neles desenvolvidos, alunos(as) e professores(as) da rede pública básica de Mariana e crianças atendidas em espaços educativos não escolares.

Entre os primeiros, merece detalhamento o LCC, que disponibiliza equipamentos de informática a toda a comunidade do Instituto, incluindo computadores com acesso estável e rápido à internet, os quais contam com atualização periódica de *hardwares* e *softwares*, sob responsabilidade do já citado NTI.

Dos laboratórios citados, o curso de Pedagogia também conta com o Laboratório Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) que agrega Núcleos de pesquisa que desenvolvem, junto ao curso, investigação e estudo sobre os diversos temas do campo da educação. São eles: Caleidoscópio, Formação de Professores e Relações Étnico Raciais e Alteridade, Formação e Profissão Docente – FOPROFI, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens, Adultos e Idosos – GEPEJAI, Grupo de História e Historiografia da Educação da UFOP – GERAES, Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias em Educação – TECNOGEO, Multiletramentos e usos das TDIC na educação – MULTDICS, Núcleo de Avaliação Educacional – NAVE, Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Práticas na

Alfabetização e na Inclusão em Educação – NEPPAI, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação – NEPPPE, Núcleo de Estudos sobre Sociedade, Família e Escola – NESFE e o grupo Práticas Científicas e Epistêmicas na Educação em Ciência.

Entre as bibliotecas da UFOP, a Biblioteca Alphonsus de Guimaraens é a que serve o Curso de modo mais direto. Trata-se de um espaço com cerca de 1180 metros quadrados, cujo acervo contém cerca de 60 mil exemplares de livros, entre os quais figuram mais de 30 mil títulos, e periódicos em quantidade superior a mil títulos. Com capacidade para receber por volta de 70 pessoas, ela conta com salas isoladas de estudo em grupo e com uma grande sala com mesas e cabines de estudo individual, além de uma sala de acessibilidade, sob responsabilidade do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da Universidade, o qual disponibiliza aos(às) alunos(as) com necessidades educativas especiais tecnologias assistivas, como uma máquina de escrever em braile, leitor autônomo, lupas, além de computadores com softwares acessíveis.

Em relação às bibliografias básica e complementar das disciplinas do Curso, o acervo da Biblioteca Alphonsus de Guimaraens é adequado e a sua atualização é permanentemente buscada, ainda que sob condições adversas, de carência de verbas para a aquisição de obras. O acesso virtual a periódicos especializados, nacionais e estrangeiros, é viabilizado pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), cujo aproveitamento é facilitado pelos treinamentos oferecidos pelos(as) funcionários(as) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) da UFOP. Além disso, e-books diversos são disponibilizados pelo serviço de Biblioteca Digital da instituição.

A infraestrutura do ICHS inclui também gabinetes de professores(as) projetados para acolher duas pessoas, os quais garantem privacidade no desenvolvimento de atividades de planejamento didático-pedagógico e no atendimento a alunos(as), bem como segurança para a guarda de equipamentos pessoais e outros materiais. O curso conta também com a sala da secretaria do Departamento de Educação, onde ficam os seus escaninhos e onde se pode imprimir material didático-pedagógico ou de pesquisa. Quanto à realização de seminários, congressos e outras atividades que demandam espaços maiores, o ICHS disponibiliza dois auditórios, com capacidade para 53 e 170 pessoas, respectivamente, ambos equipados com aparelho de som, microfones, computadores, telas e aparelhos de projeção. O maior deles, o Auditório Francisco Iglésias, situado próximo à biblioteca, possui ainda uma cabine acústica

para o trabalho de tradução simultânea em eventos com convidados estrangeiros. Para as reuniões, por sua vez, disponibilizam-se duas salas com acesso à internet e equipadas com computadores, aparelhos de projeção e aparelhos de som.

Os(as) alunos(as) podem se beneficiar de uma moradia estudantil construída no terreno do ICHS (Conjunto I de Residências Estudantis de Mariana) e de uma sala destinada às atividades dos centros acadêmicos dos cursos oferecidos nessa unidade. Os(as) funcionários(as) técnico(a)-administrativos(as), assim como os(as) terceirizados(as), encarregados(as) da limpeza e da vigilância, contam com locais equipados com fogão, geladeira e armários, destinados ao seu tempo de intervalo no trabalho. O ICHS possui também espaços a que tem acesso livre toda a comunidade acadêmica, merecendo menção a sala de serviços terceirizados de reprografia, a cantina, o restaurante universitário e as áreas de convivência, destinadas ao lazer e às atividades culturais, como a quadra poliesportiva e os jardins interno e externo.

Por último, mas não menos importante, deve-se sublinhar a preocupação permanente do Colegiado e do NDE do Curso, bem como da direção do ICHS e das instâncias superiores da UFOP, em adequar os seus espaços ao disposto na legislação atinente aos programas nacionais de acessibilidade, a fim de oferecer condições de acesso a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse sentido, toma-se como princípio a igualdade de condições para acesso e permanência na Universidade e como referência a Norma Técnica de Acessibilidade ABNT NBR 9050/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Não se trata, contudo, de tarefa fácil, tendo em vista, por um lado, o fato de o ICHS ter sido construído em época em que não havia grandes preocupações com a acessibilidade e, por outro, a sujeição das propostas de adequação ou expansão às normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pelo tombamento do espaço. Pode-se afirmar, portanto, conforme o que se manifesta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOP, que a instituição "tem planejado e implementado ações para promover as adequações de suas instalações da melhor maneira possível" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2016, p. 69).

Dentre as adequações realizadas no instituto para o atendimento e acessibilidade dos(as) alunos(as) em parceria com a Prefeitura do Campus – PRECAM, destaca-se: 1)

montagem e construção de rampas de acesso a todos os espaços internos e externos dos edifícios do instituto; 2) manutenção do elevador do prédio REUNI (REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS), atual Paulo Freire; 3) Participação dos/das Intérpretes de LIBRAS nas aulas presenciais; 4) Reestruturação dos Laboratórios e Biblioteca para garantir a acessibilidade e atendimento

Para toda adequação e atendimento na oferta da educação inclusiva no curso, Colegiado e NDE contam com apoio do Núcleo de Educação Inclusiva - NEI, no processo de implementação e capacitação de professores(as) para o trabalho com a inclusão. Atualmente o NEI passa por uma reestruturação, oferecendo uma sala de atendimento na biblioteca da unidade onde se encontra o curso de Pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico aqui apresentado vem firmar o compromisso dos(as) professores(as), estudantes e funcionários(as) técnico(a)-administrativos(as) que participaram de sua construção com a missão da UFOP de trabalhar para a formação de um profissional que seja "[...] agente de mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2016, p. 15). Em acordo com os princípios da Constituição Federal, nele se concebe a educação como forma de promover o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2018c, p. 160). No curso de Pedagogia, o foco no desenvolvimento de competências e habilidades específicas não se desvincula, portanto, do propósito mais amplo de contribuir para a expansão de personalidades, para o reforço das liberdades individuais, para o favorecimento da experiência de uma sociedade com mais compreensão, tolerância e respeito.

Propondo formar professores(as) que sejam também pesquisadores(as) de sua própria prática, que assumam postura crítico-reflexiva, o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia que aqui se apresenta não poderia deixar de estar, ele mesmo, sempre aberto a revisões e atualizações, colocando-se como objeto de reflexão, de crítica e da consequente proposição de alternativas que caracterizam a postura do(a) docente investigador(a). Para acompanhar as transformações por que passam o país e o mundo, de modo geral, e o universo da educação,

de modo mais particular, a equipe responsável pela gestão do Curso de Pedagogia deve se fundamentar no diálogo e na ideia de um aprendizado permanente, segundo o pressuposto de uma prática democrática, respeitosa da pluralidade e do dissenso, na busca constante do aperfeiçoamento. Continuar contribuindo com a formação de quadros capacitados e engajados na proposta de aumentar a qualidade da educação regional e nacional, a partir sobretudo da atuação na Educação Básica, com especial atenção para a Educação Pública, eis a meta que traçamos neste documento. Alcançá-la representa a diferença que pretendemos fazer. Sem dúvida, queremos crer, não será pouca coisa.

REFERÊNCIAS

ALLAL, L. Estratégias de avaliação formativa: concepções psicopedagógicas e modalidades de aplicação. In: ALLAL, L. CARDINET, J.; PERRENOUD, P. **A avaliação formativa num ensino diferenciado**. Coimbra: Livraria Almedina, 1986. p. 175-196.

AMBRÓSIO, M. **O uso do portfólio no ensino superior**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARAÚJO R. M.B.; NUNES C. M.F.; LUCINDO N. I. Um estudo com egressos do curso de pedagogia: avaliando a formação inicial. **Revista@mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 11,n. 2, p. 240-258 maio/ago. 2018.

DINIZ, M. Traços, lacunas e retalhos na formação docente para a diversidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 131, p. 32-42, abr. 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 12 jan. 2019.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm >. Acesso em 12 jan. 2019.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 26 jun. 2014.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 3 de julho de 2001**. Aprova as propostas de Diretrizes Curriculares dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Homologação publicada no **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 50, 9 jul. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7/2018, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão

na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12. 7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 49-50, 19 dez. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 3/2006 de 21 de fevereiro de 2006.** Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Homologação publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 abr. 2006a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf> Acesso em : 6 dez. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1/2006 de 16 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Homologação publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 11, 16 mai. 2006b.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> acesso em: 6 dez. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1/2004, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 11, 22 jun. 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1/2012, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 48, 31 mai. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2/2012, de 15 de junho de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União**,** Brasília, DF, seção 1, p. 70, 18 jun. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2/2015, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 8-12, 2 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018(c).

_____. BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Ensino de 1º e 2º grau.

_____. Ministério da Educação-Gabinete do Ministro. **Portaria MEC nº 1.428/2018, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a oferta, por instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 59, 31 dez. 2018(d).

_____. Ministério da Educação-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)-Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes). **Instrumento de**

avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília, DF: Mec-Inep-Daes, 2017.

_____. Ministério da Educação-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2017**: Relatório de Curso: Letras-Português (Licenciatura)-Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2017**: Relatório Síntese de Área: Letras-Português (Bacharelado/Licenciatura). Disponível em: <http://download.inep.gov.br /educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Letras-Portugues.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 fev. 2019.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências. Diário Oficial da União**,** Brasília, DF, seção 1, p. 3, 15 abr. 2004.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 de Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1995, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União**,** Brasília, DF, seção 1, p. 3, 26 set. 2008.

CHARLOT, B. A relação com o saber: conceitos e definições. In: CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e terra, 1998.

LUCINDO, N. I.; NUNES, C. M. F.; ARAÚJO, R. M. B. de. Ser pedagogo: a escolha profissional de egressos do curso de pedagogia. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 9, n. 2, p. 396-413, maio/ago. 2018.

NÓVOA, A. Entre a Formação e a Profissão: Ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 1, p. 198-208, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss1articles/novoa.pdf> acesso em 12 de dezembro de 2019.

SCHON, D. **Educando o Profissional Reflexivo: Um Novo Design para o Ensino e a Aprendizagem.** Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SOUSA, R. P. de; FARIAS, M. do C. A; SUCUPIRA, K. S. .de A.; FEITOZA. B. M. Adesão de docentes às metodologias ativas como ferramenta de ensino-aprendizagem no ensino superior. Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Campina Grande – PB. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, v. 4, e4002, 2019.

TARDIF, M., LESSARD, C. e LAHAYE, L. Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria e Educação**, nº 4, Porto Alegre: Pannônica, 1991.

TURA, M. Pensando a cultura escolar e a prática pedagógica. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 23, n. 1, 7 set. 2016. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/6336/3861> Acesso em 12 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Cepe nº 17, de 18 de abril de 1980.** Cria o Curso de Letras na UFOP. Disponível em: <http://www.soc.UFOP.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_017.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Cepe nº 4.450/2011, de 29 de abril de 2011.** Aprova a instituição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) em cada curso de graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na forma definida na Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Disponível em: < http://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000001843>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Cepe nº 7.210/2017, de 29 de junho de 2017.** Aprova a Política de Informação da Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso (BDTCC) da UFOP. Boletim Administrativo**,** Ouro Preto, v. 27, n. 29, p. 3-4, 7 jul. 2017.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Cepe nº 7.488/2018, de 17 de julho de 2018.** Aprova a Política Institucional de Formação de Professores da UFOP. Boletim Administrativo, Ouro Preto, v. 28, n. 31, p. 1, 20 jul. 2018.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Cuni nº 414/1997, de 11 de novembro de 1997.** Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <https://UFOP.br/sites/default/files/estatuto.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Cuni nº 435/1998, de 10 de setembro de 1998.** Aprova o Regimento Geral da UFOP. Disponível em: <https://UFOP.br/sites/default/files/cuni0435_certa.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2016-2025**. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. Disponível em: <https://www.UFOP.br/sites/default/files/pdi_UFOP_2016_2025.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **Política Institucional de Formação de Professores**. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2018. Disponível em: <https://www.soc.UFOP.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_7488_ANEXO_0.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Pró Reitoria de Extensão. **Guia de Curricularização da Extensão da UFOP.** Ouro Preto, MG, julho de 2020. Disponível em: <https://proex.ufop.br/noticias/proex-publica-guia-de-curricularizacao-da-extensao> Acesso em 2 de agosto de 2020.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. **Edital Prograd nº 6/2018, de 9 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a seleção de projetos de Tutoria a serem desenvolvidos nos *campi* de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade no primeiro semestre letivo de 2018. Disponível em: <https://www.prograd.UFOP.br/arqdown/EDITAL_Tutoria_primeiro_semestre_2018.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

_____. Pró Reitoria de Graduação. **Orientações para elaboração/atualização de projeto pedagógico de curso da Universidade Federal de Ouro Preto**. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. **Portaria nº 34/2019/PROGRAD**, de 02 de maio de 2019. Estabelece o regulamento para a implementação e gestão dos Módulos Interdisciplinares de Formação (MIF) no âmbito da Política Institucional de Formação de Professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Boletim Administrativo**,** Ouro Preto, v. 29, n. 21, p. 14-16, 3 mai. 2019.

VILLAS BOAS, B.M.F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** Campinas/SP: Papirus, 2004

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

APÊNDICE 1 - MATRIZ CURRICULAR – PEDAGOGIA - LICENCIATURA

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
EDU143	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO		60	72	2	2	1
EDU144	SUJEITOS E DIVERSIDADES		60	72	4	0	1
EDU145	PROFISSÃO, GÊNERO E CONDIÇÃO DOCENTE		60	72	4	0	1
EDU146	ESTUDOS FILOSÓFICOS SOBRE EDUCAÇÃO		60	72	4	0	1
EDU147	SEMINÁRIO I: O QUE É APRENDER?		30	36	2	0	1
EDU252	ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE EDUCAÇÃO		60	72	4	0	1
EDU148	PESQUISA EDUCACIONAL:PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS		60	72	4	0	2
EDU149	DIDÁTICA, PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR		60	72	2	2	2
EDU150	SEMINÁRIO II: O QUE É APRENDER? PERSPECTIVA COGNTIVA	EDU147	30	36	2	0	2
EDU253	ESTUDOS SOCIOLÓGICOS SOBRE EDUCAÇÃO		60	72	4	0	2
EDU254	POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL		60	72	4	0	2
EDU256	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO		60	72	4	0	2
LET397	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS		30	36	2	0	2
BEV304	NATUREZA E SOCIEDADE: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL		60	72	2	2	3
EDU151	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	EDU256	60	72	4	0	3
EDU152	FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL		60	72	4	0	3
EDU153	O CORPO, O BRINCAR E A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL		60	72	2	2	3
EMA014	MATEMÁTICA I: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL		60	72	2	2	3

MIF001	MÓDULO INTERDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO I		30	36	1	1	3
EDU154	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I		60	72	2	2	4
EDU155	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	EDU152 EDU153	120	144	0	8	4
EDU156	SEMINÁRIO III: COMO A CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS APRENDE?	EDU150	30	36	2	0	4
EFD357	EDUCAÇÃO FÍSICA I: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL		60	72	2	2	4
LET398	LETRAMENTO E LÍNGUA PORTUGUESA I: LITERATURA INFANTIL		60	72	2	2	4
EDU157	FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL		30	36	2	0	5
EDU158	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II	EDU154	60	72	2	2	5
EDU159	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	EDU155	120	144	0	8	5
EDU160	SEMINÁRIO IV: COMO A CRIANÇA DE 6 A 11 ANOS APRENDE?	EDU156	60	72	4	0	5
EFD358	EDUCAÇÃO FÍSICA II: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	EFD357	60	72	2	2	5
EMA015	MATEMÁTICA II: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	EMA014	60	72	2	2	5
MIF002	MÓDULO INTERDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO II		30	36	1	1	5
ART209	ARTES: CONTEÚDOS METODOLOGIAS E PRÁTICAS		60	72	2	2	6
BEV305	CIÊNCIAS: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	BEV304	60	72	2	2	6
EDU161	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: GESTÃO ESCOLAR		90	108	0	6	6
EDU162	GEOGRAFIA: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS		60	72	2	2	6
EDU163	SEMINÁRIO V: O QUE É ENSINAR?	EDU160	60	72	4	0	6
LET399	LETRAMENTO E LÍNGUA PORTUGUESA II		60	72	2	2	6

EDU164	CURRÍCULO: TEORIA E PRÁTICA		60	72	4	0	7
EDU165	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERFIL E PROCESSOS DE EXCLUSÃO		60	72	4	0	7
EDU166	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: DIVERSIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS	EDU159	90	108	0	6	7
EDU167	INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL		60	72	4	0	7
EDU168	SEMINÁRIO VI: QUAIS SUJEITOS, QUAIS TEORIAS, QUAIS PRÁTICAS?	EDU163	60	72	4	0	7
HIS 267	HISTÓRIA: CONTEÚDOS E PRÁTICAS DE ENSINO.		60	72	2	2	7
MIF003	MÓDULO INTERDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO III		30	36	1	1	7
EDU169	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL		60	72	4	0	8
EDU170	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS		60	72	4	0	8
EDU171	SEMINÁRIO VII: CONCLUSÃO DE CURSO		60	72	4	0	8
LET966	INTRODUÇÃO A LIBRAS		60	72	2	2	8

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS	
					T	P
EDU230	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ANTROPOLOGIA		30	36	2	0
EDU405	PSICANÁLISE EDUCAÇÃO		60	72	4	0
EDU408	EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL		60	72	4	0
EDU409	PRÁTICAS EDUCATIVAS EM AMBIENTE NÃO-ESCOLARES		60	72	4	0
EDU412	PSICOMOTRICIDADE		60	72	4	0
EDU416	TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO I: TEMAS DA ATUALIDADE		30	36	2	0
EDU417	TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO II: ALFABETIZAÇÃO		30	36	2	0
EDU426	TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO III: ENSINO E APRENDIZAGEM		60	72	4	0
EDU428	TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO IV: EDUCAÇÃO INFANTIL		60	72	2	2

EDU519	OFICINA DE RECURSOS DIDÁTICOS		60	72	4	0
EDU532	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL		30	36	2	0
EDU534	RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO		30	36	2	0

CÓDIGO	ATIVIDADES	PRÉ-REQUISITO	CARÁTER	CHS
ATV100	ATIVIDADE ACADÊMICA CIENTÍFICO-CULTURAL		OBRIGATÓRIA	200

Componentes Curriculares Exigidos para Integralização do Curso	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias	2820
Disciplinas Eletivas	300
Atividades	200
Total	3320

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

APÊNDICE 2 - EMENTAS, PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

UFOP

1º Período:

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO
Nome do Componente Curricular em inglês:
INTRODUCTION TO EDUCACION</td><td>Código: EDU143</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU</td><td>Unidade acadêmica:
ICHS</td></tr>
<tr><td>Carga horária semestral
60 horas</td><td>Carga horária semanal teórica
02 horas/aula</td><td>Carga horária semanal prática
02 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="3">Ementa: Pedagogia: objeto de estudo, conceito, campo de atuação e relação com a ação educativa. A pedagogia na formação do educador e na transformação da prática educativa. Visão ampla – teórica e prática - do processo educativo em todas as suas dimensões – instituições educativas formais e não formais. Discussão sobre mecanismos, potencialidades e limites do processo educativo.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Conteúdo programático:
UNIDADE I – Questões atuais da educação
- Conceito de educação, de ensino e de aprendizagem.
- O processo educativo em suas dimensões e modalidades (escolar, institucional, não institucional)
- Possibilidades e limites da educação escolar na sociedade contemporânea: das utopias pedagógicas ao mal-estar da Pedagogia contemporânea.
UNIDADE II – Contextualização da Pedagogia no Brasil
- Fundamentos históricos e epistemológicos da Pedagogia.
- Contexto atual do Curso de Pedagogia (Novas Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia-Licenciatura)
- A Pedagogia e as Práticas Pedagógicas
- A Pedagogia e o Pedagogo na sociedade contemporânea
UNIDADE III- A formação do pedagogo: perfil e campo profissional.
- A identidade profissional do Pedagogo
- A formação e a prática do Pedagogo (pedagógica, política e organizacional)
- O Pedagogo e a sua atuação em espaços escolares e não escolares.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Bibliografia básica:
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.
FREIRE. Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 2004.</td></tr>
</table>

KANT, Emmanuel. Sobre a pedagogia. Trad. Francisco Cock Fontanela. 4º Ed. Piracicaba;SP: UNIMEP, 2004.
SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas. SP: Autores Associados, 2012. 2 ed.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. 2006.
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogo: delineando identidade(s). Revista UFG/julho, 2011/Ano XIII, N.10, PP.120-132.
GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio, v. 14, n. 50, jan./mar. 2006.
LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In. Pimenta, S.G. (orgs.) Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.
MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Estatuto da cientificidade da Pedagogia. In. Pimenta, S.G. Pedagogia: ciência da educação. São Paulo: Cortez, 1996.

Nome do Componente Curricular em português: **SUJEITOS E DIVERSIDADES** Nome do Componente Curricular em inglês: **SUBJECTS AND DIVERSITIES**		Código: EDU144
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Teorias e noções acerca da produção de sujeitos com enfoque nos contextos educativos. Participação social e educação envolvendo as questões etnorraciais, das sexualidades e de gênero na contemporaneidade. Os efeitos do preconceito no processo educacional.		
Conteúdo programático: 1. Processos de subjetivação na contemporaneidade 2. Gênero e Sexualidades nos processos educativos 3. Educação e questões etnorraciais		
Bibliografia básica: GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 411 p. LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 174 p. SECRETARIA ESPECIAL DE POLIITICAS PARA MULHERES; CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. . Rio de Janeiro: Brasília: CEPESC SPM 2009. 266p.		

Bibliografia complementar:
ARROYO, Miguel. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 336p
BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.
HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p.
MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças . Belo Horizonte: Autêntica. 78p (Cadernos de diversidade ; 6).
SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação . 9. ed. Petrópolis: Vozes 2011. 235 p. (Estudos culturais em educação).

Nome do Componente Curricular em português: **PROFISSÃO, GÊNERO E CONDIÇÃO DOCENTE** Nome do Componente Curricular em inglês: **PROFESSION, GENDER AND TEACHER CONDITION**		Código: EDU145
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Formação e Profissão docente: evolução histórica, natureza e implicações. O processo de socialização e identidade profissional. Condições do trabalho docente na sociedade brasileira. Gênero e Profissão docente. Elementos constitutivos da prática profissional: pesquisa, reflexão e saberes docentes.		
Conteúdo programático: **UNIDADE I: A profissão docente na realidade brasileira** - As políticas públicas e os dilemas da profissão dos professores - O desenvolvimento de socialização e identidade profissional do professor - Trajetórias profissionais e a carreira docente - Feminização do magistério - Condição do trabalho docente **UNIDADE II: Formação e a pratica docente** - O professor e as estratégias de formação inicial e continuada - O Professor reflexivo e o professor pesquisador - O Saber docente e a prática pedagógica - A autonomia profissional do professor		
Bibliografia básica: NÓVOA, A.(coord.*) Os professores e sua formação.* Lisboa: Don Quixote, 1995. *Profissão Professor*. 2ª ed., Porto: Porto: Editora, 1995. OLIVEIRA, D. A. ***Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.*** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.		

TARDIF, M.. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. São Paulo. Vozes, 2002.
LESSARD, Claude. *Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.* Petrópolis,RJ: Vozes, 2005

Bibliografia complementar:
ALVES, N.. *Trajetórias e redes na formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE/CP Parecer nº 009/2001, de 08/05/01.
BUENO, B. O.; SOUSA, C. P.; SOUZA, Maria C.. *Docência, memória e gênero - estudos sobre formação.* São Paulo, Escrituras, 2000
CONTRERAS, J. *A autonomia de professores.* São Paulo, Cortez Editora, 2002
CORTESÃO, L. *Ser professor: um ofício em risco de extinção?* Porto/Portugal, Ed. Afrontamento, 2000.
COSTA, M. C. V. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
ESTRELA, M. T. (org.). *Viver e construir a profissão docente*.Porto: Porto Editora, 1997: (26).

Nome do Componente Curricular em português: **ESTUDOS FILOSÓFICOS SOBRE EDUCAÇÃO** Nome do Componente Curricular em inglês: **PHILOSOPHICAL STUDIES ON EDUCATION**		Código: EDU146
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula

Ementa: Pressupostos Filosóficos da Educação, análise introdutória. O conhecimento e sua relação com a Educação limites e perspectivas. Tendências e Correntes filosóficas da Educação: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. Filosofia e práxis educativa. Perspectivas crítico-dialéticas, construtivistas e pós-modernistas sobre o conhecimento e o ensino. A ética do ensino e da aprendizagem. O papel social do ensino; a instrumentalização política e ideológica do ensino.

Conteúdo programático:

1. Pressupostos Filosóficos da Educação, análise introdutória.
2. Tendências e Correntes filosóficas da Educação: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. Filosofia e práxis educativa.
3. Perspectivas crítico-dialéticas, construtivistas e pós-modernistas sobre o conhecimento e o ensino.
4. A ética do ensino e da aprendizagem e o papel social da educação.

Bibliografia básica:
JAEGER, W. Paidéia: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
MESZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.
SAVIANI, D. Educação: de senso comum à consciência filosófica. 15. ed. Campinas: Autores e Associados, 2004.

SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. 5. ed. Lisboa: Horizonte, 2000.
Bibliografia complementar: APPIAH, Kwame Anthony. Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. ADORNO, T. W. (1903-1969). Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. AGOSTINHO, S. De Magistro. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural 1984. (Coleção: Os Pensadores). AQUINO, S. T. de (1225-1274). Sobre o ensino (De magistro), os sete pecados capitais. Tradução de L. J. Lauand. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ARENDT, Hannah. Reflexões sobre Little Rock. In: Cadernos de história e filosofia da educação, Vol. V, n. 07. SP: Fe/USP, 2002. CUNHA, Marcus Vinícius. John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. SP: Paz e terra, 2002.

Nome do Componente Curricular em português: **SEMINÁRIO I: O QUE É APRENDER?** Nome do Componente Curricular em inglês: SEMINAR I: WHAT IS LEARNING		Código: EDU147
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Estudos sobre **<u>o que é aprender</u>**, por meio da elaboração de atividades de integração curricular com foco na articulação de conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas do curso/período.		
Conteúdo programático: 1. O que é aprender: perspectivas articuladas das disciplinas do primeiro período 2. Discussão do que é aprender na perspectiva do aluno como sujeito aprendiz do curso de Pedagogia. 3. Elaboração de memorial reflexivo.		
Bibliografia básica: CHARLOT, BERNARD. Da Relação com o Saber: Elementos para uma teoria. Artmed, 2000. CHARLOT, BERNARD. (org) Os Jovens e o Saber: Perspectivas mundiais. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2001. TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. In. Educ. Soc. v.21 n.73 Campinas dez. 2000, p.209-244		
Bibliografia complementar: TARDIF, Maurice. Saberes docente e a formação profissional. Petrópolis, Vozes, 2014.		

CROCHIK, José Leon. A constituição do sujeito na contemporaneidade. In. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 387-403, jul./dez. 2010.
FURLAN, Neiva. É possível uma sociologia do sujeito? Uma abordagem sobre as teorias de Foucault e Touraine. In. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 29, jan./abr. 2012, p. 274-311.
ADORNO, Theodor. Sobre sujeito e objeto. In: _____. Palavras e Sinais.Trad. Maria Helena Rushel. Petrópolis: Vozes, 1995, 181-201.
FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
TOURAINE, Alain. Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. TOURAINE, Alain. Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

Nome do Componente Curricular em português: **ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE EDUCAÇÃO** Nome do Componente Curricular em inglês: **HISTORICAL STUDIES ON EDUCATION**		Código:EDU252
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Constituição da história da educação enquanto disciplina escolar e campo de conhecimento, abordando as tendências de pesquisa. História da Educação no Brasil, com ênfase no processo de escolarização a partir do século XIX, destacando as relações entre os sujeitos, os saberes e as instituições presentes nesse processo.		
Conteúdo programático: 1. Educação e cultura na América Portuguesa 2. O processo de escolarização no Brasil durante o século XIX 3. A escola moderna dos republicanos 4. A Escola Nova 5. A educação na ditadura civil-militar		
Bibliografia básica: HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. LOPES, E. M. T. ; FARIA FILHO, L. M. 500 anos de educação no Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. STHEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil.		
Bibliografia complementar: CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP. 2001. FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004. GAULTIER, Clermont e TARDIF, Maurice (orgs). A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis: Vozes, 2010. (p. 28 – 60).		

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.
VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

2º Período

Nome do Componente Curricular em português: **PESQUISA EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS** Nome do Componente Curricular em inglês: **EDUCATIONAL RESEARCH: EPISTEMOLOGICAL PERSPECTIVES**		Código: EDU148
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: A ciência e o método científico. Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa educacional. Estratégias metodológicas para a coleta, o processamento e as análises de dados das pesquisas em educação. O professor pesquisador. Elaboração e apresentação de trabalhos científicos em educação.		
Conteúdo programático: Unidade I: O Método nas Ciências Humanas 1.1 O conhecimento científico 1.2 O método na pesquisa em educação Unidade II: Estratégias metodológicas para pesquisa em educação 2.1 Planejamento da pesquisa 2.2 Modalidades e temas de pesquisa em educação 2.3 Coleta, Processamento e análise de dados nas pesquisas em educação Unidade III: O Professor Pesquisador 3.1 O processo de pesquisa na escola 3.2 Professor pesquisador e a construção do conhecimento na escola		
Bibliografia básica: DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio Científico e Educativo. São Paulo: Cortez, 2009. FAZENDA, Ivani. (org.) Novos Enfoques da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2011. GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.		
Bibliografia complementar: BASTOS, Cleverson Leite et al. Fundamento da pesquisa científica: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011. FAGUNDES, TATIANA BEZERRA. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. **Rev. Bras. Educ**., Rio de Janeiro , v. 21, n. 65, p. 281-298, June 2016 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000200281&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 June 2018.		

GATTI, Bernadete A. A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil. Brasília: LiberLivro, 2007.
KOCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa . Petrópolis : Vozes, 2012.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. A pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 2013.

Nome do Componente Curricular em português: **DIDÁTICA, PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR** Nome do Componente Curricular em inglês: DIDACTICS, PLANNING AND SCHOOL ORGANIZATION		Código: EDU149
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: A natureza, os princípios e fundamentos da ação docente. Didática e tendências pedagógicas. O planejamento como instrumento de organização do trabalho docente: os projetos, a documentação e a avaliação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A escola e a sala de aula enquanto espaço de aprendizagem. A formação de professores no Brasil.		
Conteúdo programático: Unidade 1: A ação docente, sua natureza e fundamentos 1.1. A ação docente e a prática pedagógica 1.2. Prática-teoria-prática como eixo do trabalho pedagógico Unidade 2: Didática e docência 2.1 O papel da didática na formação do professor/pedagogo 2.2 A didática, as tendências pedagógicas e a formação do professor no Brasil 2..3 Didática e planejamento escolar 2.4 A escola e a sala de aula como espaços de aprendizagem Unidade 3: A organização do trabalho na escola 3.1 Planejamento e organização das atividades escolares 3.2 Planejamento e currículo 3.3 Planejamento escolar nos diferentes níveis de ensino: educação infantil e ensino fundamental 3.4 Projetos pedagógicos, documentação e avaliação		
Bibliografia básica: BEHRENS, Marilda Aparecida. **Paradigma da Complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006. CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo. Contexto, 2009. CANDAU, Vera Maria**. Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. 2. ed. Rio		

de Janeiro: DP&A, 2001.
Bibliografia complementar: CUNHA, Maria Isabel (org.). **Formatos avaliativos e concepção da docência**. São Paulo: Autores Associados, 2005. GATTI, B. ATTI. **A formação de professores e sua carreira**: problemas e movimentos de: renovação, Campinas: Autores Associados, 2000. TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002. VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001. ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa**: Como Ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Nome do Componente Curricular em português: **SEMINÁRIO II: O QUE É APRENDER NA PERSPECTIVA COGNITVA** Nome do Componente Curricular em inglês: **SEMINAR II: WHAT IS LEARNING FROM THE COGNITVE PERSPECTIVE**		Código: EDU150
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Estudos sobre O QUE É APRENDER EM UMA PERSPECTIVA COGNITIVA, por meio da elaboração de atividades de integração curricular com foco na articulação de conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas do curso/período.		
Conteúdo programático: 1. O que é aprender na perspectiva cogntiva, em articulação com as disciplinas do segundo período. 2. Discussão do que é aprender na perspectiva da relação ensino aprendizagem. 3. Elaboração de *paper*; Perspectivas cognitivas de aprendizagem e os processos de ensino.		
Bibliografia básica: BRANSFORD.J. D.; BROWN A. L.; COCKING R.R. (Org). Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola. São Paulo: Editora SENAC, 2007. FLAVELL, J. H., MILLER, P. H.; MILLER, S. A. Desenvolvimento cognitivo. 3ª ed. Porto Alegre: ArTmed, 1999. PAPALIA, Diane E.; OLDS, W. Sally; FELDMAN, D. Ruth. Desenvolvimento Humano. 8ªed Porto Alegre: Artmed, 2006.		
Bibliografia complementar: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (orgs.) Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola. Petrópolis: Vozes, 2004. HUBNER, M. M. C.; MARINOTTI, M. (Orgs.) Análise do Comportamento para a Educação. Contribuições recentes. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004.		

LURIA, A. R. Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
STERNBERG, Robert J. Psicologia Cognitiva. Thomson Learning, 2014.
VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Nome do Componente Curricular em português: **ESTUDOS SOCIOLÓGICOS SOBRE EDUCAÇÃO** Nome do Componente Curricular em inglês: **SOCIOLOGICAL STUDIES ON EDUCATION**		Código: EDU253
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Perspectiva histórica da Sociologia da Educação enquanto campo científico. Relações entre o conhecimento sociológico, a sociedade e a instituição escolar. A compreensão sociológica das Desigualdades Escolares e Sociais. A sociologia da Educação e os estudos das diversidades sociais. A escola, a sala de aula e seus atores. Escola, socialização e sociabilidade no mundo contemporâneo.		
Conteúdo programático: Unidade I – O campo de estudos da sociologia da educação Unidade II – O processo de socialização e a escola Unidade III - As desigualdades sociais face ao ensino		
Bibliografia básica: BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora. In BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação, Petrópolis, Vozes, 2003. DURKHEIM, É. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1981. NOGUEIRA, M. A. Tendências atuais da Sociologia da Educação. In: Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação. Leituras & Imagens. Florianópolis, UDESC, 1995.		
Bibliografia complementar: BRESSOUX, P. As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor. Educação em Revista, nº 38, dez./2003, p. 17-88). DUBET, François; MARTUCCELLI. A socialização e a formação escolar. Lua Nova, São Paulo, n. 40/41, p. 241-266, 1997. ÉRNICA, Maurício, BATISTA, Antônio Augusto Gomes. "A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável." Cadernos de Pesquisa 42.146 (2012): 640-666. http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/16.pdf NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. Bourdieu e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (p. 57-121). PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990. RAMOS, Francicleo Castro. Socialização e cultura escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 23 e230006, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230006.pdf>		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL
Nome do Componente Curricular em inglês:
POLICY AND EDUCATIONAL REGULATION</td><td>Código: EDU254</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU</td><td>Unidade acadêmica:
ICHS</td></tr>
<tr><td>Carga horária semestral
60 horas</td><td>Carga horária semanal teórica
04 horas/aula</td><td>Carga horária semanal prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="3">Ementa: A organização dos sistemas da Educação Básica e a articulação entre os diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. Legislação, reformas e políticas educacionais. Planejamento, Gestão e Financiamento da Educação.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Conteúdo programático:
1. Estado e Educação
1.1. Apresentação sintética sobre a organização da educação brasileira
1.2. O papel do Estado frente ao direito à educação
1.3. Legislação Educacional
a) Constituição Federal
b) LDB
2. Planejamento e Gestão da Educação: Plano Nacional de Educação e Conceito de Sistema
3. Financiamento da Educação
4. Políticas de Avaliação: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
5. Políticas para os profissionais da educação
6. Reformas Educacionais</td></tr>
<tr><td colspan="3">Bibliografia básica:
OLIVEIRA, Dalila; Andrade.; DUARTE, Andrade. (org.) Políticas Públicas e educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.
OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Política Educacional: impasses e alternativas. São Paulo: Editora Cortez, 1995.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Bibliografia complementar:
CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG, 2011.
PARO, Vitor Henrique. Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de Ensino. São Paulo: Ática, 2008.
OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal.
SAVIANI, Demerval. Educação Brasileira: estrutura e Sistema. Campinas: Autores Associados., 2005.</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
Nome do Componente Curricular em inglês:
EDUCATIONAL PSYCHOLOGY</td><td>Código: EDU256</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU</td><td>Unidade acadêmica:
ICHS</td></tr>
<tr><td>Carga horária semestral
60 horas</td><td>Carga horária semanal teórica
04 horas/aula</td><td>Carga horária semanal prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="3">Ementa: Visão histórico-conceitual da Psicologia como ciência e sua contribuição à área educacional. Psicologia Escolar e Educacional: definição, campo de estudos e aplicação. Principais Teorias Psicológicas e suas implicações nos processos de ensino e de aprendizagem. Temas contemporâneos associados à Psicologia Escolar e Educacional. Práticas educativas inclusivas.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Conteúdo programático:
1. As Psicologias e suas contribuições com os contextos educativos.
2. O processo de ensino e de aprendizagem a partir da perspectiva psicológica e as escolas inclusivas.
3. Psicologia da Educação questões emergentes na contemporaneidade.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Bibliografia básica:
BOCK, Ana Maria Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.
COUTINHO, Maria Tereza; MOREIRA, Mércia. Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.
COLL, César; Palacios, Jesus; Marchesi, Alvaro (org.). Desenvolvimento psicológico e educação. Transtorno de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais 2 ed. (v. 3). Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Bibliografia complementar:
ANDALÓ, Carmem Silvia de Arruda. O papel do psicólogo escolar. Psicologia: ciência e profissão, v.4, n.1,1984. (Disponível on-line)
GOULART, Iris B. Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos e Aplicações à Prática Pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2001.
MACIEL, Maria Regina. Sobre a relação entre Educação e Psicanálise no contexto das novas formas de Subjetivação. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.17, p.333-42, 2005. (Disponível on-line)
SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 13, n. 1, p. 179-182, 2009. (Disponível on-line)
BRASIL. Ministério da Educação. Gênero e Diversidade na Escola. Formação de professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.</td></tr>
</table>

Nome do Componente Curricular em português: **LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS** Nome do Componente Curricular em inglês:		Código: LET397
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE LETRAS – DELET		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Textualidade. Relação texto/contexto/autor. Estratégias de leitura. Gêneros discursivos acadêmicos: resenha, resumo, artigo, projeto de pesquisa. Gramática do texto. Prática de produção de texto e leitura.		
Conteúdo programático: 1.Relação texto/contexto/autor. 2.Estratégias de leitura. 3.Gêneros discursivos acadêmicos: resenha, resumo, artigo, projeto de pesquisa. 4. Gramática do texto. 5.Prática de produção de texto e leitura.		
Bibliografia básica: KOCH, I. V. Desvendando os Segredos do Texto. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P.. Para entender o texto: leituras redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003. 431p. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010. 168p.		
Bibliografia complementar: COSCARELLI, C. V., MITRE, D. *Oficina de Leitura de Produção de Textos.* Belo Horizonte: UFMG (2007) MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. & ABREU-TARDELLI, L. S. *Resenha.* 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005. MARCUSCHI, L. *A. Produção Textual, Análise de gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. POSSENTI, S. Aprender a escrever (reescrevendo). Campinas: Unicamp/Cefiel/MEC, 2005 VAL, M. G. C. Texto, textualidade e textualização. In: *Pedagogia cidadã. Cadernos de Formação* - Língua Portuguesa. São Paulo, UNESP, v.1, 2004		

3º Período:

Nome do Componente Curricular em português: **NATUREZA E SOCIEDADE: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL** Nome do Componente Curricular em inglês: NATURE AND SOCIETY: CONTENTS, METHODOLOGIES AND PRACTICES FOR CHILD EDUCATION	Código: BEV304

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE, EVOLUÇÃO E MEIO AMBIENTE – DEBIO		Unidade acadêmica: ICEB
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula

Ementa: Estudo das características do pensamento infantil e suas consequências para a aprendizagem do mundo físico e social. Introdução à compreensão das concepções infantis sobre alguns conceitos científicos. Estudo sobre o desenvolvimento da causalidade. Análise de concepções e práticas pedagógicas sobre natureza e sociedade na Educação Infantil. Reflexão sobre a importância do lúdico para a construção de ideias sobre o mundo físico e social na Educação infantil. Exame de propostas curriculares, planos de aula, orientações didáticas e materiais para o ensino de conteúdos relativos à natureza e sociedade.

Conteúdo programático:

- Presença dos conhecimentos sobre Natureza e Sociedade na educação infantil: ideias e práticas correntes.
- A criança, a natureza e a sociedade.
- Conteúdos e orientações didáticas para crianças de zero a três anos e de quatro a seis anos.
- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar.
- Os lugares e suas paisagens.
- Objetos e processos de transformação.
- Os seres vivos.
- Os fenômenos da natureza.
- Diversidade de recursos materiais.
- Diferentes de formas de sistematização dos conhecimentos.
- Cooperação.
- Atividades permanentes.
- Jogos e brincadeiras.
- Projetos.
- Organização do espaço.
- Observação, registro e avaliação formativa.

Bibliografia básica:

BRASIL / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

COLL, César e TEBEROSKY, Ana. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2001.

BRASIL Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Volumes I, II e III. Brasília: MEC, 1998.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Hicckimann, Roseli Inês. Estudos Sociais. Outros saberes e outros sabores. Porto Alegre. Mediação. 2002.

MORTIMER, E.F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências. Belo

Horizonte: UFMG, 2000.
SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, l997.
SOUZA, C. R. A ciência na Educação Infantil – uma análise a partir dos projetos e reflexões desenvolvidos por educadores infantis. Tese de Doutorado/UFScar. 2009.

Nome do Componente Curricular em português: **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO** Nome do Componente Curricular em inglês: **PSYCHOLOGY OF EDUCATION AND DEVELOPMENT**		Código: EDU151
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Infâncias e desenvolvimento infantil. Processos de ensino e processos de aprendizagem. Ambiente de aprendizagem na sala de aula: relação professor aluno, dinâmica de grupo e instituições sociais, problemas de aprendizagem, indisciplina e violência.		
Conteúdo programático: 1. Infâncias e desenvolvimento infantil na perspectiva da Psicologia da Educação. 2. Dinâmicas sociais e contextos educativos: questões emergentes na sala de aula. 3. Questões contemporâneas na perspectiva psicológica.		
Bibliografia básica: COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro (orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. Transtorno de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais 2 ed. (v. 2). Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990. VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.		
Bibliografia complementar: AFONSO, Lúcia (Org.) Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. Conselho Federal de Psicologia – CFP. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009. FREUD, Sigmund. Obras Completas. Standart Editions. 1976. RIBEIRO, Laura Cançado; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro. Interação em sala de aula. Questões conceituais e metodológicas. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1986. SILVA, Luciano Campos da; MATOS, Daniel Abud Seabra. As percepções dos estudantes mineiros sobre a incidência de comportamentos de indisciplina em sala de aula: um estudo a partir dos dados do SIMAVE/PROEB 2007. In: 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 2012.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Nome do Componente Curricular em português: **FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL** Nome do Componente Curricular em inglês: **FUNDAMENTALS OF CHILD EDUCATION**		Código: EDU152
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: O processo histórico e social da criança e da infância. A origem e os papéis da creche e da pré-escola. O direito e as políticas públicas à educação infantil no Brasil. O profissional da educação infantil. Fundamentos teórico-metodológicos da prática pedagógica na educação infantil. A relação entre o cuidar e o educar. A brincadeira; a organização dos tempos e dos espaços, as atividades e os materiais pedagógicos na educação infantil. O Projeto político pedagógico, a avaliação e os Projetos de trabalho.		
Conteúdo programático: 1. História social da criança e da infância (introdução). 2. A origem e os papéis da creche e da pré-escola. 3. Políticas públicas para educação infantil no Brasil. 4. O profissional da educação infantil. 5. Fundamentos teórico-metodológicos da prática pedagógica na educação infantil:.a ludicidade e a relação entre e o cuidar e o educar. 6. Organização dos tempos e dos espaços. 7. Projeto político pedagógico para a educação infantil:currículo e avaliação.		
Bibliografia básica: CAMPOS, M. M. (et al). **Creches e pré-escolas no Brasil**. 3 edição, São Paulo: Cortez; 2000. KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. SARMENTO, M. e GOUVEA, M. C.(Orgs.) **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. RJ: Vozes, 2009. Coleção Ciências Sociais da Educação .		
Bibliografia complementar: ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** (Lei nº 9394/96), de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.		

Nome do Componente Curricular em português: **O CORPO, O BRINCAR E LUDICIDADE NA**	Código: EDU153

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

EDUCAÇÃO INFANTIL Nome do Componente Curricular em inglês: **THE BODY, THE PLAYING AND LUDICITY IN CHILDREN'S EDUCATION**		
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: Os conceitos de corporeidade e ludicidade. As abordagens do lúdico na educação infantil: conceitos, fundamentos, pressupostos e princípios básicos: teoria e prática. O papel do brinquedo, do jogo e das brincadeiras no desenvolvimento da criança. O lúdico e a prática pedagógica. Estudo das relações entre corpo e educação. A corporeidade como dimensão de linguagem na Educação Infantil.		
Conteúdo programático: 1. O brincar e seu papel no desenvolvimento da criança. 2. Brinquedos e brincadeiras infantis. 3. O papel mediador do professor no planejamento e acompanhamento do brincar. 4. Criação de oficinas lúdicas. 5. Os movimentos e o corpo. 6. Caracterização das habilidades motoras básicas e avanços no desenvolvimento motor infantil.		
Bibliografia básica: KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil. Perspectivas atuais. Belo Horizonte, Nov, 2010. VILMA L. NISTA-PICCOLO e WAGNER WEY MOREIRA. Corpo em movimento na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2012. WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. Col. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1995.		
Bibliografia complementar: ADELSIN. Barangandão Arco-íris – 36 brinquedos inventados por meninos e meninas. Peirópolis, 2008. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica, Brasília: MEC, SEB, 2010. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: MEC/SEF, 1997. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEF, 1998. KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002. ROSA, Sanny S. da. **Brincar, conhecer, ensinar**. Col. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1998.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

<table>
<tr><td colspan="2">Matemática I: Conteúdos, Metodologias e Práticas de Ensino na Educação Infantil
Mathematics I: Contents, Methodologies and Teaching Practices in Elementary Education</td><td>Código: EMA014</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
Departamento de Educação Matemática (DEEMA)</td><td>Unidade acadêmica:
ICEB</td></tr>
<tr><td>Carga horária semestral
60 horas</td><td>Carga horária semanal teórica
02 horas/aula</td><td>Carga horária semanal prática
02 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="3">Ementa:
Natureza do conhecimento matemático e da função da matemática na Educação Infantil. Desenvolvimento de conteúdos matemáticos para a Educação Infantil. Enfoques teórico-metodológicos que orientam a ação docente na Educação Infantil. Intervenções pedagógicas nas práticas matemáticas de ensino na Educação Infantil.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Conteúdo programático:
Natureza do conhecimento matemático e da função da matemática na Educação Infantil: referencial curricular nacional para a educação infantil.
Desenvolvimento de conteúdos matemáticos para a Educação Infantil: espaço (classificar os objetos de acordo com as suas semelhanças e diferenças, estabelecer relações de comparações entre os objetos por meio da observação de suas propriedades), quantidade (relacionar os números às suas quantidades, identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência), expressar medidas construindo gráficos, registrar medidas utilizando múltiplas linguagens (desenho e registro por números).
Enfoques teórico-metodológico-práticos que orientam a ação pedagógica na Educação Infantil: planejamento e prática docente.
Intervenções pedagógicas nas práticas matemáticas de ensino na Educação Infantil: atividades lúdicas e materiais concretos, jogos, resolução de problemas e tecnologias.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Bibliografia básica:
BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
CARRAHER, T. N; BRYANT, P. **Crianças fazendo matemática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
KAMII, C. **A criança e o número:** implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 39ª Ed. Campinas: Papirus, 2011.
LORENZATO, S. **Educação infantil e percepção matemática.** 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
REIS, S. M. G. **A matemática no cotidiano infantil:** jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Série Atividades. Campinas, SP: Papirus, 2006.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Bibliografia complementar:
CERQUETTI-ABERKANE, F.; BERDONNEAU, C.; GRUMAN, E. **O ensino da matemática na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
DUHALDE, M. E.; CEDRON, S.; TROTTA, V.; GONZALES CUBERES, M. T. **Encontros iniciais com a matemática:** contribuições a educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.</td></tr>
</table>

MURCIA, J. A. M. **Aprendizagem através do jogo.** Porto Alegre: Artmed, 2005.
PANIZZA, M. **Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais:** análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
PARRA, C.; SAIZ, I. **Didática da matemática:** reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1996.
SMOLE, K. C. S. **A matemática na educação infantil:** a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Penso, 2000.
SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I.; CANDIDO, P. T. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

4º Período:

Nome do Componente Curricular em português: **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I** Nome do Componente Curricular em inglês: **ACQUISITION OF THE WRITING SYSTEM AND LITERACY I**		Código: EDU154
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: Linguagem e alfabetização: diferentes concepções teóricas (oralidade e escrita); alfabetização e letramento: discussão conceitual; visão histórica e análise crítica dos métodos de alfabetização tradicionais (analíticos e sintéticos); Psicogênese da Língua escrita; fundamentos linguísticos da alfabetização, diagnóstico inicial da alfabetização; análise de livros e materiais didáticos para alfabetização.		
Conteúdo programático UNIDADE I ● Oralidade e escrita ● Alfabetização e Letramento: conceitos UNIDADE II ● Desafios da alfabetização no Brasil ● Métodos de alfabetização: perspectiva histórica ● Construtivismo e alfabetização ● Psicogênese da língua escrita ● Consciência fonológica ● Linguística e alfabetização UNIDADE III ● Materiais didáticos e alfabetização		
Bibliografia básica: FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. SOARES, M. B. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Brasileira Educação**.		

Rio de Janeiro, n.25, 2004, p.5-14.
SOARES, M.B. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Bibliografia complementar:

BATISTA, A.A. G. et al. **A avaliação diagnóstica da Alfabetização**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
BATISTA, A.A. G. et al. **Planejamento da Alfabetização**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
BRASIL/MEC. **A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos**: orientações para o trabalho com a linguagem em turmas de crianças de seis anos de idade. Brasilia, 2009.
MARCUSCHI, Luiz Antonio; SIGNORINI, Inês. **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.** Campinas, SP: Mercado de Letras 2006. 192 p (Idéias sobre linguagem). ISBN 858572580X (broch.).
MEDONÇA, Vera Lúcia de; ROCHA, Marise Maria Santana. **Alfabetização e letramento numa visão crítica:** análise da prática pedagógica de professoras/alfabetizadoras de Lagoa Dourada . Ouro Preto: UFOP/CEAD 2008. 51p

Nome do Componente Curricular em português: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL Nome do Componente Curricular em inglês: **INTERNSHIP I : CHILD EDUCACION**		Código: EDU155
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 120 horas	Carga horária semanal teórica 0 horas/aula	Carga horária semanal prática 8 horas/aula

Ementa: Estudos de aspecto teórico-prático, enfocando as áreas de conhecimento na Educação Infantil: observação e análise de espaços e ambientes educacionais, observação e análise das rotinas em classes de creches e pré-escolas, planejamento de intervenções pedagógicas, desenvolvimento de atividades de docência e avaliação, elaboração e análise de instrumentos de registro e acompanhamento da aprendizagem na educação infantil.

Conteúdo programático:
1.Cuidar e educar na educação Infantil.
2.Observação e análise da organização dos espaços em creches e Pré –escolas.
3. Observação e análise das rotinas e planejamentos pedagógicos na Educação Infantil.
4.Planejamento e realização de intervenções pedagógicas em creches e Pré-escolas.

Bibliografia básica:

CAMPOS, M. M; ROSEMBERG, Fúlvia, FERREIRA, M. I. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.
KRAMER. S. Infância e produção cultural. Campinas, SP: 1998
SANTANA, Judith Sena da Silva. **A creche sob a ótica da criança.** Feira de Santana: UEFS, 1998.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a**

educação infantil. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança**. Brasília: MEC/SEF/COEDI. 1995.
GOLDSHIMIED, Elinor e JACKSON, Sônia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. Porto Alegre: Artmed , 2006.
RIZZO, Gilda. Creche: organização, montagem e funcionamento. Rio de Janeiro,: F. Alves, 1991.

Nome do Componente Curricular em português: **SEMINÁRIO III: COMO A CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS APRENDE** Nome do Componente Curricular em inglês: **SEMINAR III : HOW THE CHILD 0 TO 5 YEARS LEARN**		Código: EDU156
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Estudos sobre COMO A CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS APRENDE, por meio da elaboração de atividades de integração curricular com foco na articulação de conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas do curso/período.		
Conteúdo programático: 1. Como acriança de 0 a 5 anos aprende: perspectivas articuladas das disciplinas do quarto período. 2. Projeto de intervenção pedagógica para a criança na educação infantil envolvendo sujeitos, saberes e instituições (articulado com o Estágio I). 3. Aplicação do projeto no estágio supervisionado I e elaboração de texto analítico sobre os resultados.		
Bibliografia básica: DOLTO, Françoise. As etapas decisivas da infância. São Paulo: Martins Fontes, 1999 OLIVEIRA, Vera. (Org.) O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. OLIVEIRA, Z. M.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T.; FERREIRA, M. C. R. Creches: crianças, faz de conta e cia. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.		
Bibliografia complementar: ARCE, Alessandra e MARTINS, Lígia Márcia (orgs.). Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas: Alínea, 2007. LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. OLIVEIRA, Z. M. R. A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a		

educação infantil. São Paulo: Cortez, 1999.

Nome do Componente Curricular em português: **Educação Física I: Conteúdos, Metodologias e Práticas na Educação Infantil** Nome do Componente Curricular em inglês: Physical Education I: Contents, Methodologies and Practices in Early Childhood Education		Código: EFD357
Nome e sigla do departamento: CENTRO DESPORTIVO DA UFOP - CEDUFOP		Unidade acadêmica: REITORIA
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: Desenvolvimento físico e psicomotor da criança de 0 a 5 anos; Processo de ensino-aprendizagem das habilidades motoras; Metodologia do ensino da Educação Física na educação infantil.		
Conteúdo programático: Crescimento, Maturação e Desenvolvimento na Infância Conceitos básicos; Fases do desenvolvimento motor; Fatores intervenientes no desenvolvimento motor; Desenvolvimento físico e perceptivo-motor: do nascimento aos cinco anos de idade. Processo de Ensino-Aprendizagem das Habilidades Motoras Classificação das habilidades motoras; Como se adquire uma habilidade motora; Como estruturar a prática de habilidades motoras. Referencial curricular nacional para a educação infantil: Educação Física A criança e o movimento; Objetivos, conteúdos e orientações gerais para o professor; O Jogo no desenvolvimento motor e psicossocial de crianças; Práticas corporais lúdicas e Jogos Cooperativos.		
Bibliografia básica: BORGES, José Célio. Educação Física para o pré-escolar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998. GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 4.ed. São Paulo: Phorte Editora, 2005. PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally W; FELDMAN, Ruth D. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artened, 2006.		
Bibliografia complementar: FERRAZ, Osvaldo Luiz. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade: a questão da pré-escola. Revista Paulista de Educação Física, supl.2, 16-22, 1996. GALLARDO, Jorge Sérgio Pérez (Org.). Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.		

MAGALHÃES, Joana S.; KOBAL, Marília Corrêa; GODOY, Regiane Peron. Educação Física na educação infantil: uma parceria necessária. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, 6(3): 43-52, 2007.
MAGILL, R. A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. São Paulo: E. Blucher, 2005.
RÉ, Alessandro H. Nicolai. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: implicações para o esporte. Motricidade, 7(3): 55-67, 2011.
SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada na situação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Nome do Componente Curricular em português: **LETRAMENTO E LÍNGUA PORTUGUESA I: LITERATURA INFANTIL** Nome do Componente Curricular em inglês: PORTUGUESE LANGUAGE AND LITRACY I: CHILDREN'S LITERATURE		Código: LET398
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE LETRAS - DELET		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: Letramento literário, formação de leitores e escolarização da literatura. Prática da leitura literária infanto-juvenil e outras leituras. Seleção de textos literários infanto-juvenis. Metodologias e abordagens da literatura na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Políticas públicas e letramento literário.		
Conteúdo programático: 1. Letramento literário, formação de leitores e escolarização da literatura. 2. Prática da leitura literária infanto-juvenil e outras leituras. 3. Seleção de textos literários infanto-juvenis. 4. Metodologias e abordagens da literatura na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. 5. Políticas públicas e letramento literário.		
Bibliografia básica: LIMA, H. P. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2005, pp. 101-115. LAJOLO, M. Meus alunos não gostam de ler…o que eu faço?Campinas: CEFIEL/IEL/UNICAMP, 2005. Disponível em: http://www.peif.ufms.br/downloads/meus-alunos-nao-gostam-de-ler_lajolo.pdf ZILBERMAN, R A Literatura Infantil na Escola. São Paulo: Contexto, 1988.		
Bibliografia complementar: BIGNOTTO, Cilza. Personagens infantis da obra para crianças e da obra para adultos de Monteiro Lobato: convergências e divergências. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos de Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas. (Unicamp), 1999. Disponível em:		

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000224320> Acesso em: 20 fev. 2012.
CAMARGO, Luís. A ilustração do livro infantil. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.
COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto. 2007.
PAIVA, Aparecida et. al. Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces. Belo Horizonte: Autêntica, 200
TURCHI, M. Zl; SILVA, V. M. T. (Orgs.). Leitor formado, leitor em formação: leitura literária em questão. São Paulo: Cultura Acadêmica editora, 2006.

5º Período:

Nome do Componente Curricular em português: **FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL** Nome do Componente Curricular em inglês: **PEDAGOGICAL FOUNDATIONS OF FUNDAMENTAL EDUCATION**		Código: EDU157
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Processos de aprendizagem da criança de 6 a 11 anos. Legislação para o Ensino Fundamental. Propostas curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental. Projetos interdisciplinares de trabalho. Acompanhamento e avaliação da aprendizagem, atendimento às demandas individuais/específicas de aprendizagem.		
Conteúdo programático: 1. Propostas curriculares para o ensino fundamental 2. Aprendizagem e a criança de 6 a 11 anos 3. Legislação e Ensino Fundamental 4. Enturmação e agrupamentos produtivos 5. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem		
Bibliografia básica: FAZENDA, Ivani, Catarina Arantes. (Org.). Didática e Interdisciplinaridade. 9ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. (1998). v. 1.192 p. FELDMAN, Danel. Ajudar a Ensinar: relações entre didática e Ensino. Porto Alegre: Artmd 2001 MACEDO, Lino. Enaios pedagógicos: como construir uma escola para todos? São Paulo. ARTMED, 2001.		
Bibliografia complementar: FREIRE, Fernanda Maria Pereira; VALENTE, José Armando. Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula. Seção Paulo: Cortez, 2001 CASTANHEIRA, Maria Lúcia. Aprendizagem contextualizada: discursos e inclusão na sala		

de aula. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2004. 191.p.
BEAUCHAMP Jeanete. PAGEL, Sandra Denise e NASCIMENTO, Arcileia Ribeiro (orgs). Ensino Fundamemtal de 9 anos. Orientações para a inclusão a criança de 6 anos. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p. : il.
ESTRELA, Maria Teresa; ESTRELA, Albano. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula.** 4. ed. atual. Porto: Porto Ed. c2002. 160 p. (Ciências da educação; 2)
DELGADO, Pedro; CAIEIRO, José. **Indisciplina em contexto escolar.** Lisboa: Instituto Piaget 2005. 136 p (Horizontes pedagógicos; 118).
MIRANDA, Maria Celia de; CAMARGOS, Silvana Prata. **Projeto político pedagógico (ppp):** uma ferramenta de orientação para a gestão escolar.. Ouro Preto: UFOP/CEAD 2014. 30 p.

Nome do Componente Curricular em português: **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II** Nome do Componente Curricular em inglês: **ACQUISITION OF THE WRITING SYSTEM AND LITERACY II**		Código: EDU158
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 2 horas/aula	Carga horária semanal prática 2 horas/aula

Ementa:
Eixos do processo de alfabetização; capacidades linguísticas a serem desenvolvidas pelos alfabetizandos na apropriação do sistema de escrita alfabética; planejamento do processo de alfabetização; elaboração de rotinas e atividades para a apropriação do sistema de escrita e para o desenvolvimento das habilidades de leitura e oralidade. Acompanhamento e avaliação da aprendizagem em alfabetização; alfabetização.

Conteúdo programático:
Unidade I
- Eixos e capacidades no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética

Unidade II
- Avaliação diagnóstica da alfabetização e suas funções no processo de aquisição da língua escrita: conceitos
- Planejamento e aplicação da avaliação diagnóstica no processo de alfabetização

Unidade III
- Planejamento e organização do processo de alfabetização e letramento: conceituação
- Planejamento e organização do processo de alfabetização: Construção de Rotinas de alfabetização

Bibliografia básica:
BATISTA, A.A. G. et al. **Planejamento da Alfabetização**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
BRASIL/MEC. **A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos**: orientações para o trabalho com a linguagem em turmas de crianças de seis anos

de idade. Brasilia, 2009.
MORAIS, Artur G. **O Aprendizado da ortografia**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2005. 139p.

Bibliografia complementar:

SALLES, J. F. de, PARENTE, M.A. de M.P. Processos cognitivos na leitura de palavras em crianças: relações com compreensão e tempo de leitura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002, 15(2), 321-331.
CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica Ceale 2008. 122 p. ISBN 9788575263549.
SALLES, J. F. de, PARENTE, M.A.de M.P. Processos cognitivos na leitura de palavras em crianças: relações com compreensão e tempo de leitura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002, 15(2), 321-331.
SOARES, M. B. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Brasileira Educação**. Rio de Janeiro, n.25, 2004, p.5-14.
SOARES, M.B. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998
ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento:** perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras 1998. 232p.

Nome do Componente Curricular em português: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** Nome do Componente Curricular em inglês: **SUPERVISED INTERNSHIP II: INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL EDUCATION**		Código: EDU159
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 120 horas	Carga horária semanal teórica 00 horas/aula	Carga horária semanal prática 08 horas/aula

Ementa:
Estudos de aspecto teórico-prático, enfocando as áreas de conhecimento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: observação e análise de espaços e ambientes educativos, observação e análise das rotinas em classes de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, planejamento de intervenções pedagógicas, desenvolvimento de atividades de docência, avaliação e acompanhamento da aprendizagem, elaboração e análise de instrumentos de registro da prática pedagógica.

Conteúdo programático:
1.Observação e análise da organização e utilização dos espaços físicos em classes dos anos iniciais o ensino fundamental .
2. Observação e análise da atuação docente e condições de trabalho nos anos iniciais do ensino fundamental
3. Observação e análise das rotinas e planejamentos pedagógicos anos iniciais do ensino fundamental.

4.Planejamento e realização de intervenções pedagógicas interdisciplinares em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental .
Bibliografia básica: BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Brasília: MEC/Secretaria de Educação. Fundamental, 1998. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: rtes Médicas, 1998. VIANNA, Heraldo Marelin. Avaliação educacional: teoria-planejamento- modelos. São Paulo: IBRASA, 2000.
Bibliografia complementar: HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Port Alegre: ARTMED, 1998. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Didática: o ensino e suas relações. Campinas, SP: Papirus, 2005. ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: ARTMED, 2002. _____(org.) Como trabalhar os conteúdos procedimentais em sala de aula.orto Alegre: ARTMED, 1999. _____. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

Nome do Componente Curricular em português: **SEMINÁRIO IV: COMO A CRIANÇA DE 6 A 11 ANOS APRENDE?** Nome do Componente Curricular em inglês: **SEMINAR IV: HOW DOES CHILD 6 TO 11 YEARS LEARN?**		Código: EDU160
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Estudos sobre COMO A CRIANÇA DE 6 A 11 ANOS APRENDE, por meio da elaboração de atividades de integração curricular com foco na articulação de conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas do curso/período.		
Conteúdo programático: 1. Como a criança de 6 a 11 anos aprende: perspectivas articuladas das disciplinas do quinto período; 2. Estudo de caso focalizando situações significativas no processo de aprendizagem da criança de 6 a 11 anos; 3. Elaboração de relatório analítico dos resultados do estudo de caso.		
Bibliografia básica: COLE, M.; COLE, S.R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente.** Porto Alegre: Artmed, 2004.		

DANTAS, H. **A infância da razão. Uma introdução à psicologia da inteligência de Henri Wallon.** São Paulo, Manole, 1990.
PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social.** 3. Ed. São Paulo: Summus, 2001.

Bibliografia complementar:

GIUSTA, A. Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. **Educação em Revista.** Belo Horizonte,v.I,p.24-31,jul.1985.
MATURANA, Humberto R.; VARELA J., Francisco. **A arvore do conhecimento:** as bases biologicas da compreensão humana . 3. ed. São Paulo: Palas Athena 2003. 283 p. ISBN 8572420320 (broch.).
PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social.** 3. Ed. São Paulo: Summus, 2001.
SALTINI, Cláudio João Paulo. **Afetividade e inteligência.** 5.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora 2008. 152 p. ISBN 9788588081956 (broch.).
TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever. Perspectivas psicológicas e implicações educacionais.** São Paulo: Editora Ática, 2003.

Nome do Componente Curricular em português: **EDUCAÇÃO FÍSICA II: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL.** Nome do Componente Curricular em inglês: **ACQUISITION OF THE WRITING SYSTEM AND LITERACY II.**		Código: EFD358
Nome e sigla do departamento: CENTRO DESPORTIVO DA UFOP - CEDUFOP		Unidade acadêmica: REITORIA
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula

Ementa: Desenvolvimento físico e psicomotor da criança de 6 a 11 anos; Metodologia do Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental.

Conteúdo programático:
Desenvolvimento físico e psicomotor da criança de 6 a 11 anos;
O contexto da Educação Física na Escola:
Abordagens Pedagógicas.
Objetivos, Conteúdos, Metodologias e Avaliação em Educação Física.
Referencial curricular nacional de Educação Física para o Ensino Fundamental;
PCNs – Educação Física do 2° ao 5° ano de escolaridade.

Bibliografia básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (1º a 4º): Educação física** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene C. Andrade. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006.
DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira. **Para ensinar Educação**

Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.

Bibliografia complementar:
BETTI, Mauro & ZULIANI, Luiz Roberto. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física,** 1(1): 73-81, 2002.
GALLARDO, Jorge Sérgio Pérez (Org.**). Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
RÉ, Alessandro H. Nicolai. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: implicações para o esporte. **Motricidade,** 7(3): 55-67, 2011.
SCARPATO, Marta (Org.). **Educação Física: como planejar as aulas na educação básica**. São Paulo: Avercamp, 2007.

Nome do Componente Curricular em português: **MATEMÁTICA II: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO NO ENSINO FUNDAMENTAL.** Nome do Componente Curricular em inglês: **CONTENTS, METHODOLOGIES AND TEACHING PRACTICES IN MIDDLE SCHOOL.**		Código: EMA015
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - DEEMA		Unidade acadêmica: ICEB
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula

Ementa:
Natureza do conhecimento matemático e da função da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Desenvolvimento de conteúdos matemáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Enfoques teórico-metodológicos que orientam a ação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Intervenções pedagógicas nas práticas matemáticas de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Conteúdo programático:
Natureza do conhecimento matemático e da função da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: referencial curricular nacional para os anos iniciais do Ensino Fundamental.
Desenvolvimento de conteúdos matemáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental: números (contagem, quantificação, números, sistemas de numeração, operações com números naturais e racionais), grandezas e medidas (comprimento, área, massa, tempo, temperatura, capacidade), álgebra (padrões, sequências e regularidade), espaço e forma (classificação e propriedades de figuras planas e espaciais), tratamento da informação (gráficos, tabelas e medidas).
Enfoques teórico-metodológico-práticos que orientam a ação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental: planejamento e prática docente.
Intervenções pedagógicas nas práticas matemáticas de ensino nos anos iniciais do Ensino

Fundamental: atividades lúdicas e materiais concretos, jogos, resolução de problemas e tecnologias.
Bibliografia básica: COLL, C.; TEBEROSKY, A. **Aprendendo matemática:** conteúdos essenciais para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. São Paulo: Ática, 2002. DANTE, L. R.. **Didática da resolução de problemas de matemática:** 1ª a 5ª séries, para estudantes do curso de magistério e professores do 1º grau. 12ª Ed. São Paulo: Ática, 2003. FREITAS, J. L. M.; BITTAR, M. **Fundamentos e metodologia de matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental.** Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. MUNHOZ, A. F. S. **Matemática:** fazer, compreender e criar em matemática: ensino Fundamental. 1ª Ed. São Paulo: IBEP, 2004. NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental:** tecendo fios do ensinar e do aprender. Coleção Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
Bibliografia complementar: BRIZUELA, B. M. **Desenvolvimento matemático na criança:** explorando notações. Porto Alegre: Artmed, 2006. CARRAHER, T. N. **Educação matemática 1:** números e operações numéricas. São Paulo: Cortez, 2005. FONSECA, M. C. F. R. **Letramento no Brasil:** habilidades matemáticas: reflexões a partir do INAF, 2002. São Paulo: Global Ação Educativa, 2004. IMENES, L. M. **Brincando com números.** 11ª Ed. São Paulo: Scipione, 1999. LIMA, R. N. S.; VILA, M. C. **Atividades matemáticas que educam:** em ensino fundamental. Belo Horizonte: Dimensão, 1995. PANIZZA, M. **Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais:** análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

6º Período:

Nome do Componente Curricular em português: **ARTES: CONTEÚDOS METODOLOGIAS E PRÁTICAS** Nome do Componente Curricular em inglês: ARTS: CONTENTS METHODOLOGIES AND PRACTICES		Código: ART209
Nome e sigla do departamento: DEART		Unidade acadêmica: IFAC
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: A epistemologia da Arte, as linguagens artísticas e o ensino de artes; fruição, mediação e fazer artístico. Relações pedagógicas entre teoria e prática no ensino de artes. Vivências artísticas nos processos de ensino-aprendizagem na educação formal e não-formal.		

Visitas e observações sobre o trabalho pedagógico em instituições de ensino e/ou equipamentos culturais (teatros, centros culturais, etc.)
Conteúdo programático: História do Ensino de Arte no Brasil: do Brasil colônia à pós-modernidade; ● Arte como conhecimento: especificidades do conhecimento artístico: ● Abordagem Triangular do Ensino de Arte; ● Interculturalismo e multiculturalismo no Ensino de Arte; ● Metodologia do Ensino de Arte: planos de ensino, planos de aula e projetos de Oficina; ● Ensino de Arte e Avaliação; ● Vivências artísticas: produção, recepção e mediação.
Bibliografia básica: BARBOSA, Ana Mae. Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005. BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil (Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo). Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte (1a a 4a séries). Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>. Acesso em 18/02/2010. DESGRANGES, Flávio. A pedagogia do teatro: provocação e dialogismo. São Paulo: Editora Hucitec / Edições Mandacaru, 2006.
Bibliografia complementar: BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 1999. BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002. FERRAZ, Maria Heloísa e FUSARI, Maria F. de Rezende e. Metodologia do Ensino de Arte: fundamentos e proposições. 2a ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009. FERREIRA, Sueli (org.). O ensino das artes: construindo caminhos. Campinas, SP: Papirus, 2001. JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. O ensino do teatro da 1a à 4a série . Metodologia do ensino de teatro. Campinas: Papirus, 2001, p. 55-94.

Nome do Componente Curricular em português: **CIÊNCIAS: CONTEÚDOS METODOLOGIAS E PRÁTICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.** Nome do Componente Curricular em inglês: SCIENCES: CONTENTS METHODOLOGIES AND PRACTICES FOR FUNDAMENTAL EDUCATION.		Código: BEV305
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE, EVOLUÇÃO E MEIO – AMBIENTE DEBIO		Unidade acadêmica: ICEB
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula

Ementa: Estudo sobre os fundamentos epistemológicos do ensino de Ciências. Análise dos fundamentos psicológicos do ensino de Ciências: características do pensamento das crianças de 6 a 10 anos e suas consequências pedagógicas, a teoria de Piaget e Vygotsky e o ensino de Ciências. Estudo sobre os fundamentos pedagógicos: exame de propostas curriculares, planos de aula, orientações didáticas e materiais para o ensino de ciências nos anos iniciais. Relação entre educação em ciências e outros componentes da formação das crianças como o letramento.
Conteúdo programático: 1.Fundamentos epistemológicos do ensino de Ciências. 2.Fundamentos psicológicos do ensino de Ciências: características do pensamento das crianças de 6 a 10 anos e suas consequências pedagógicas, a teoria de Piaget eVygotsky e o ensino de Ciências. 3. Fundamentos pedagógicos: exame de propostas curriculares, planos de aula, orientações didáticas e materiais para o ensino de ciências nos anos iniciais. 4. Relação entre educação em ciências e outros componentes da formação das crianças como o letramento.
Bibliografia básica: BRASIL / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997 VYGOSTSKY,L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. SOARES, Lucineide Nunes; GOMES, Catarina Barbosa T. **A educação ambiental na educação infantil/** análise das vivências em educação ambiental na UMEI Castelo da Rede Municipal de Belo Horizonte. [S.l.] 2008. s.n. 19--] 66 f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Ouro Preto.Instituto de Ciencias Exatas e Biológicas.Departamento de Ciências Biológicas.Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental com Estratégia para Sustentabilidade Local.
Bibliografia complementar: CAPRA, Fritjof; STONE, Michael K; BARLOW, Zenobia. **Alfabetização ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável . São Paulo: Cultrix 2006. 312 p. ISBN 9788531609602 (broch.). GALÚCIO, Dorenilce Maria Rodrigues. **Amazônia:** pescadores contam histórias . Santarém: Ibama/ProVárzea 2004. 134p (Coleção Retrato Regional). ISBN 857300178X (Broch.). IBAMA. **Amazônia:** uma proposta interdisciplinar de educação ambiental : temas basicos . Brasília: IBAMA 1994. 334 p. ISBN 857300004X (broch.). IRITANI, Mara Akie. **As águas subterrâneas do Estado de São Paulo..** São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente 2008. 104 p. (Cadernos de Educação Ambiental). ISBN 978-85-76624-56-8. MAGNO, João. **O ambiente por inteiro.** 2. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações 2001. 16p

Nome do Componente Curricular em português:	Código: EDU161

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III : GESTÃO ESCOLAR. Nome do Componente Curricular em inglês: **SUPERVISED INTERNSHIP III: SCHOOL MANAGEMENT.**		
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 90 horas	Carga horária semanal teórica 00 horas/aula	Carga horária semanal prática 6 horas/aula
Ementa: Observação, participação e análise de processos de gestão em instituições educacionais (escolas e órgãos centrais de gestão), em articulação com as tendências teóricas estudadas, tendo em vista a identificação de possibilidades de atuação e superação de desafios colocados pela realidade educacional. Planejamento e desenvolvimento de intervenção pedagógica junto a professores, alunos, comunidades e/ou corpo técnico da instituição escolar, na perspectiva da coordenação pedagógica e da gestão democrática.		
Conteúdo programático: 1. Apontamentos para observação da gestão educacional 2. A atuação do pedagogo na gestão de processos educacionais 3. Gestão de recursos humanos na escola 4. Gestão financeira na escola 5. O papel do pedagogo na coordenação pedagógica e na gestão da aprendizagem		
Bibliografia básica: 1. LIBÂNEO, J. C et ali. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo, Cortez, 2012. 2. PARO, V. H**. Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã: 2001. 3.PLACCO e ALMEIDA (orgs).**O coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo, Edições Loyola, 2010.		
Bibliografia complementar: 1. ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade.** São Paulo: Cortez, 2006. 2. LARA, Ângela Maria de Barros et alli. **Gestão Educacional.** Maringá: EDEM, 20011. 3.LUCK, H.(et AL).**A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis: Vozes, 2010. 4.VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível.** São Paulo: Papirus, 2011. 5. WERLE, Flávia Obino Corrêa. Conselhos **escolares: implicações na gEstão da escola básica.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		

Nome do Componente Curricular em português: **GEOGRAFIA CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO.**	Código: EDU162

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Nome do Componente Curricular em inglês: **GEOGRAPHY CONTENT, METHODOLOGIES AND PRACTICES OF TEACHING.**		
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: As principais tendências teóricas na Geografia. O ensino de Geografia nos Anos Iniciais da Educação Básica: objetos de estudo, concepções científicas e históricas. Conteúdos e metodologias para o ensino da Geografia nos Anos Iniciais da Educação Básica. Práticas interdisciplinares no ensino de Geografia: construção de conhecimento da realidade social, histórica e cultural; avaliação e construção da cidadania numa perspectiva sócio-histórica.		
Conteúdo programático: Unidade I: Bases epistemológicas de evolução do pensamento geográfico e o ensino de Geografia, as tendências atuais para o seu desenvolvimento. Unidade II: Conceitos chave da Geografia e a leitura de mundo. Unidade III: As diferentes linguagens no ensino de Geografia. Unidade IV: Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia. Unidade V: As relações de trabalho e a produção do espaço geográfico.		
Bibliografia básica: ALMEIDA, R. D. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2006. _____ Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011. PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H.; Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.		
Bibliografia complementar: ALMEIDA, R. D. PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo. Contexto, 2002. CARLOS, A. F. A. **A geografia na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002. CASTELLAR, S. M. V. (Org.) **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2007. CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 2004. FANTIN, M. E.; TAUSCHEK, N. M.; NEVES, D. L. **Metodologia do Ensino de Geografia.** Curitiba: IBPEX, 2010.		

Nome do Componente Curricular em português:	Código: EDU163

SEMINÁRIO V: O QUE É ENSINAR? Nome do Componente Curricular em inglês: **SEMINAR V: WHAT IS TEACHING?**		
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Estudos sobre O QUE É ENSINAR, por meio da elaboração de atividades de integração curricular com foco na articulação de conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas do curso/período.		
Conteúdo programático: 1. O que é ensinar em articulação com as disciplinas do sexto período; 2 Construção de material didático; 3 Elaboração de texto sobre o material didático que apresente: fundamentação, descrição, instruções de uso, sugestões de utilização.		
Bibliografia básica: ALONSO, Myrtes (org.) O Trabalho Docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999. TARDIF, Maurice. Saberes docente e a formação profissional. Petrópolis, Vozes, 2014 FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura...		
Bibliografia complementar: ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: Como ensinar. Trad. Ernani F. Da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998. CANDAU, Vera Maria. A didática na perspectiva multi/intercultural em ação: construindo uma proposta. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 731-758, set./dez. 2007. SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. SEMINÁRIO: 'A DIDÁTICA EM QUESTÃO', 3.. 1985. São Paulo, SP. **3o. seminário : 'A Didatica em Questão':** [atas]. São Paulo: USP 1985. 2v		

Nome do Componente Curricular em português: **LETRAMENTO E LÍNGUA PORTUGUESA II** Nome do Componente Curricular em inglês: **LITERACY AND PORTUGUESE LANGUAGE II**		Código: LET399
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: Prática de leitura, de escrita e de análise linguística, com ênfase nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Multiletramentos e ensino de Língua Portuguesa. Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa, do 1o ao 5o ano. Avaliação do livro didático. Relação		

oralidade e escrita no ensino de Língua Portuguesa.
Conteúdo programático: 1. Prática de leitura, de escrita e de análise linguística nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 2. Multiletramentos e ensino de Língua Portuguesa. 3. 3. Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa, do 1o ao 5o ano. 4. Avaliação do livro didático. 5. Relação oralidade e escrita no ensino de Língua Portuguesa.
Bibliografia básica: ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003. ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009. GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
Bibliografia complementar: ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino – outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. BRASIL. MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: SEF, 1997. (Séries Iniciais – 1º e 2º ciclos). CHARTIER, A. M., CLESSE, C, HEBRARD, J. **Ler, escrever:** entrando no mundo da escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. DOLZ, Joaquim; DECÂNDIO, Fabrício. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem**. São Paulo: Mercado de Letras, 2010. GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000. KLEIMAN, ANGELA. **Significados do Letramento**. São Paulo: Mercado de Letras, 1995. VAL, M. G. C. Texto, textualidade e textualização. In: **Pedagogia cidadã. Cadernos de Formação -** Língua Portuguesa. São Paulo, UNESP, v.1, 2004.

7º Período:

Nome do Componente Curricular em português: CURRÍCULO: TEORIA E PRÁTICA Nome do Componente Curricular em inglês: **CURRICULUM: THEORY AND PRACTICE**		Código: EDU164
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Aspectos históricos sobre o currículo e sua consolidação como campo de estudo. O currículo e suas dimensões políticas, culturais e econômicas. As teorias do currículo em suas diferentes perspectivas teóricas. Propostas curriculares, relações de poder, disputas e alianças. Questões normativas e legais do currículo escolar na educação básica.		
Conteúdo programático:		

UNIDADE 1: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS DO CURRÍCULO ESCOLAR 1.1 Estudos e reflexões da Didática Magna e o currículo; 1.2 Consolidação dos estudos sobre currículo no campo da educação; 1.3 O currículo escolar e suas dimensões políticas, culturais e econômicas. UNIDADE 2: AS TEORIAS CURRICULARES E SUAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS 2.1 Teorias tradicionais do currículo; 2.2 Teorias críticas do currículo: reprodução cultural e ideológica; 2.3 Teorias pós-críticas do currículo: práticas educativas para a diversidade; 2.4 Propostas curriculares: territórios em disputas. UNIDADE 3: O CURRÍCULO ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA 3.1 Estudo crítico sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 3.2 Debates e tensões sobre a BNCC; 3.3 BNCC: uma discussão para além do currículo.
Bibliografia básica: GIROUX, Henry. **A teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986 LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2005. SILVA, T.omaz T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias de Currículo. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2002.
Bibliografia complementar: APPLE, MICHAEL W. Ideologia e Currículo. Porto Alegre: Artmed 2006. DOLL JUNIOR, WILLIAM E. Currículo: uma perspective pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. GIMENO SACRISTÁN, José. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000. GOODSON, Ivor. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes 2012. SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Orgs.) Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2014.

Nome do Componente Curricular em português: **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERFIL E PROCESSOS DE EXCLUSÃO** Nome do Componente Curricular em inglês: EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS: PROFILE AND EXCLUSION PROCESSES		Código: EDU165
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		Unidade acadêmica: DEEDU
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa:		

Concepções de educação de pessoas jovens e adultas nos contextos mundial e brasileiro. O legado da educação popular e os movimentos da década de 60. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na atual legislação educacional. A EJA no âmbito do Ensino Fundamental compreendida como modalidade da educação básica. Especificidades da formação do educador e da prática pedagógica na EJA.
Conteúdo programático: I. Educação de Jovens e Adultos: concepções - Educação e cultura popular - Educação de base - Educação ao longo da vida II. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos - Ser jovem, adulto e idoso na EJA: multirreferências pedagógicas - Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem - Jovens e adultos e as relações com o mundo do trabalho III. Educação de Jovens e Adultos como direito - EJA nos ordenamentos legais atuais - Tempos e espaços na EJA Fundamental a partir das normativas - Matrizes pedagógicas a partir da legislação de Minas Gerais IV. Formação de educadores para a Educação de Jovens e Adultos - Centralidade da escolarização nos sujeitos - Conhecimentos históricos sobre a EJA - Bases pedagógicas da educação e cultura popular - Sistematização regular do trabalho como reflexão da ação - realidade do educando como princípio pedagógico
Bibliografia básica: BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. Brasília: Líber Livros. 2ª edição, 2004. JARDILINO, José Rubens Lima; ARAUJO, Regina Magna Bonifácio de. E*ducação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas*. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção Docência em Formação. Educação de Jovens e Adultos). PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola. 6a edição 2003. SOARES, Leôncio. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: D.P.&A., 2002.
Bibliografia complementar: DI PIERRO, Maria Clara. *Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil*. Educação & Sociedade, v.26, n. 92, p. 1115-1139, 2005. FAVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1965)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª edição. São Paulo: Moraes, 1980. HADDAD, Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. *In*: Brzezinski, Iria (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2003, p.111-127.

SOARES, Leôncio. (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

Nome do Componente Curricular em português: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: DIVERSIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS** Nome do Componente Curricular em inglês: INTERNSHIPV: DIVERSIFICATION OF EXPERIENCES		Código: EDU166
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 90 horas	Carga horária semanal teórica 0 horas/aula	Carga horária semanal prática 6 horas/aula
Ementa: Observação, análise e intervenção pedagógica em instituições escolares voltadas para o atendimento às modalidades educacionais: educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação no campo. Observação, análise e intervenção em instituições públicas ou privadas: empresariais, hospitalares, filantrópicas, sindicais, culturais ou ONG's, onde sejam desenvolvidos projetos educativos.		
Conteúdo programático: Orientações para a observação em sala de aula. Orientações para o planejamento de intervenção pedagógica. Elaboração de Sequências didáticas e projetos de trabalho. Orientações para redação de relatórios analíticos.		
Bibliografia básica: ARANTES, Valéria (org.)**. Educação não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus , 2008 GOHN, Maria da Glória; VON SIMSON, Olga R. M. **Não- fronteiras: universos da educação não-formal**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. **_____. Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 2001.		
Bibliografia complementar: BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. **Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer**. Campinas: Papirus, 2001. CARVALHO, SALLES e GUIMARÃES. Adolescência. Belo Horizonte: UFMG, 2002 GOELLNER, Silvana Villodre. **Gênero e raça: inclusão no esporte e no lazer.** Porto Alegre: Ministério do Esporte, 2009. LÓPEZ, Daniel. **Diálogos com crianças e jovens: construindo projetos educativos em e para os direitos humanos.** Porto Alegre: ARTMED, 2004 MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. São Paulo: Escrituras, 2001.		

Nome do Componente Curricular em português:	Código: EDU167

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL Nome do Componente Curricular em inglês: **INCLUSION IN EDUCATION AND SPECIAL EDUCATION**		
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO /DEEDU		Unidade acadêmica: DEEDU
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Fundamentos da inclusão e inclusão em educação; culturas, políticas e práticas de inclusão em educação; a educação especial no Brasil: conceito e história; educação especial na perspectiva da inclusão em educação; deficiência: concepções e modelos; desenvolvimento humano e necessidades educacionais especiais. A formação do profissional da educação e seu papel frente à diversidade.		
Conteúdo programático: Unidade I - Aspectos históricos e conceituais - Conceito de inclusão - Educação especial e sociedade - Percurso histórico - Conceito de deficiência e modelos - Políticas públicas de inclusão em educação Unidade II - Aspectos gerais do desenvolvimento Humano e inclusão - Desenvolvimento motor - aspectos gerais - Etapas do desenvolvimento cognitivo - 1ª infância, 2ª infância, 3ª infância - Implicações na formação do professor e no processo de inclusão em educação Unidade III - Processos de aprendizagem e o profissional da educação - Deficiencia auditiva, inclusão, escolarização e aprendizagem - Deficiência visual, inclusão, escolarização e aprendizagem - Deficiencia mental, inclusão, escolarização e aprendizagem - Deficiência física, inclusão, escolarização e aprendizagem		
Bibliografia básica: BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. SILVEIRA BUENO, J.G. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. 2.ed., São Paulo:EDUC, 2004.		
Bibliografia complementar: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Atendimento Educacional Especializado para o aluno com de ciência intelectual* Brasília: MEC/SEESP, 2007. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Atendimento Educacional Especializado para aluno com surdez.* Brasília: MEC/SEESP, 2007.		

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência visual.* Brasília: MEC/SEESP, 2007.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência física.* Brasília: MEC/SEESP, 2007.
COLL, C.; MARCHESI, A. ; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, 3v.
MANTOAN, Maria Teresa E. A hora da virada. Revista Educação especial, Brasília, v. 1, n.1, p.24-28, Out/2005.

Nome do Componente Curricular em português: **SEMINÁRIO VI: QUAIS SUJEITOS, QUAIS TEORIAS, QUAIS PRÁTICAS?** Nome do Componente Curricular em inglês: **SEMINAR V: WHAT SUBJECTS, WHAT THEORIES, WHAT PRACTICES?**		Código: EDU168
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO /DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Estudos sobre SUJEITOS, TEORIAS E PRÁTICAS, por meio da elaboração de atividades de integração curricular com foco na articulação de conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas do curso/período.		
Conteúdo programático: 1. Sujeitos, teorias e práticas em articulação com as disciplinas do sétimo período. 2. Projeto para elaboração do trabalho de conclusão de curso		
Bibliografia básica: RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e Ensinar. Por uma docência de melhor qualidade. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. SILVA, Tomaz Tadeu (org.) Alienígenas em sala de aula. 2 ed Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. HALL, Stuart. A identidade em questão e Descentrando o Sujeito in HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 (1992) pp 7-22; 34-46 . ISBN 85-7490-336-1		
Bibliografia complementar: ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. **Acesso ao direito e à justiça brasileiros na perspectiva de gênero/sexualidade, raça/etnia:** entre o Estado e a comunidade . [S.l.] Belo Horizonte. FAFICH 2011. 127 p ISBN 9788562707261 (broch.). COSTA, Marisa Vorraber (org.) O Currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. Educação e Sociologia, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 495-520, maio/agosto.		

2006 . Disponível em Acessado em 21/07/2008.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000
GARCIA, Januario. **25 anos 1980-2005:** movimento negro no Brasil = 25 years of the black movement in Brazil . Brasília: Fundação Cultural Palmares 2006. 176 p. ISBN 8575720082 (enc.).

Nome do Componente Curricular em português: **História: Conteúdos, Metodologias e Prática de Ensino** Nome do Componente Curricular em inglês: History: Contents, Methodologies and Teaching Practice		Código: HIS267
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA		Unidade acadêmica: DEHIS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: Contextualização da prática pedagógica de história na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental: objetos de estudo, concepções científicas e históricas. Conteúdos e metodologias para o ensino de história para a educação infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: ensino de história numa visão interdisciplinar: construção de conhecimento da realidade social, histórica e cultural; avaliação e construção da cidadania numa perspectiva sócio-histórica.		
Conteúdo programático: **1ª Parte:** - O processo de ensino-aprendizagem de História **2ª Parte:** - Metodologias do ensino de História.		
Bibliografia básica: CAINELLI, Marlene. Educação histórica: perspectivas de aprendizagem da história no ensino fundamental. *Educar*, Curitiba, Especial, 57-72, 2006. BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia: Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 49-49. BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia: Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 61-95.		
Bibliografia complementar: KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (org.)*Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 1996. SIMAN, Lana Mara. Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino aprendizagem de História. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, 348-364, set./dez. 2005. SOARES, Olavo Pereira. O ensino de História nos anos iniciais e a formação de professores. In: FONSECA, Selva Guimarães (ORG.). In: *Ensinar e aprender História*: formação, saberes e práticas educativas. Campinas, Aliena, 2009. SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. Avaliação em História. In: *Ensinar*		

História. São Paulo: Scipione,2004.
SANTOS, Lorene. A temática africana e afro-brasileira na perspectiva do patrimônio cultural: entre memórias e histórias. In: PEREIRA, Júnia Sales (Org.). *Produção de materiais didáticos para a diversidade*. Livro III. Belo Horizonte: UFMG, Labepeh/Caed; Brasília: MEC/Secad, 2010.

8º Período:

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL Nome do Componente Curricular em inglês: EDUCATIONAL EVALUATION		Código: EDU169
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO D EDUCAÇÃO/ DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Introdução à avaliação educacional. Relação entre o processo de ensino e aprendizagem e a avaliação. Relação entre medida e avaliação. Tipos e funções da avaliação. Avaliação de sala de aula, Avaliação Institucional e Avaliação de Sistemas Educacionais. Introdução à Estatística. Avaliação na Educação Infantil.		
Conteúdo programático: UNIDADE 1: Introdução à avaliação educacional 1.1- Avaliação: conceitos e princípios 1.2- Relação entre avaliação e medida 1.3 -Tipos e funções da avaliação 1.4- A avaliação como regulação da aprendizagem UNIDADE 2: Avaliação de sala de aula 2.1- Elaboração de itens, questões objetivas e dissertativas 2.2- Avaliação processual: instrumentos de avaliação UNIDADE 3: Avaliação na Educação Infantil 3.1- Políticas de educação infantil e avaliação 3.2- Avaliação nas Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil e no Referencial curricular nacional para a educação infantil. 3.3- Avaliação institucional e avaliação de sala de aula. 3.4- Pareceres descritivos e relatórios de avaliação 3.5- Análise crítica das diferentes formas de avaliação na Educação Infantil UNIDADE 4: Avaliação de Sistemas Educacionais 4.1 - Sistemas de avaliação estadual, nacional e internacional (SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, SIMAVE e PISA), seus usos e críticas.		
Bibliografia básica: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno VI : avaliação no ensino médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica;		

[autores: Ocimar Alavarse, Gabriel Gabrowski] – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. (Disponível on-line)
HOFFMANN, J. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.
MORETTO, V. P. *Prova*: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
VILLAS BOAS, B. M. F. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Campinas: Papirus, 2004.

Bibliografia complementar:

BALLESTER, M. (Org.) *Avaliação como apoio à aprendizagem.* Porto Alegre: Artmed, 2003.
HAYDT, R. C. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo: Editora Ática, 2008.
LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1998.
SILVA, M. G. *A. A importância da avaliação diagnóstica nos primeiros anos do ensino fundamental.* Ouro Preto: UFOP/CEAD, 2009.
SOUZA, A. M. *Dimensões da avaliação educacional* (org.). Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

Nome do Componente Curricular em português: **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS** Nome do Componente Curricular em inglês: EDUCATION AND TECHNOLOGY		Código: EDU170
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula

Ementa:
Teorias da sociedade da informação. Fenômeno informacional na estrutura e organização da sociedade contemporânea. Contexto midiático, subjetividade e sociedade do conhecimento. Constituição e distribuição da informação nos processos educativos. Prática pedagógica e novas tecnologias.

Conteúdo programático:
Unidade I:
- A sociedade da informação;
- Construção do conhecimento na era tecnológica;
- Inteligência coletiva e internet na sociedade digital.

Unidade II:
- Educação e Tecnologias;
- Educação e cibercultura.

Unidade III:
- Contexto midiático, subjetividade e sociedade do conhecimento;
- Jogos eletrônicos e gamificação;
- Mídias educativas audiovisuais.

Unidade IV: - Prática pedagógica e novas tecnologias; - Educar na geração que já nasceu no mundo digital.
Bibliografia básica: ALONSO, Katia Morosov. Tecnologias da Informação e Comunicação e formação de professores: sobre redes e escolas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 104 – Especial, p. 747-768, out. 2008. EMANUEL, Lucas. *Programação neurolinguística*. Material digital. MENDES, C. L. *Jogos eletrônicos*. Campinas: Papirus, 2006.
Bibliografia complementar: ABREU, Rosane de Albuquerque dos Santos; NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Internet: um novo desafio para os educadores. *Paideia*, v. 13, n. 25, p. 27-40, 2003. CORDEIRO, Salete de Fátima Noro; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias digitais móveis: reterritorialização dos cotidianos escolares. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 56, p. 259-275, abr./jun. 2015. ELCHIER, Marcelo; DEL PINO, José C. Carbópolis, um software para educação química. *Química Nova Escola,* n. 11, maio 2000. EMANUEL, Lucas. *Programação neurolinguística*. Material digital. MORAN, José M. Como utilizar a internet na educação. *Ciências da Informação*, v. 26, n. 02, maio/ago. 1997.

Nome do Componente Curricular em português: **SEMINÁRIO VII: CONCLUSÃO DE CURSO** Nome do Componente Curricular em inglês: SEMINAR VII: COURSE CONCLUSION		Código: EDU171
Nome e sigla do departamento: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/ DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática 00 horas/aula
Ementa: Orientações para elaboração do **Trabalho de Conclusão de Curso** por meio da integração curricular e articulação de conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas do curso.		
Conteúdo programático: 1. Orientações para a elaboração do Trabalho de Conclusão de curso, considerando o portfólio construído ao longo dos seminários anteriores. 2. Organização e realização das bancas de avaliação dos TCCs		
Bibliografia básica: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005. 315 p. ISBN 8522440158. PÁDUA, Elisabete Matallo M. Metodologia da Pesquisa. Abordagem teórico-prática.		

Campinas, São Paulo: Papirus, 2000. MINAYO, Maria C. de Souza (org.) Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
FAZENDA, Ivani (org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1997.

Bibliografia complementar:
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005. 315 p. ISBN 8522440158.
PÁDUA, Elisabete Matallo M. Metodologia da Pesquisa. Abordagem teórico-prática. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.
MINAYO, Maria C. de Souza (org.) Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
FAZENDA, Ivani (org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1997.

Nome do Componente Curricular em português: INTRODUÇÃO A LIBRAS Nome do Componente Curricular em inglês: INTRODUCTION TO POUNDS		Código: LET 966
Nome e sigla do departamento: Departamento de História-DEHIS		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 02 horas/aula	Carga horária semanal prática 02 horas/aula
Ementa: Princípios básicos do funcionamento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Estrutura lingüística em contextos comunicativos. Aspectos peculiares da cultura das pessoas surdas.		
Conteúdo programático: A) Conceitual 1) Adquirir conhecimentos básicos de um conjunto lexical envolvendo a variação dialetal da LIBRAS praticada em Minas Gerais; 2) Compreender o código gestual do Alfabeto Manual ou escrita manual datilológica e como a mesma é utilizada em situações comunicativas; 3) Adquirir noções básicas da organização fonológica da LIBRAS, expressas através dos Parâmetros Fonológicos da LIBRAS; 4) Adquirir noções básicas da organização morfossintática da LIBRAS; 5) Refletir criticamente sobre a concepção da LIBRAS enquanto língua com status lingüístico equivalente ao das línguas orais; 6) Adquirir noções básicas de dialeto, variação dialetal, idioleto, empréstimo lingüístico e regionalismo em LIBRAS. B) Procedimental 1) Desenvolver estratégias de leitura, interação e compreensão de textos sinalizados e registrados em vídeos; 2) Desenvolver estratégias de conversação em LIBRAS; 3) Desenvolver estratégias de conversação que utilizem o Alfabeto Manual; 4) Desenvolver a habilidade de reconhecer e produzir enunciados básicos em situações comunicativas envolvendo as seguintes temáticas: saudação, apresentação, escolaridade,		

organização espacial e temporal; 5) Principiar o desenvolvimento da habilidade de produção do sentido em LIBRAS; 6) Desenvolver estratégias para aprimorar as habilidades gestuais/motoras e visuais. C) Atitudinal 1) Posicionar-se criticamente enquanto discente que compartilha a sala de aula com um profissional surdo na condição de docente e refletir sobre o respeito e valorização dispensada a este profissional às pessoas surdas em geral; 2) Refletir criticamente sobre a pessoa surda como sujeito da enunciação; 3) Refletir sobre a importância e o valor linguístico, histórico, social e cultural da LIBRAS; 4) Refletir criticamente sobre o respeito e valorização dos hábitos, costumes e tradições culturais das pessoas surdas; 5) Reconhecer-se como sujeito que está a desenvolver enunciados em uma modalidade de língua gestual-visual, portanto diferente da modalidade oral que é utilizada predominantemente na sociedade.
Bibliografia básica: GESSER, Audrei. Libras?:que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. ISBN 9788579340017 QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. xi, 221 p. ISBN 8536303085 SOUZA, Tanya Amara Felipe de. Libras em Contexto: livro do estudante/cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo. MEC/SEESP, 2001
Bibliografia complementar: BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 273p. ISBN 8528200698 CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da língua de sinais brasileira. 2. ed. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2001. 2v. (1620p.) ISBN 8531406684 (v.1) 8531406692 (v.2) SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 196p. ISBN 8571647798 SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 192 p. ISBN 8587063170 STROBEL, Karin. As Imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 133 p. ISBN 9788532804587

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

Nome do Componente Curricular em português: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ANTROPOLOGIA Nome do Componente Curricular em inglês: FOUNDATIONS OF ANTHROPOLOGY EDUCATION		Código: EDU230
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 2 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula
Ementa: Pensar as relações entre a antropologia e a educação. A escola como um espaço polissêmico. Diversidade sócio-cultural, "estudos culturais"e pós-colonialismo como uma proposta crítica do currículo.		
Conteúdo Programático: Unidade I : Educação e cultura. 1.1. Antropologia e Educação 1.2. Relação entre conhecimento antropológico e prática pedagógica Unidade II : Educação e diversidade sócio-cultural. Pensando a prática da alteridade em contexto da prática educativa. 2.1. Cultura 2.2. A pluralidade cultural como tema transversal 2.3. Cultura escolar. Unidade III : Estudos culturais. Teorias sobre o currículo. Uma perspectiva de questionamento ao currículo prescrito. 3.1. Teorias sobre o currículo 3.2. A nova "geopolítica" mundial e suas implicações no campo do saber. Unidade IV : Da multiculturalidade à educação intercultural. A antropologia da educação na formação de professores. 4.1. Racismo e formação de professores 4.2. Professores "trânsfugas" X Professores "oblatos".		
Bibliografia básica: Maria R. Mastrella-de-Andrade (org.) Afetividade e emoções no ensino/aprendizagem de línguas: múltiplos olhares. Campinas , SP: Pontes, [2011]. BÁSICA. Nº PARA CONSULTA NO CATÁLOGO DA UFOP (1419387).		

Nome do Componente Curricular em português: PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO Nome do Componente Curricular em inglês: PSYCHOANALYSIS AND EDUCATION	Código: EDU405

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 4 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula
Ementa: Psicanálise e Educação Fundamentos da Teoria Psicanalítica. As teorias topográfica e estrutural. O sistema inconsciente. Personalidade e sua dinâmica. O desenvolvimento do ego. As fases de desenvolvimento sexual. Os mecanismos de defesa. Os sonhos. Transtornos neuróticos e sua influência na educação. O aluno neurótico. O professor neurótico.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 1 – Os discursos pedagógico, psicológico e psicanalítico sobre o sujeito Teoria Psicanalítica: o pensamento de Freud sobre a educação A questão da aprendizagem na Psicanálise: o desejo de saber O lugar do/a professor/a na sala de aula: a resistência e a transferência na relação professor/a-aluno/a. 2- Freud, a criança e o adolescente e a relação com o saber A sexualidade e a relação com o saber O sintoma como um modo de resposta O não aprender como sintoma Estudo de caso 3 - Relação Psicanálise/Educação no campo da formação e do mal-estar docente Do desejo de ensinar à transmissão Mal-estar docente Dispositivos de formação docente que consideram a subjetividade 4 – Psicanálise e Educação e a Inclusão Perspectivas e desafios da educação inclusiva O sujeito com deficiência: entre o singular e o universal Estudo de caso		
Bibliografia básica: CORDIÉ, Anny. Os atrasados não existem. Psicanálise de crianças com fracasso escolar. Artes Médicas. Porto Alegre. 2003. MIRANDA, Margarete Parreira. Professora Mulher. IN: Adolescência na escola. Soltar a corda e segurar a ponta. Formato. BH. 2001. SANTIAGO. Ana Lydia. A inibição intelectual na Psicanálise. Jorge Zahar Editor. RJ. 2005. FERREIRA, Tânia. A escrita da Clínica. Psicanálise com crianças. Autêntica. Belo Horizonte. 1999 FREUD, S. Conferências introdutórias sobre a Psicanálise. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XV, XVI. Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.		
Bibliografia complementar: AKERMAN, Jacques. De objeto a sujeito: a criança entre o desvio e a diferença. Revista de Psiquiatria e psicanálise com crianças e adolescentes. FHEMIG. Belo Horizonte. Jan/jun. 1995.		

AKERMAN, Jacques. Estratégias de segregação na infância e adolescência: problemas e impasses do encaminhamento para tratamento em instituições de saúde mental. Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 1998.
ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986
CIRINO, Oscar, Cronologia ou lógica, Desenvolvimento ou Estrutura, Revista de Psiquiatria e Psicanálise com Crianças e Adolescentes, FHEMIG, Belo Horizonte, Jan,jun. de 1995.
CIRINO, Oscar. O descaminho daquele que conhece. Da psiquiatria infantil à clínica da criança. Fascículos FHEMIG. N.7. Belo Horizonte, 1992.
DINIZ, Margareth, FERRAZ, Cláudia Itaborahy. Nem tão contemporânea assim: A mulher professora e seus tropeços diante da diferença. Editora Paco. SP. 2015.
DINIZ, Margareth. Avanços e desafios na inclusão. Editora Aut~entica. BH. 2014
DOR, Joel. Introdução à Leitura de Lacan. Artes Médicas. Porto Alegre. 1989.
FENDRIK, Silvia. Clínica de crianças: A aventura da filiação. In: Educa-se uma criança? Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Artes e Ofícios Editora Ltda, Porto Alegre, 1994.
FREUD, S. O mal estar na civilização, 1930. Vol XXI. Ed. Standart das obras Completas. Rio de Janeiro. Ed. Imago, 1976.
FREUD, S. Bate-se numa criança. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XVII, Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
FREUD, S. Cinco Lições de Psicanálise. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XI, Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
FREUD, S. Romances familiares. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. IX, Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XIX , Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
GARCIA, Célio. Eu era criança e não sabia. Jornal Dardo. Belo Horizonte: Publicação do Centro de Estudos Galba Veloso, n. 5, 1992.
LACAN, Jacques. Abertura de Seminário, 10 de novembro de 1978, Sainte-Anne. In: OGILVIE, Bertrand. Lacan: A formação do conceito de sujeito. Jorge Zahar Editor. 1988. RJ.
LACAN, Jacques. Duas notas sobre a criança. Revista Ornicar?, n. 7, Gráficas Porvenir, Espanha, 1986.
LAJONQUIÈRE, Leandro de. Freud, a Educação e as ilusões (psico) pedagógicas. IN: Psicanálise e educação: uma transmissão possível. Associação psicanalítica de Porto Alegre. 1995

Nome do Componente Curricular em português: EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL Nome do Componente Curricular em inglês: EDUCATION IN THE RURAL ENVIRONMENT	Código: EDU408
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU	Unidade acadêmica: ICHS

Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 4 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula

Ementa: Tendências metodológicas do ensino no meio rural. O processo de aquisição e produção do conhecimento em diferentes contextos sócio-econômicos. Leitura e interpretação do espaço agrícola como subsídio para a elaboração e aplicação de propostas alternativas de ensino. Planejamento e sistematização de propostas de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: Escola para todos em questão

• A educação no meio rural: uma variante da educação para todos?
• A educação no meio rural e a ordem jurídica
• Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
• Educação rural e características regionais: pescadores, mineiros, agricultores, povos da floresta

Unidade II: Movimentos pedagógicos e políticos do campo

• A Escola Família Agrícola e as Casas Famílias Rurais
• A escola no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra
• O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
• Saberes da Terra

Unidade III: Princípios pedagógicos para a educação do campo

• Educação como estratégia do desenvolvimento sustentável
• Educação como estratégia de afirmação das relações de pertença

Unidade IV: O ensino para educação do campo

• A Pedagogia da Alternância
• A relação do educador com os diferentes saberes
• A elaboração de material com identidade

Bibliografia básica:

1. ARANHA, Antônia Vitória Soares et al. Diálogos entre escola, formação docente e práticas socioculturais: possibilidades e limites da educação do campo. In: GRACINDO, Regina Vinhaes (Org.) Educação como exercício de diversidade. Brasília: MEC/SECAD, 2007. vol 1, p.217-236.
2. ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) Por uma educação do campo. Petrópolis, Vozes, 2004.
3. CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do Campo. http://www.uff.br/trabalhonecessario/rcaldart
4. CURADO, Jacy e AUAD, Daniela (Orgs). Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação. Campo Grande: UCDB, 2008.
5. DUARTE, Clarice Seixas. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Orgs). A constituição do direito à educação dos povos do campo. Por uma educação do campo. Brasília: Incra/MDA, 2008, p.33-115.
6. SILVÉRIO, Valter Roberto. A diferença como realização da liberdade. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção e SILVÉRIO,

Valter Roberto (Orgs). Educação como prática da diferença. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê. p.5-19,2006.

Bibliografia complementar:
BRASIL. DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO.
MEC/SECAD, Brasília: 2002. BRASIL. Referências para uma política nacional de educação do campo – cadernos de subsídios.
SECAD/MEC, Brasília, 2003.Brasil. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. SECAD/MEC, Brasília, 2007. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei 9394/96. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Cadernos de subsídios. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004

Nome do Componente Curricular em português: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES Nome do Componente Curricular em inglês: EDUCATIONAL PRACTICES IN NON-FORMAL ENVIRONMENTS		Código: EDU 409
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 4 horas/aula	Carga horária semanal prática horas/aula
Ementa: Práticas Educativas em Ambientes Não-Escolares Levantamento das instituições educativas não-formais, analisando sua relevância no contexto da sociedade global. Globalização e identidade social. Cultura global e resistência cultural. Políticas sociais. ONGs e seu papel social. A pedagogia empresarial e aprendizagem organizacional. Problemas sociais na sociedade contemporânea.		
Conteúdo programático: **Unidade I: O processo de socialização** 1.1 Infância e o processo de socialização 1.2 Família e escola no processo socializador da criança e do jovem 1.3 Educação informal/educação não formal **Unidade II: Instituições educativas não formais** 2.1 Educação em museus 2.2 Educação em ONGs 2.3 Educação nas empresas 2.4 Educação na área da saúde **Unidade III: Educação em áreas de vulnerabilidade**		

3.1 O papel das instituições de formação em áreas de vulnerabilidade social 3.2 O papel do Pedagogo como educador de rua
Bibliografia básica: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo:Brasiliense, 2007. Col. Primeiros Passos. GOHN, Maria da Glória, Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006 PAIVA, Jacyara Silva de. Epistemologia da educação social de rua. In: **III Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 3, 2010, São Paulo. Anales electronicos.
Bibliografia complementar: ARROYO, Miguel G. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M.C.S.. (Org.). **Estudos da Infância: educação práticas sociais**. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2009, 1ed. FONTES, Rejane. O desafio da Educação no hospital. **Revista Presença Pedagógica**, n. 64, 2005. p. 21. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. LOUREIRO, José M. M. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, 32 (1): 88-95, 2003. MARANDINO Martha. et al. A Educação Não Formal e a Divulgação Científica: o que pensa quem faz? **Atas do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências - ENPEC**, Bauru, 2004. SILVA, Sheila A R da, SILVA, Roberto da, LOPES, Roseli E. O direito à educação sob a perspectiva da pedagogia social. In: **IV Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2012, São Paulo (SP, Brazil).

Nome do Componente Curricular em português: PSICOMOTRICIDADE Nome do Componente Curricular em inglês: PSYCHOMOTRICITY		Código: EDU412
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEHIS		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 4 horas/aula	Carga horária semanal prática horas/aula
Ementa: Conceituações e estudo epistemológico da psicomotricidade. Importância das obras de		

Wallon, Piaget, Le Boulch e Victor da Fonseca. Estudo da gênese da psicomotricidade. Bases do desenvolvimento psicomotor. Técnicas de intervenção e reflexão sobre as mesmas. Problemas da terapia psicomotora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – A Psicomotricidade: o corpo em discussão

1. História e definição e conceitos básicos
2. Psicomotricidade e infância
3. Autores e perspectivas acerca da Psicomotricidade

Unidade II – O corpo da criança em movimento

1 Jogos, brincadeiras e disciplina: a criança nos espaços educacionais
2 Psicomotricidade e educação inclusiva: criança surdas, síndrome de Down e outras diferenças
3 A formação do educador da infância

Unidade III: A Psicomotricidade na escola

1 Subjetividade e cidadania
2 Adolescência, prazer e consciência de si
3 Jogos de psicomotricidade
4 Oficinas/dinâmicas em psicomotricidade

Bibliografia básica:

Ferreira, Carlos Alberto de M; Heinsius, Ana Maria, Barros; Darcymires do Rêgo. **Psicomotricidade** Escolar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2011

Fonseca, Vitor da. Psicomotricidade: uma visão pessoal. **Constr. psicopedag**., São Paulo , v. 18, n. 17, p. 42-52, dez. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542010000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2016..

Oliveira, Gislene de Campos. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 13ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2008

Bibliografia complementar:

Camargo, Daiana; Finck, S. C. M. . A Formação Do Educador Da Infância: Corpo E Movimento Como Espaço Para Discussão E Compreensão Do Brincar. **Atos de Pesquisa em Educação** (FURB), v. 8, p. 832-856, 2013.

Ferreira, Carlos Alberto de M; Ramos, Maria Inês B. **Psicomotricidade:** educação especial e inclusão social. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2012.

Fonseca, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. In.: Congreso Internacional "EDUCACIÓN INFANTIL Y DESARROLLO DE COMPETENCIAS". Organizado por la Asociación Mundial de Educadores Infantiles (AMEI-WAECE) en Madrid los dias 28, 29 y 30 de Noviembre de 2008.

Gratiot-Alfandéry, Hélène. **Henri Wallon**. Tradução e organização: Patrícia Junqueira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 134 p.: il. – (Coleção Educadores).

Le Boulch, Jean. **O corpo na escola no século XXI**: práticas corporais. Tradução de Cristiane Hirata. São Paulo: Phorte, 2008. 384 p.

Lovisaro, Martha. **A Psicomotricidade Aplicada na Escola**. Guia prático de prevenção das

dificuldades de aprendizagem. 2ª Ed. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2011.

Rennó, Eline. **Psicomotricidade:** da melodia cinética ao corpo político. Belo Horizonte: Editora Arte Sã. 2012.

Nome do Componente Curricular em português: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO I Nome do Componente Curricular em inglês: SPECIAL TOPICS IN EDUCATION I		Código: EDU416
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 2 horas/aula	Carga horária semanal prática horas/aula
Ementa: Conceitos básicos da teoria Psicanaliítica. Contribuições da Psicanálise para a Educação: o campo resistência/transferência. As relações entre professor/a e aluno/a e as condições para aprendizagem. Questões contemporâneas da educação na visão da Psicanálise.		
Conteúdo Programático: 1 – Os discursos pedagógico, psicológico e psicanalítico sobre o sujeito Teoria Psicanalítica: o pensamento de Freud sobre a educação A questão da aprendizagem na Psicanálise: o desejo de saber O lugar do/;a professor/a na sala de aula: a resistência e a transferência na relação professor/a-aluno/a. 2- A constituição do sujeito para a Psicanálise A criança: de objeto a sujeito As estruturas clínicas: neurose, psicose, perversão O lugar do diagnóstico na educação 3- Freud, a criança e a relação com o saber O sintoma como um modo de resposta O não aprender como sintoma Estudo de caso em que a queixa inicial refere-se a atrasos no desenvolvimento, distúrbios de comportamento e dificuldades escolares A posição dos pais diante das dificuldades da criança 4 - Relação Psicanálise/Educação: Da aplicação à implicação. Do desejo de ensinar à transmissão A demanda escolar: Quando avalizar? A escuta e a interpretação Temas contemporâneos em Educação		
Bibliografia básica:		

CORDIÉ, Anny. Os atrasados não existem. Psicanálise de crianças com fracasso escolar. Artes Médicas. Porto Alegre. 2003.
MIRANDA, Margarete Parreira. Professora Mulher. IN: Adolescência na escola. Soltar a corda e segurar a ponta. Formato. BH. 2001.
SANTIAGO. Ana Lydia. A inibição intelectual na Psicanálise. Jorge Zahar Editor. RJ. 2005.
FREUD, S. Conferências introdutórias sobre a Psicanálise. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XV, XVI. Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
FREUD, S. O mal estar na civilização, 1930. Vol XXI. Ed. Standart das obras Completas. Rio de Janeiro. Ed. Imago, 1976.

Bibliografia complementar:

AKERMAN, Jacques. De objeto a sujeito: a criança entre o desvio e a diferença. Revista de Psiquiatria e psicanálise com crianças e adolescentes. FHEMIG. Belo Horizonte. Jan/jun. 1995.
AKERMAN, Jacques. Estratégias de segregação na infância e adolescência: problemas e impasses do encaminhamento para tratamento em instituições de saúde mental. Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 1998.
ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986
CIRINO, Oscar, Cronologia ou lógica, Desenvolvimento ou Estrutura, Revista de Psiquiatria e Psicanálise com Crianças e Adolescentes, FHEMIG, Belo Horizonte, Jan,jun. de 1995.
CIRINO, Oscar. O descaminho daquele que conhece. Da psiquiatria infantil à clínica da criança. Fascículos FHEMIG. N.7. Belo Horizonte, 1992.
DOR, Joel. Introdução à Leitura de Lacan. Artes Médicas. Porto Alegre. 1989.
FENDRIK, Silvia. Clínica de crianças: A aventura da filiação. In: Educa-se uma criança? Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Artes e Ofícios Editora Ltda, Porto Alegre, 1994.
FERREIRA, Tânia. A escrita da Clínica. Psicanálise com crianças. Autêntica. Belo Horizonte. 1999.
FREUD, S. Bate-se numa criança. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XVII, Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
FREUD, S. Cinco Lições de Psicanálise. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XI, Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
FREUD, S. Romances familiares. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. IX, Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.
FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças. ED. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de S, Freud. Vol. XIX , Rio de Janeiro. Imago Editora. 1976.

GARCIA, Célio. Eu era criança e não sabia. Jornal Dardo. Belo Horizonte: Publicação do Centro de Estudos Galba Veloso, n. 5, 1992.
LACAN, Jacques. Abertura de Seminário, 10 de novembro de 1978, Sainte-Anne. In: OGILVIE, Bertrand. Lacan: A formação do conceito de sujeito.. Jorge Zahar Editor. 1988. RJ.
LACAN, Jacques. Duas notas sobre a criança. Revista Ornicar?, n. 7, Gráficas Porvenir, Espanha, 1986.
LAJONQUIÈRE, Leandro de. Freud, a Educação e as ilusões (psico) pedagógicas. IN: Psicanálise e educação: uma transmissão possível. Associação psicanalítica de Porto Alegre. 1995
LAJONQUIÈRE, Leandro de. De Piaget a Freud. A (psico) Pedagogia entre o conhecimento e o saber. Vozes. Petrópolis. 1996.
LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.) A psicanálise escuta a educação. Autêntica, Belo Horizonte 1998.
MILLOT, Catherine. É possível uma pedagogia analítica? In: Freud antipedagogo. Zahar Editores, 1982.
MRECH, Leny Magalhães. Psicanálise e Educação. Novos operadores de leitura. Pioneira. São Paulo. 1999
VALAS, Patrick. O que é uma criança? A criança no discurso psicanalítico Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1991.
VORCARO, Ângela. A criança na clínica psicanalítica. Companhia de Freud. Rio de Janeiro. 1997.

Nome do Componente Curricular em português: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO II: ALFABETIZAÇÃO Nome do Componente Curricular em inglês: SPECIAL TOPICS IN EDUCATION II: LITERACY		Código: EDU417
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 2 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula
Ementa: Alfabetização e letramento. Objetivos do ensino de língua portuguesa nos anos iniciais. Métodos de Alfabetização. Variações dos métodos tradicionais. Construtivismo. História da escrita. Evolução da escrita na criança. O livro Infantil na alfabetização inicial.		
Conteúdo Programático: 1) Alfabetização e letramento Alfabetização Letramento Alfabetização na perspectiva do letramento 2) Objetivos de língua portuguesa nos anos iniciais Oralidade Análise linguística:		

- Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética - Discursividade, textualidade e normatividade 3) Construtivismo Psicogênese da escrita Mediadores da leitura e da escrita 4) Métodos de alfabetização Métodos: Fônico e Silábico Palavração Paulo Freire e o método educacional 5) Livro infantil e alfabetização A leitura deleite O livro infantil suporte para a alfabetização
Bibliografia básica: CARVALHO, Marlene. Guia prático do alfabetizador. SP: Ática, 2004. COUTINHO, Marília Lucena. Psicogênese da língua escrita: O que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. In: MORAIS, Artur G., ALBUQUERQUE, Eliana B. C. e LEAL, Telma F. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. PARREIRAS, Ninfa. Obra literária para crianças ou livro de história para crianças? In: PARREIRAS, Ninfa Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê. Belo Horizonte: RHJ, 2009. SOARES, Magda. Alfabetização e Literatura. Escrita e Leitura. Revista Educação: Publicação Especial - Guia da Alfabetização, n2. Ceale. São Paulo: Ed. Segmento, 2010.
Bibliografia complementar: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. SEB ¿ Brasília: Ministério da Educação, SEB, 2017. BRASIL. Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. SEB ¿ Brasília: Ministério da Educação, SEB, 2007. BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação do professor alfabetizador. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. 26ª Reunião Anual da ANPED, GT Alfabetização, Leitura e Escrita, Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003.

Nome do Componente Curricular em português: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO III: ENSINO E APRENDIZAGEM Nome do Componente Curricular em inglês: SPECIAL TOPICS IN EDUCATION III: TEACHING AND LEARNING	Código: EDU426

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 4 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula
Ementa: Linguagem e alfabetização: diferentes concepções teóricas. Conceitos e concepções sobre alfabetização. Alfabetização na atualidade. O processo de alfabetização e seus diferentes métodos. Práticas de alfabetização e aquisição da escrita e da leitura. Alfabetização e Letramento. Práticas de alfabetização para crianças no contexto da educação infantil. Avaliação na alfabetização.		
Conteúdo Programático: Unidade 1 – Aquisição do sistema de escrita – bases conceituais Métodos Psicogênese Linguistica Consciência fonológica Sociolinguística Neurobiologia Unidade 2 – Alfabetização e Letramento Alfabetização e Letramento – conceitos e práticas Cultura escrita e escola Gêneros e tipologia textuais Unidade 3 – Alfabetização, letramento e trabalho pedagógico Avaliação diagnóstica e suas funções no processo de aquisição da língua escrita Planejamento e organização do processo de alfabetização e letramento		
Bibliografia básica: BATISTA, A.A. G. et al. A avaliação diagnóstica da Alfabetização. Belo Horizonte:Ceale/FaE/UFMG, 2005. BRASIL/MEC. Alfabetização e letramento na infância. http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150630AlfabetizacaoeLetramento.pdf. BRASIL/MEC. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem em turmas de crianças de seis anos de idade. Brasilia, 2009. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização sem o ba-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 1999. _____. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scipione. 1982. FERREIRO, Emília. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 1998. _____. Reflexões sobre alfabetização. Trad. Horácio Gonzáles. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 1992. FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. GOMES, M.F.C. e MONTEIRO, S.M. A aprendizagem e o ensino da linguagem		

escrita. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
KOCH, Ingedore Villaça. A Inter-ação pela linguagem. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.
LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo. Ática, 1987. Cap. 3.
MORAIS, Artur Gomes de. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 1998.
MORAIS, A.G., ALBUQUERQUE, E.B.C., LEAL, T.F. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte:Autêntica, 2005.
SALLES, J. F. de, PARENTE, M.A.de M.P. Processos cognitivos na leitura de palavras em crianças: relações com compreensão e tempo de leitura. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002, 15(2), 321-331.
SOARES, Magda B. Alfabetização: A (des) aprendizagem das funções da escrita. Educ. Revista, Belo Horizonte, n.8, p3-11, dez. 1988.
_____. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. 13ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.
_____. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, CEALE, 1998, cap.2.
_____. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. Rev. Brasileira Educação. Rio de Janeiro, n.25, 2004, p.5-14.

SOARES, M.B. e BATISTA, A.A.G. Alfabetização e letramento. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

Bibliografia complementar:

BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolingüística. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
BARBOSA, José J. Alfabetização e Leitura. São Paulo: Cortez, 1990.
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
CARVALHO, Marlene. Guia prático do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1994.
COLL, César et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1996. (Série fundamentos)
KLEIMAN, Ângela (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP. Mercado de Letras, 1995.
MARCUSCHI, Luiz Antonio. Da fala para a Escrita: atividade de retextualização. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
MARINHO, M. E CARVALHO, G. T. (Org.). Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
PICCOLI, L. E CAMINI, L. Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade, Erechim: Edelbra, 2012.
REVISTA EDUCAÇÃO: guia da alfabetização. Escrita e leitura: como tornar o ensino significativo. São Paulo: Segmento, CEALE, 2010. n. 1, 90 p. Edição especial.
REVISTA EDUCAÇÃO: guia da alfabetização. Escrita e leitura: como tornar o

ensino significativo. São Paulo: Segmento, CEALE, 2010. n. 2, 90 p. Edição especial.
SANTOS, C. F. e MENDONÇA, M. Alfabetização e Letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
ZATZ, Lia. Aventura da escrita: história do desenho que virou letra. São Paulo: Moderna, 1991.

Nome do Componente Curricular em português: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO IV: EDUCAÇÃO INFANTIL Nome do Componente Curricular em inglês: SPECIAL TOPICS IN EDUCATION IV: CHILD EDUCATION		Código: EDU428
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 2 horas/aula	Carga horária semanal prática 2 horas/aula
Ementa: Principais tendências pedagógicas da educação infantil. Concepções de infância e de educação infantil. Diferentes concepções de educação, de creche e pré-escola: a experiência do Brasil e de outros países. O trabalho com projetos. Interação e ação dos adultos. Autonomia, autoria e cooperação. O trabalho com as famílias.		
Conteúdo Programático: Analisar as tendências pedagógicas da educação na infância: Froebel, Rousseau, Montessori, Decroly, Pestalozzi, Steiner, Freinet, Malaguzzi e outros. - Compreender as concepções de infância e de educação infantil - Analisar as contribuições da sociologia da infância, filosofia, psicologia e história da educação. - Analisar a experiência de creches e pré-escolas na atualidade do Brasil e de outros paises - Compreender princípios e características do trabalho pedagógico com projetos - Compreender a interação e ação dos adultos - Relacionar autonomia, autoria e cooperação - Conhecer o trabalho com as famílias		
Bibliografia básica: ARCE, Alessandra. A pedagogia na "era das revoluções": uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. da G. S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008. BARROS, Manoel. Memórias inventadas: a infância. São Paulo: Planeta, 2003. BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança o brinquedo a educação. São Paulo: Summus Editorial, 1984. BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Volume 1,2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Diretrizes curriculares Nacionais para a educação Infantil. Brasília: MEC/SEF.		

Bibliografia complementar:
MACHADO, Maria Lucia de A. (org.). Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002.
MONTESSORI, Maria. A criança. 3ª ed. Rio de Janeiro: Portuqália.
OLIVEIRA, Marie Milan Oliveira. Célestin Freinet: raízes sociais e políticas de uma proposta pedagógica. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias de Botafogo a 1995.
PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (coords.). As crianças - contextos e identidades. Braga, Portugal: coleção Infans, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.
POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
ROSEMBERG, Fúlvia (org.). Creche. São Paulo: Cortez, 1989.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
SZYMANSKI, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2003

Nome do Componente Curricular em português: OFICINA DE RECURSOS DIDÁTICOS Nome do Componente Curricular em inglês: RESOURCE WORKSHOP DIDACTICS		Código: EDU519
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 4 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula
Ementa: Ementa: Análise do papel dos recursos didáticos para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Integração dos multimeios na construção do conhecimento. Recursos didáticos experimentais e audiovisuais como mediadores das diversas propostas de ensino: conceituação, características, critérios de seleção, produção e análise crítica.		
Conteúdo Programático: Unidade I - Recursos didáticos e a construção do conhecimento. 1.1. Ensino e aprendizagem: concepções e conceitos. 1.2. Áreas de conhecimento e recursos didáticos. 1.3. Técnicas de ensino 1.4. Recursos didáticos: limites e possibilidades no cotidiano escolar Unidade II - Pesquisa, análise e produção de recursos didáticos 2.1. Processo de investigação da prática pedagógica. 2.2. Análise crítica da prática pedagógica. 2.3. Projeto de intervenção.		
Bibliografia básica: CRUZ, J. M. De O. Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 29, n. 105, set./dez, 2008, p. 1023-1042.		

FORTUNA, Tânia Ramos. Papel do brincar: aspectos relevantes a considerar no trabalho lúdico. Revista do professor. Porto Alegre, n.18, jul-set.2002, p.9 - 14.

KOHATSU, Lineu Norio. O uso do vídeo na pesquisa de tipo etnográfico: uma discussão sobre o método. Psicologia da Educação. São Paulo, n. 25, 2º semestre de 2007, p.55-74.

KENSKI, V. M. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 1996. p. 127-47.

MORAN, J.M. O Vídeo na sala de aula. Comunicação & Educação. São Paulo, ECA-Ed. Moderna, [2]: 27 a 35, jan./abr. de 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002, fascículo 1, 56p.

MEIRA, Maria E.M. Desenvolvimento e aprendizagem: Reflexões sobre suas relações e implicações para a prática docente. Unesp: Revista Ciência e Educação, vol.5, n.2, 1998.

MENESTRINA, Vanderleia; BEYER, Marlei Adriana. O Lúdico: uma forma de educar na educação infantil. Revista de Divulgação Científica do ICPG, N.9-jul-dez, 2006.

MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Zilma R. de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVER, Giovanina Gomes Freitas. Lúdico na escola: entre a obrigação e o prazer. In: MARCELINO, Nelson Carvalho (Org.). Lúdico, educação e educação física. Ijuí: Ed: Uniijuí, 2003, p.15-24.

OSMANDO, José. Com dinâmicas de grupo também se aprende. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ROCHA, Dina Lúcia Chaves. Brincando com a criatividade: contribuições teóricas e práticas na Arteterapia e na Educação. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2009.

SEBER, Maria da G. Construção da inteligência pela criança: Atividades do period pré-operatório. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

PALANGANA, I. C.,GALUCH, M.T.B e SFORNI, M.S. de F. Acerca da relação entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Revista Portuguesa de Educação. Universidade do Minho, ano/vol. 15, n.1, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2002, pp.111-128.

PEREIRA, Lúcia Helena Pena Pereira. Ludicidade e Arte-Educação: tecendo fios e cores. In: PORTES, Écio Antônio (Org.). Diálogos sobre o ensino, educação e cultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2005, p.119-132.

VEIGA, Ilma P. A. (org). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas, SP: Papirus, 2006.

VIGOTSKI, L, S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
WAJSKOP, Gisela. O brincar na educação infantil. Cadernos de Pesquisa, n.92, Fundação Carlos Chagas, Ed. Cortez, fev, 1995, p. 62-69
ZABALA, A. A Prática Educativa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia complementar:
BARBOSA, Paulo Osmar Dias. Análise do uso das Técnicas de Ensino e Recursos Didáticos aplicados nos cursos de Qualificação Profissional: Um Estudo de Caso no CEFET-PR. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) UFSC, 2001.
BRAVIM, Eliana e MUGRABI, Edivanda. Os Recursos Didáticos e sua Função Mediadora nas Aulas de Matemática: um Estudo de Caso na Aldeia Indígenas Tupinikim Pau-Brasil do Espírito Santo.
CASTOLDI , Rafael e POLINARSKI, Celso Aparecido. A Utilização de Recursos Didático-Pedagógicos na Motivação da Aprendizagem. I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia – 2009.
CORAZZA, S. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, A. F. (Org.). Currículo: questões atuais. 14 ed. Campinas: Papirus, 1997. p. 103-43.
DALBEN, A. I. L. F.; CASTRO, E. V. A relação pedagógica no processo escolar: sentidos e significados. In: TEIXEIRA, A. B. M. (Org.). Temas atuais em didática. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 13-61.
FINCK, Regina.
Ensinando Música ao aluno surdo: perspectivas para a ação pedagógica inclusiva. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.

Nome do Componente Curricular em português: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Nome do Componente Curricular em inglês: HERITAGE EDUCATION		Código: EDU532
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação – DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 2 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula
Ementa: Educação e patrimônio histórico-cultural: suportes teóricos. As relações entre patrimônio, memória, história, educação, pesquisa, ensino e cidadania. Conhecimento histórico e patrimônio: a interdisciplinaridade como prática educativa. Metodologia da Educação Patrimonial.		
Conteúdo Programático: 1.1. Entre a Memória e a História 1.2. As funções sociais da Memória		

1.3. Identidade, pertencimento e patrimônio 1.4. Patrimônio cultural: material e imaterial UNIDADE II – PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL: EDUCAÇÃO E CIDADANIA 2.1. O Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil: percurso histórico e marcos legais 2.2. As políticas de preservação dos bens patrimoniais: União, Estados e Município 2.3. Educação como eixo estruturador da preservação patrimonial 2.4. Cidadania como direito e acesso à cultura UNIDADE III – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FUNDAMENTOS PARA A PRÁTICA 3.1. Conceituação, metodologia e interdisciplinaridade na e da educação patrimonial 3.2. Os guias e cartilhas de Educação Patrimonial: entre a orientação oficial e a diversidade local 3.3. As experiências locais e as ações realizadas 3.3.1 Visitas e excursões às cidades, museus, instituições 3.4. Oficinas e projetos dentro das escolas: experiências, perspectivas e dificuldades
Bibliografia básica: CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Criativos da Escola. Filhos do deserto. Disponível em https://criativosdaescola.com.br/wp-content/uploads/2019/08/premiado-desafio-criativos-da-escola-2019-filhos-do-deserto-um-resgate-historico.pdf _____. Cabelo, autoestima e identidade da menina negra (Sumaré - SP). #Criativos2018. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=y83NLwF3AYg _____. Escola e comunidade: vida e futuro. Disponível em https://criativosdaescola.com.br/wp-content/uploads/2018/11/EscolaComunidade.pdf FOX, Mem. Guilherme Augusto Araújo Fernandes. São Paulo: Brinque-Book, 1984. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; DEL PRIORE, Mary. Memória, patrimônio e identidade. In: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; DEL PRIORE, Mary. Memória, Patrimônio e Identidade. Boletim 4, abril 2005. Ministério da Educação, TV Escola, p. 3-11. MURRAY, Charles. Memória Popular: a música como objeto de memória. In: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; DEL PRIORE, Mary. Memória, Patrimônio e Identidade. Boletim 4, abril 2005. Ministério da Educação, TV Escola, p. 32-36. DEL PRIORE, Mary. Registros da Memória. A fotografia como objeto de memória. In: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; DEL PRIORE, Mary. Memória, Patrimônio e Identidade. Boletim 4, abril 2005. Ministério da Educação, TV Escola, p. 28-31. OLIVEIRA, Paulo de Salles. Sobre memória e sociedade. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, n. 98, P. 87-94, Junho/Julho/agosto 2013.

RODRIGUES, Donizete. Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. Revista On-line do
Museu de Lanifício da Universidade de Beira Interior, n 01, p. 45-52. Disponível em http://www.ubimuseum.ubi.pt/

Bibliografia complementar:
ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A 2003.
BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
DELGADO, Lucília de A. Neves. História oral: memória, tempo e identidades. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.
LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
SOUZA, Willian Eduardo Righini de; Crippa, Giulia. O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-
imaterial. Em Questão [en linea] 2011, 17 (Julio-Diciembre). Disponível em: <http://www.redalyc.org/

Nome do Componente Curricular em português: RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO Nome do Componente Curricular em inglês: ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND EDUCATION		Código: EDU534
Nome e sigla do departamento: Departamento de Educação - DEEDU		Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 30 horas	Carga horária semanal teórica 2 horas/aula	Carga horária semanal prática 0 horas/aula
Ementa: Discussão de temas contemporâneos em educação. Análise de resultados de pesquisas desenvolvidas. Reflexão teórica de perspectivas atualizadas nas diferentes áreas do conhecimento relacionadas à educação.		
Conteúdo Programático: Analisar o processo de incorporação dos negros à sociedade brasileira. Problematizar as diferentes formas de relação entre os negros e a educação nos séculos XIX e XX. Políticas públicas e a educação dos negros no Brasil Unidade I: Aspectos históricos da educação da população negra no Brasil - O processo de incorporação dos negros à sociedade brasileira. - Experiências educacionais envolvendo a população negra no século XIX - Abolição da escravidão e os debates sobre a educação da população negra - Experiências educacionais dos negros na primeira metade do século XX Unidade II: As transformações na representação dos negros na educação		

brasileira contemporânea - Políticas públicas e a educação da população negra no debate contemporâneo. - Desigualdades raciais e suas relações com a educação. - As políticas de ação afirmativas no Brasil - A Lei 10.639/2003 e seu impacto nas escolas brasileiras.
Bibliografia básica: ASSIS, Machado de. Pai contra filho. In: Obra Completa de Machado de Assis, vol. II. RJ: Nova Aguilar, 1994. BOWEN, William G., BOK, Derek. O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso a universidade. RJ: Garamond, 2004. CARVALHO, Marilia. Quem é negro, quem é branco no Brasil: desempenho escolar e classificação racial de alunos. In: Revista Brasileira de Educação. RJ: Anped, n. 28 2005. CHALHOUB, S. Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. DOMINGUES, PETRÔNIO. O recinto do sagrado: racismo e antiracismo no Brasil. In: Caderno de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 39, 138, 2009. _____. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: Anped, V. 38, n. 39, 2008. ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. RJ: Jorfe Zahar Ed., 2000. FONSECA, Marcus V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. In: Revista Brasileira de História da Educação, n.13. SP: Sociedade Brasileira História da Educação (www.sbhe.org.br), 2007a. _____. A educação da criança escrava nos quadros da escravidão do escritor Joaquim Manoel de Macedo. In: Educação e Realidade. Porto Alegre:Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Educação, v. 36, n. 1, 2011. _____.A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. Bragança Paulista SP: Ed da Universidade São Francisco, 2002. _____. Educação e Escravidão: um desafio para a análise historiográfica. In: (2002). In: Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: Sociedade Brasileira da História da Educação, julho-dezembro, n. 4. _____. População negra e educação: o perfil das escolas mineiras no século XIX. BH: Ed. Mazza, 2009. _____. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: ROMÃO, Jeruse (org.). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005. _____. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. SP: Tese de doutorado FE-USP, 2007. GENOVESE, Eugene D. A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram.

Rio de Janeiro, Brasília: Paz e Terra/CNPQ, 1988.
GOMES, Nilma Lino (org.). Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília:
Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela. Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. RJ:
DP&A, 2004.
GUIMARÃES, Antonio Sergio A. Racismo e Anti-racismo no Brasil. SP: Ed. 34, 1999.
HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.
Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. In: Revista Caderno de Pesquisa. SP:
Fundação Carlos Chagas, n. 117, 2002.
NASCIMENTO, Abdias. Abdias Nascimento: O griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

ROMÃO, Jeruse (org). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação-
Secad, 2005.

SANTOS, Sales Augusto (org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério
da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Educação anti-racista:
caminhos abertos pela Lei Federal no 10. 639/03. Brasília: Ministério da Educação-Secad, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

APÊNDICE 3 - RESOLUÇÃO COPED Nº01/2015

Dispõe sobre a regulamentação da eliminação de pré-requisitos para a realização dos estágios curriculares obrigatórios supervisionados.

O Colegiado do Curso de Pedagogia, em sua 33ª Reunião, realizada no dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFOP que determina o cumprimento de 300 horas de estágiosupervisionado;
- A atual matriz curricular do Curso de Pedagogia, que determina os pré-requisitos necessários para as disciplinas;
- As necessidades e demandas dos estudantes do curso de Pedagogia.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar as situações nas quais os alunos poderão solicitar a eliminação dos pré-requisitos necessários para a realização dos estágios curriculares obrigatórios.

Art. 2º - Todos os alunos matriculados no curso, poderão, assim como procedem em relação às demais disciplinas, solicitar a eliminação dos pré–requisitos para realização dos estágios, quando desejarem realizar um estágio mais avançado na matriz curricular, antes de cursarem aquele(s) que o precede (m).

Art. 3º - Não poderão ser realizados mais de dois estágios por semestre letivo.

Art. 4º Poderão solicitar a eliminação de pré-requisitos para a realização de dois estágios no mesmo semestre letivo, os alunos matriculados no curso de pedagogia que:

§ 1º estiverem em situação de jubilamento próximo.

§ 2º tiverem plenas condições acadêmicas para concluir o curso naquele semestre letivo para o qual solicitam a realização concomitante de dois estágios.

§ 3º cumprirem jornada de trabalho que os impeçam de realizar os estágios e que desejarem realizá-los em seu período de férias laborais.

Art. 5º - O aluno que solicitar a eliminação de pré-requisitos para a realização de dois estágios no mesmo semestre letivo, por motivos relacionados no § 3º do artigo anterior, deverá :

§ 1º comprovar seu vínculo empregatício e sua jornada diária de trabalho, por meio da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, ou de outro documento oficial contendo contrato de trabalho.

§ 2º apresentar declaração de seu período de férias laborais, indicando a data de início e de término das mesmas.

Art. 6º- A solicitação deverá ser feita ao Colegiado no período anterior em que o aluno desejar se matricular na disciplina para a qual solicita a eliminação de pré-requisitos. O Colegiado do curso de Pedagogia terá o prazo de trinta (30) dias para responder à solicitação.

Art. 7º - A solicitação deverá ser protocolada na seção de ensino, por meio de requerimento próprio, especificando-se a jornada de trabalho (horário de início de término) e o período de férias laborais (início e término), acompanhado da documentação comprobatória indicada no §1º do artigo 5º.

Art. 8º - Casos omissos serão discutidos pelo Colegiado do curso de Pedagogia.
Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Mariana, 22 de outubro de 2015

Profa. Dra. Marlice de Oliveira e Nogueira
Presidente do Colegiado de Pedagogia
ICHS/UFOP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

APÊNDICE 4 - RESOLUÇÃO COPED Nº01/2019

Dispõe sobre a regulamentação das normas para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pedagogia.

O Colegiado do Curso de Pedagogia, em sua 52º Reunião, realizada no dia 08/10/2019, no uso de suas atribuições legais, considerando:

I) O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFOP.

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir as Diretrizes Gerais para a Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelos estudantes do curso de Pedagogia da UFOP.

Artigo 2º - Todos os estudantes matriculados no curso de Pedagogia deverão, obrigatoriamente, realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por meio da seguinte disciplina e atividade:

- EDU 171 – Seminário VII: conclusão de curso.

Parágrafo único: Dessa forma, o cumprimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está condicionado à apresentação e à aprovação dos trabalhos, nas seguintes modalidades:

Inciso I - Produção de memorial, a partir de uma análise da escola e do cotidiano escolar, com referência na experiência pessoal como aluno e aluna. O objetivo dessa produção é promover a reflexão sobre escolhas e posturas não refletidas e já incorporadas como dadas, através do resgate de memórias da trajetória de escolarização, contribuindo para um redimensionamento das práticas e rituais do trabalho escolar.

Inciso II - Mapeamento dos campos de pesquisa já existentes na educação infantil e no ensino fundamental: esse processo poderá nortear a produção de resenhas de leituras, pesquisa em vídeos e curtas sobre o tema, por meio de pesquisa bibliográfica que explore um aporte teórico visto em uma das disciplinas e eixos.

Inciso III - Projeto de pesquisa: o projeto de pesquisa é, portanto, um diálogo com o exercício profissional da docência e da escola. Pesquisa de campo.

Inciso IV - Projeto de intervenção: intervir no real é uma exigência de um curso que pretenda formar pedagogos e pedagogas. Pode-se dar ênfase ao planejamento de ações concretas a serem desenvolvidas em espaços educativos escolares ou não-escolares, podendo essa intervenção priorizar a sala de aula, a instituição escolar ou ainda organizações educativas não escolares.

Inciso V - Produção de um artigo: o artigo materializa a reflexão do/a aluno/a-professor/a sobre as determinações sociais que circunscrevem a escola e a dimensionam como instituição educativa. Redigir o artigo possibilita uma organização conceitual e reflexiva da própria prática.

Inciso VI - Maquetes, vídeos, portifólios, material didático, jogos, brincadeiras, catálogo de livros e referências bibliográficas para determinado tema, cartografias, produção de sites, blogs, produção de HQ (História em quadrinhos).

Artigo 3º - Os estudantes deverão selecionar um tema e um formato acima descritos que favoreçam a verticalização de conteúdos da área de Educação, de forma geral e das disciplinas que deverão ser previamente cursadas: Seminários I – EDU 147, II – EDU 150; III – EDU 156; IV – EDU 160; V -163; VI – EDU 168 e VII – EDU 171 EDU, de forma a possibilitar a compreensão de problemas educacionais sob diversos prismas oferecidos pela literatura na área.

Artigo 4º - O TCC poderá ser feito individualmente ou em dupla, sob a supervisão de um orientador.

Artigo 5º - Da indicação de orientadores para a elaboração do TCC.

Parágrafo 1º - Cada discente ou dupla deverá indicar um orientador no início do 8º período. O aluno deverá entregar ao Colegiado de Pedagogia um atestado de orientação (ANEXO 1) através do qual o professor se compromete a orientar o estudante, desde a etapa de delineamento do trabalho, até a conclusão. Caso o aluno não consiga orientador, caberá ao Colegiado de Pedagogia realizar essa indicação.

Parágrafo 2º - O professor orientador deve ter no mínimo o título de mestre e deve ser professor da Universidade Federal de Ouro Preto.

Parágrafo 3º - O orientador é responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento de TCC e pela versão final, avaliando o/a(s) aluno/a(s), segundo:

a) Qualidade do trabalho apresentado.

b) Presença nas reuniões de orientação e ader6encia às orientações.

c) Envolvimento na busca de referências bibliográficas relativas ao tema.

d) Avanço na redação e organização do trabalho.

e) Cumprimento do cronograma de atividades.

Artigo 6º - Da troca de orientador

Parágrafo 1º - A troca de orientador poderá ocorrer ao longo da elaboração do projeto do TCC por iniciativa do orientador ou do aluno/dupla.

Parágrafo 2º - O(s) aluno/dupla(s) e o orientador deverão encaminhar carta ao Colegiado do curso de Pedagogia com a justificativa da solicitação. E outra carta com o aceite do novo orientador deverá ser encaminhada ao Colegiado que, de posse dessa documentação, analisará o pedido de troca de orientação.

Artigo 7º - Da entrega do TCC

Parágrafo 1º - O TCC deve ser entregue pelo aluno e orientador para o leitor crítico. Após a análise e correção o aluno deve postar o TCC no repositório do SISBIN, conforme a resolução CEPE 7210/2017.

Parágrafo 2º – Depois de aprovado, o TCC deverá ser entregue ao Colegiado do curso de pedagogia em 2 (duas) vias impressas e encadernadas.

Art. 8º - Da avaliação do TCC

Parágrafo 1º - As normas a serem observadas devem estar alinhadas ao formato definido com o orientador.

Parágrafo 2º - Na ocasião da entrega do TCC, o orientador deverá indicar um parecerista para fazer a leitura crítica do trabalho. O parecerista deve ter no mínimo o título de mestre e ser professor~~es~~ da Universidade Federal de Ouro Preto.

Parágrafo 3º - No decorrer do semestre, a pontuação da disciplina EDU 171 – Seminário de Conclusão de Curso (8º período) será distribuída da seguinte forma:

- Professor da disciplina: 10 pontos relativos às diversas atividades realizadas na disciplina.

- Orientador: 10 pontos relativos ao desenvolvimento do TCC e à versão final escrita da monografia.

- Parecerista: 10 pontos relativos à versão final escrita do TCC.

A nota final da disciplina EDU 171 – Seminário: Conclusão de Curso (8º período) será dada pela média aritmética das três avaliações.

Parágrafo 4º - O aluno/dupla deverá entregar a versão final do TCC em CD no Colegiado de Pedagogia (após revisão proposta pelo parecerista). O aluno/dupla deverá assinar um termo autorizando a disponibilização do TCC no repositório da UFOP, seguindo a normatização vigente para a realização da ficha catalográfica.

Artigo 9º - Os projetos e os TCC que forem fruto de plágio serão levados ao Colegiado do curso de Pedagogia, que decidirá sobre os procedimentos administrativos a serem tomados. Constatado o plágio, o professor da disciplina, o orientador do trabalho de monografia e o parecerista (caso isso se dê n o TCC) deverão, conjuntamente, reprovar o(s) estudante(s) autor(es) do plágio, conferindo-lhe(s) nota Zero nas disciplinas EDU 171.

Artigo 10º – Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Pedagogia.

Esta resolução entra em vigor a partir do primeiro semestre letivo de 2020.

Mariana, 08 de outubro de 2019.

_____

Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan/Presidente do COPED

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ICHS/UFOPANEXO 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS
COLEGIADO DE PEDAGOGIA

FICHA DE RESPONSABILIDADE/ATESTADO DE ORIENTAÇÃO PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

Eu, Prof.(a)., do Departamento de _____, comprometo -me a orientar o (a)aluno(a) _____, matrículanº_____, no desenvolvimento de seu Trabalho de Conclusão do Curso Curso de Pedagogia do ICHS-UFOP, intitulado_____, no semestre letivo de 20_____.

Mariana, _____, de _____ de 20 _____.

_____
Assinatura do/a aluno/a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Telefone (31) 3557-9413

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

APÊNDICE 5 - RESOLUÇÃO COPED Nº02/2019

Dispõe sobre o cumprimento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

O Colegiado do Curso de Pedagogia, em sua 52º Reunião, realizada no dia 08/10/2019, no uso de suas atribuições legais, considerando:

i) A Resolução n. 1 de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura

e

ii) O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da

UFOP, RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar o cumprimento de carga horária relativa às "Atividades Acadêmico-Científico-Culturais" (doravante AACC) e às "Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento em Áreas Específicas" (doravante ATPA), previstas na Resolução CNE/CP nº 2/2015, de 1º de julho de 2015, e no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFOP.

Art. 2º - Todos os acadêmicos matriculados no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFOP deverão, obrigatoriamente, realizar as atividades de AACC e ATPA como forma de enriquecer sua formação, cumprindo assim as Diretrizes estabelecidas pelo MEC e pelo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFOP.

Art. 3º - As AACC e as ATPA são práticas acadêmicas apresentadas sob múltiplos formatos, tendo em vista, essencialmente:

i) Complementar a formação do acadêmico, permitindo o aprofundamento em áreas específicas do curso;

ii) Fomentar a iniciativa dos estudantes em participar de atividades culturais, profissionais e acadêmicas relacionadas ao curso e ao campo de atuação do pedagogo;

iii) Incentivar a participação dos estudantes nas atividades de ensino, extensão e pesquisa realizadas na UFOP;
iv) Estimular a tomada de iniciativa e investimento profissional do estudante;
v) Incitar o estudante a participar da vida acadêmica e cultural da universidade, permitindo o aprimoramento de sua formação e o desenvolvimento de habilidades artísticas, políticas, profissionais, assistenciais etc.

Art. 4º - É vedado o cômputo concomitante de AACC e ATPA com outras atividades desenvolvidas para o cumprimento da carga horária das disciplinas do curso, assim como com atividades desenvolvidas dentro do Estágio Curricular.

Art. 5º Não serão computadas, dentro da carga horária a ser cumprida em AACC e ATPA, atividades anteriores ao ingresso do estudante no curso de Pedagogia da UFOP. Quando o acadêmico ingressar na UFOP por meio de transferência de outra Instituição de Ensino Superior, é possível aproveitar horas de AACC ou ATPA desenvolvidas anteriormente ao ingresso na UFOP, cabendo à Coordenação do Curso analisar a pertinência ou não da(s) atividade(s) realizada(s) e atribuir-lhe(s) carga horária.

Art. 6º - As "Atividades Acadêmico-Científico-Culturais" e as "Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento em Áreas Específicas" serão desenvolvidas no decorrer do curso, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministradas no Curso de Pedagogia.

Art. 7º - Durante o Curso de Pedagogia o estudante deverá cumprir um total de 200 horas relativas às AACC e às ATPA.

Art. 8º - Caberá ao estudante efetuar a comprovação do cumprimento das referidas atividades por meio do envio da documentação comprobatória ao Colegiado do Curso, obedecendo às seguintes recomendações:

i) A documentação enviada ao Colegiado com pedido de validação do cumprimento das AACC e das ATPA deve ser protocolada nos seguintes prazos: a) final do 4º semestre letivo do estudante na UFOP, b) início do 8º semestre letivo do estudante na UFOP ou c) a qualquer prazo, desde que cumprida integralmente a carga horária prevista para as AACC e as ATPA;

ii) As atividades deverão ser registradas e numeradas em formulário apropriado (ver Anexo 1), especificando-se a natureza da atividade, a carga horária cumprida, a instituição onde foi realizada, o local e a data.

iii) Para cada atividade registrada o estudante deverá anexar cópia da documentação comprobatória, devidamente numerada;

iv) A concessão de carga horária a cada atividade realizada pelo estudante será feita pelo Colegiado de Curso, ou comissão por ele designada, mediante análise da documentação protocolada pelo estudante e em obediência à "Tabela de Conversão de Atividades" (ver Anexo 2);

v) O limite máximo de horas previsto para cada tipo de atividade (conferir anexo 2) tem como objetivo incentivar o estudante a participar tanto de AACC como de ATPA, diversificando as atividades que complementem sua formação.

Art. 9º - Após a análise da documentação protocolada pelo estudante, o Colegiado de Pedagogia deverá solicitar à Seção de Ensino o registro da carga horária cumprida pelo aluno.

Esta resolução entra em vigor a partir do primeiro semestre letivo de 2020.

Mariana, 08 de outubro de 2019.

Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan
Presidente do Colegiado de Pedagogia
ICHS/UFOP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO 1 DA RESOLUÇÃO COPED Nº02/2019

FICHA DE "ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS" E "ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO EM ÁREAS ESPECÍFICAS"

ALUNO(A):_____Nº UFOP
Ano de ingresso:_____Telefone:_____Endereço eletrônico:

Situação feita em: ( ) Término do 4º período ( ) Início do 8º período
( ) Carga horária completa

Nº do documento	Data/Período	Instituição /local	DISCRIMINAÇÃO DA ATIVIDADE	Nº. de horas	Validação pelo Colegiado
Data:_____					

Assinatura do Aluno

Assinatura presidente da comissão avaliadora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO 2 DA RESOLUÇÃO COPED Nº02/2019

TABELA DE CONVERSÃO DE ATIVIDADES

Categoria	Discriminação	Carga horária	Carga horária máxima computada	Documentação comprobatória
Atividades de Apoio ao Ensino	Monitoria, PIBID ou Pró-ativa	14 horas por mês	160 horas	Declaração/Certificado
Atividades de Pesquisa	Bolsista de Iniciação Científica	14 horas por mês	160 horas	Declaração/Certificado
	Participação em Grupo de Pesquisa ou Estudo Orientado por docente da UFOP	5 horas por mês		
Atividades de Extensão	Bolsista de Extensão	14 horas por mês	160 horas	Declaração/Certificado
	Participação em Projetos de Extensão, de Assistência e/ou Atendimento, abertos à comunidade	5 horas por mês		

Eventos e Cursos	**Participação em Seminários, Congressos, Palestras, Defesas de Teses e Dissertações, Oficinas, Semanas Temáticas, Semanas Universitárias, Conferências, Jornadas, Fóruns etc.**	**De acordo com carga horária comprovada**	**100 horas**	**Declaração/Certificado**
	Disciplinas ou Cursos Extracurriculares, em quaisquer instituições, alusivos à Educação, Língua Portuguesa e/ou Línguas Estrangeiras			
	Participação na organização de eventos na área acadêmica do curso de Pedagogia			
Publicação e Apresentação de Trabalhos	**Publicação de resumos em Anais de eventos científicos da área da Educação**	**20 horas**	**160 horas**	**Declaração/Certificado ou Xerox da publicação com ISBN ou ISSN**
	Publicação de trabalho completo em suporte de circulação local (livro, capítulo de livros, artigos)	**20 horas**		
	Publicação de trabalho completo em suportes com circulação regional (livro, capítulo de livros, artigos)	**30 horas**		
	Publicação de trabalho completo em suportes de circulação nacional ou internacional (livro, capítulo de livros, artigos)	**60 horas**		

	Apresentação de trabalho em evento regional, estadual, nacional ou internacional	**50 horas**		
	Apresentação de trabalho em evento local	**20 horas**		
Participação em Órgãos Colegiados da Universidade ou em Representações Estudantis	**DCE, Centro Acadêmico, Departamentos, Colegiados de Curso, CUNI etc.**	**5 horas por mês**	**40 horas**	**Declaração/Certificado**
Participação em Atividades Culturais	**Participar como ouvinte de sessões de cinema, teatro, atividades esportivas oficiais etc.**	**De acordo com carga horária comprovada**	**40 horas**	**Declaração/Certificado**
	Coordenação de atividades culturais ou esportivas	**De acordo com carga horária comprovada**		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

APÊNDICE 6 - RESOLUÇÃO COPED Nº 03/2020

Regulamenta o aproveitamento da carga horária das atividades realizadas no Programa Residência Pedagógica nos Estágios Supervisionados do Curso de Pedagogia

O Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia, em sua 55ª Reunião do COPED, realizada no dia 03 de julho de 2020, no uso de suas atribuições legais, considerando:

a) A Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2020;

b) A decisão da Subcâmara de Licenciatura, em reunião ordinária no dia 14 de maio de 2020, convocada por ofício convite nº 871/2020 PROGRAD/Reitoria UFOP, de aproveitar as horas do Programa Residência Pedagógica nos estágios curriculares;

c) O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFOP que determina o cumprimento de 420 horas de estágio supervisionado,

RESOLVE:

Art. 1º: Os estudantes que participarem como bolsista ou voluntário do Programa Residência Pedagógica poderão solicitar equivalência total de horas em disciplinas de estágios supervisionados do curso de Pedagogia. Os pedidos deverão ser encaminhados ao Colegiado de Pedagogia, contendo os seguintes documentos:

a) Formulário de solicitação preenchido (anexo 1), com parecer do coordenador de área sobre a participação e envolvimento do estudante no Programa Residência Pedagógica;

b) Declaração do coordenador de área, especificando a carga horária; o período e a área de atuação do bolsista/voluntário.

c) Relatório das principais atividades desenvolvidas, abordando os trabalhos formativos (palestras, oficinas, minicursos, grupo de estudos etc) e atividades práticas realizadas na escola.

Art. 2º: O aproveitamento da carga horária nas unidades curriculares de estágio supervisionado do curso será concedido desde que atenda aos seguintes critérios:

a) Exista compatibilidade entre a área de atuação da Residência Pedagógica e a unidade do estágio supervisionado.

b) Exista compatibilidade de carga horária realizada na Residência Pedagógica e a carga horária prevista na unidade de estágio supervisionado.

c) Parecer favorável do coordenador de área sobre envolvimento e participação do bolsista/voluntário;

Art. 3º: No caso em que a unidade de estágio curricular for concomitante ao período de atuação do estudante na Residência Pedagógica, o pedido deverá ser protocolado no Colegiado no início do semestre letivo, sendo a aprovação condicionada aos seguintes critérios:

a) Ao protocolizar o pedido de equivalência o bolsista/voluntário irá apresentar uma declaração, emitida pelo coordenador de área do programa, informando sua vinculação ao programa, subárea de atuação e previsão de horas a serem computadas naquele semestre.

b) O colegiado avaliará se o estudante terá condições de atingir aos critérios do artigo 2º desta resolução, ao final do semestre. Em caso positivo sua solicitação será deferida parcialmente.

c) O deferimento total ocorrerá, ao final do semestre, mediante apresentação do formulário (anexo 1) com parecer do coordenador de área sobre a participação e envolvimento do estudante na Residência Pedagógica e atendimento aos critérios tratados no art. 2º desta resolução.

Art. 4º: Casos omissos serão discutidos pelo Colegiado do curso de Pedagogia.

Art. 5º: Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Mariana, 13 de outubro de 2020

Profª Drª Alexandra Resende Campos
Coordenadora do Curso de Pedagogia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO 1 DA RESOLUÇÃO COPED NO 03/2020

Formulário para solicitação do aproveitamento do Programa Residência Pedagógica em disciplinas dos estágios curriculares

Nome do estudante:	Matrícula:
Programa Residência Pedagógica que está vinculado (especificar o subprojeto):	
Nome do coordenador de área:	
Período de atuação no programa: ( ) Finalizado - Período de atuação ___/___/___ a ___/___/___ ( ) Em execução - Início das atividades: ___/___/___ previsão de término em ___ /___/___	
Qual disciplina de estágio curricular a ser aproveitada (inserir nome e código):	
Parecer do coordenador de área sobre o envolvimento e participação do estudante no subprojeto:	

_____ _____

Assinatura do estudante Assinatura do coordenador de área

Mariana, ___/___/___

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO 1 - PORTARIA Nº 34/2019/PROGRAD

BOLETIM ADMINISTRATIVO Ano 29 - Nº 21 03 de maio de 2019
Para informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e
passagens, acesse o link "transparência pública" no site da UFOP - www.ufop.br

PORTARIA Nº 34/2019/PROGRAD, DE 02 DE MAIO DE 2019

Estabelece o regulamento para a implementação e gestão dos Módulos Interdisciplinares de Formação (MIF) no âmbito da Política Institucional de Formação de Professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).A Pró Reitora de Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria Reitoria nº 159, de 21 de fevereiro de 2017, considerando:a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);a Resolução CNE/CP nº 02/2015;a Resolução CEPE nº 7.488, de 17 de julho de 2018;a proposta de regulamentação elaborada pela Subcâmara de Licenciaturas,RESOLVE:Art. 1º Aprovar o regulamento de implementação e gestão dos Módulos Interdisciplinares de Formação (MIF), componente curricular obrigatório dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).Parágrafo único. Os MIF foram concebidos pela Subcâmara de Licenciaturas e devem figurar em todas as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura da UFOP.Art. 2º Os MIF têm como objetivo geral contribuir para a construção institucional de uma concepção de formação de professores e de um espaço curricular que impliquem a concretização de práticas interdisciplinares, coletivas e colaborativas.I - São objetivos adicionais dos MIF:a) Estimular os debates contemporâneos sobre as atuais políticas de formação de professores no Brasil, visando ao fortalecimento das identidades profissionais do professor, nas suas dimensões individuais e coletivas; e b) Desenvolver práticas pedagógicas interdisciplinares envolvendo professores e alunos de todos os cursos de licenciatura da UFOP.Art. 3º Os MIF são um componente curricular obrigatório, que contempla atividades presenciais, semipresenciais e/ou a distância cuja carga horária mínima é de 90h, as quais se distribuem em três módulos de 30h, nos períodos letivos indicados na matriz curricular de cada curso de licenciatura da UFOP. Parágrafo único. Deve-se garantir a participação dos alunos de todos os cursos de licenciatura da UFOP (tanto dos cursos presenciais quanto dos a distância) e favorecendo-se diferentes experiências de ensino e aprendizagem. Art. 4º Os MIF são flexíveis, sendo permitido ao estudante escolher, dentro de um leque de alternativas oferecidas pelos departamentos e professores da UFOP e em conformidade com a matriz curricular do seu curso, o módulo no qual se matriculará em um determinado período letivo.Art. 5º As atividades desenvolvidas nos MIF devem privilegiar a análise de problemas e desafios educacionais concretos, estimulando a construção de estratégias para enfrentá-los. §. 1º Os Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFOP devem esclarecer como será a oferta dos MIF: se na modalidade apenas na modalidade presencial; apenas na modalidade a distância; ou em ambas as modalidades. §. 2° Os Projetos Pedagógicos devem considerar que os alunos podem escolher MIF em qualquer modalidade e de qualquer curso.Art. 6º Cada MIF será ministrado, preferencialmente, por mais de um professor de diferentes Departamentos que atuem, ou não, nos cursos de licenciatura, tendo como seus alunos os licenciandos de diversas áreas do conhecimento científico da UFOP. Isso poderá contribuir para a construção de práticas interdisciplinares desde a formação inicial, favorecendo o desenvolvimento de uma cultura profissional colaborativa e promovendo a construção de um sentido de pertencimento à profissão docente, conforme recomendam as diretrizes curriculares expressas na Resolução CNE/CP nº 2/2015.Art. 7º A gestão dos Módulos Interdisciplinares de Formação será feita por um Comitê Gestor, indicado pela Subcâmara de Colegiados de Licenciaturas da UFOP, para um mandato de 2 (dois) anos. Art. 8º As temáticas a serem desenvolvidas nos MIF serão propostas por professores ou grupo de professores e submetidas ao Comitê Gestor para análise e aprovação.Art. 9º A partir da escolha das temáticas, os professores deverão buscar estratégias para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, coletivo e colaborativo. Com foco na formação pedagógica do professor, as temáticas devem contribuir para o fortalecimento da profissionalidade docente e da identidade profissional institucional do professor egresso da UFOP.Art. 10 Os MIF poderão ser operacionalizados, inclusive na modalidade de ação extensionista, de acordo com as seguintes possibilidades: I - laboratório interdisciplinar, onde os alunos desenvolvem trabalhos coletivos;II - confecção de material didático;III - desenvolvimento de tecnologia educacional;IV - simulação de práticas pedagógicas; V - desenvolvimento de atividades práticas em laboratório de ensino;VI - produção de tecnologias e metodologias inovadoras de

educação;VII - projetos de ensino;VIII - propostas curriculares;IX - produção de textos pedagógicos;X - elaboração de unidades didáticas;XI - simulação e reflexão de práticas;XII - análise e produção de vídeos;XIII - produção de jogos;XIV - estudo de casos didáticos;XV - elaboração de portfólios;XVI - dentre outras atividades formativas.Art. 11 Os MIF devem refletir em inovações da formação de professores da UFOP por se tratar de um novo espaço institucional que:I - concretiza o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, coletivas e colaborativas;II - articula atividades de ensino, pesquisa, extensão;III – articula atividades da graduação e da pós-graduação conforme meta estabelecida no PDI, "respeitada a pluralidade de práticas pedagógicas, as características e objetivos específicos de cada um dos cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação" (Plano de Desenvolvimento Institucional Universidade Federal de Ouro Preto, 2016 - 2025, p.

33).IV - amplia os conhecimentos profissionais do professor para além das disciplinas curriculares;V - possibilita experiências coletivas de ensino e aprendizagem de se tornar professor;VI - flexibiliza e atualiza o currículo de formação de professores; e VII - constrói e congrega saberes coletivos e partilhados por professores e alunos de diversas áreas de conhecimento científico.Art. 12 Nos termos do Art. 7º a gestão dos MIF será realizada por um Comitê Gestor, indicado pela Subcâmara de Licenciaturas, ao qual competirá:I - Fazer a gestão semestral da oferta dos MIF; II - Organizar e coordenar os grupos de docentes responsáveis pelos MIF; III - Negociar com os Departamentos a lista de MIF a serem ofertados no semestre, contendo informações sobre os nomes dos professores, temática, ementa, horário e local de funcionamento;IV - Monitorar e avaliar a oferta dos MIF; V - Articular as ações desenvolvidas nos MIF com os estágios, extensão, pesquisa e outras atividades práticas do curso; VI - Divulgar as atividades desenvolvidas nos MIF; VII - Zelar pelo caráter prático e interdisciplinar das atividades desenvolvidas nos MIF;IX - Fomentar o desenvolvimento de ações interdisciplinares para fortalecimento dos MIF: laboratórios interdisciplinares, desenvolvimento de pesquisas coletivas, desenvolvimento de projetos de ensino, desenvolvimento de projetos de extensão, etc. X - Procurar garantir variedade na modalidade de oferta, criando condições para que, inclusive, os alunos dos cursos a distância possam cursar MIF oferecidos por outros Departamentos além dos do CEAD.XI - Decidir sobre casos não previstos.Art. 13 Consoante à Política Institucional de Formação de Professores da UFOP, o Comitê Gestor, elaborará suas normas de funcionamento e os critérios a serem utilizados para seleção das propostas de MIF a serem oferecidas aos cursos.Art. 14 À atuação do docente como membro do Comitê Gestor será atribuída pontuação para progressão na carreira, nos termos da Resolução CUNI que aprova as normas para o desenvolvimento dos servidores docentes da UFOP, na Carreira de magistério Superior. Art. 15 A oferta dos MIF é de responsabilidade dos Departamentos que possuam encargos nos cursos de licenciatura, fazendo-os constar em seus encargos didáticos, aprovados em Assembleia. Art. 16 Os encargos didáticos de cada Departamento dedicados aos MIF serão distribuídos igualmente de acordo com a demanda de vagas apuradas a cada semestre.Parágrafo único. Outros Departamentos que não atuam diretamente nas licenciaturas poderão oferecer MIF, desde que em consonância com a proposta de Política Institucional de Formação de Professores e aprovados pelo Comitê Gestor.Art. 17 Nos casos em que os MIF sejam ofertados por mais de um professor, em conjunto, os encargos didáticos devem ser computados integralmente para cada um deles, em função do caráter interdisciplinar do trabalho. Dessa forma, entende-se que todos os professores envolvidos na proposta participem integralmente das atividades do seu MIF.Art. 18 O número de vagas ofertadas semestralmente pelos MIF deve atender a resolução CEPE Nº 1494 e observar as demandas dos cursos em seus diversos campi, turnos e modalidades de ensino.Art. 19 O levantamento da demanda e apresentação aos Departamentos será feita pelo Comitê Gestor, a partir de edital, entre o 26º e 36º dia letivo do semestre imediatamente anterior à previsão de oferta, conforme os calendários acadêmicos das modalidades a distância e presencial.Art. 20 Cada proposta de MIF deverá atender o mínimo de 15 alunos. Casos excepcionais, devidamente justificados, serão avaliados pelo Comitê Gestor.Art. 21 Cada Colegiado de Curso ficará responsável pela ampla divulgação da lista dos MIF, para que os alunos façam suas escolhas de acordo com o seu interesse e adequação dos horários pré-fixados. Art. 22 Os MIF poderão ser ofertados em turnos diferentes daqueles em que o curso regularmente oferta suas disciplinas e em período diferente do estipulado no calendário acadêmico. Dessa forma, o cronograma de realização deve constar na proposta apresentada ao Comitê Gestor para que os alunos tenham ciência das condições de oferta.Art. 23 Os períodos de oferta dos MIF encontram-se distribuídos na matriz curricular de cada curso, com os códigos MIF001, MIF002 e MIF003.Parágrafo único. Os MIF não serão oferecidos nesses códigos, cuja indicação na Matriz Curricular objetiva apenas referenciar aos estudantes e cursos o momento em que deve se inscrever e a respectiva carga horária. Art. 24 A oferta dos MIF, propriamente dita, será com base em códigos no formato MIF100 em diante, (MIF100, MIF101,.., MIF999) que serão efetivamente ofertados aos estudantes, com turma, horário, local e quantidade de vagas definidas. Deverão também seguir o modelo:I - MIF100 - Linha temática: Titulo MIF (Ex.:MIF100 - Construção de jogos: Jogos de Tabuleiro).Parágrafo único. Cada um dos MIF com códigos MIF100 em

diante deverá obrigatoriamente conter um programa, único e inalterável, com a seguinte estrutura conforme a Portaria PROGRAD Nº 35, de 28 de agosto de 2017: identificação do MIF (nome em português e em inglês), código, departamento, unidade acadêmica, carga horária, ementa, conteúdo a ser trabalhado, bibliografia a ser utilizada.Art. 25 Por conseguinte, os MIF100 em diante terão turmas de oferta nos semestres letivos, com horário pré-definido e também com um campo de observação para especificar o período (data de início e término) que o MIF será ministrado. Essa observação irá constar no Atestado de Matrícula do estudante após efetivação da matrícula. Art. 26 O MIF não entrará na matrícula automática por ser um componente cujo tema será de escolha livre dos estudantes. Uma vez aprovado em um MIF de código específico o estudante não poderá cursar aquele código novamente. Art. 27 As matrículas nos MIF ofertados poderão ser feitas pelo Minha

UFOP ou presencialmente, seguindo o calendário acadêmico no que trata de ajustes de matrícula.Art. 28 Para fins de verificação do relatório de componentes que o estudante "Falta Cursar", o sistema somará a carga horária dos MIF integralizados pelo estudante até que seja completada a carga horária indicada na matriz curricular referente aos MIF001, MIF002 e MIF003, ou seja, 90h distribuídas em três MIF.Art. 29 Não será permitido o trancamento de matricula em MIF.Art. 30 Uma turma de MIF pode ser cancelada mediante a aprovação do Comitê Gestor, não causando prejuízo ao estudante. Os Departamentos envolvidos serão devidamente informados. Art. 31 Dada a natureza inovadora do MIF, esse componente curricular não tem pré-requisitos.Art. 32 Os casos omissos serão tratados pela Pró-Reitoria de Graduação.Art. 33 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.Tânia Rossi Garbin, Pró-Reitora de Graduação.

Publicação Oficial da Universidade Federal de Ouro Preto – Circulação
Interna Eletrônica Setor responsável: Pró-Reitoria de Administração, Campus
do Morro do Cruzeiro
Contato: boletim. proad @ufop. edu.br ou (31)3559-1245 – Boletins *on-line*: www.proad.ufop.br/cgp